



Universidade do Minho

Escola de Arquitetura

Neuza Gisela Pinho

**O Palácio da Justiça
de Santa Maria da Feira:
Projeto de Reabilitação e Reativação**

**O Palácio da Justiça de Santa Maria da Feira:
Projeto de Reabilitação e Reativação**

Neuza Gisela Pinho



Universidade do Minho

Escola de Arquitetura

Neuza Gisela Pinho

**O Palácio da Justiça
de Santa Maria da Feira:
Projeto de Reabilitação e Reativação**

Tese de Mestrado
Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao
Grau de Mestre em Arquitetura
Ramo de Conhecimento: Cultura Arquitetónica

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Elisiário Miranda

DECLARAÇÃO

Nome: Neuza Gisela Oliveira Jesus Sá Pinho

Endereço Eletrónico: neuzagiselapinho@hotmail.com

Telefone: 913 374 177

Número do Identificação Civil: 14501590

Título da Tese: O Palácio da Justiça de Santa Maria da Feira: Projeto de Reabilitação e Reativação

Orientador: Professor Doutor Elisiário Miranda

Ano de conclusão: 2018

Designação do Mestrado: Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao Grau de Mestre de Arquitetura

Área de Especialização: Cultura Arquitetónica

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, Escola de Arquitetura, abril de 2018

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Elisiário Miranda, agradeço as conversas, a motivação, a compreensão e, sobretudo, por partilhar comigo a sua sabedoria durante estes meses.

À Divisão de Estudos e Projetos da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, em especial, à Arquiteta Felismina Topa, que me ajudou muito na fase inicial do trabalho.

À minha Mãe, pela amizade, confiança, companheirismo e suporte ao longo desta tão grande caminhada que é a vida académica.

Ao meu irmão, por tudo, mas neste caso em especial pela paciência e por todas as vezes que o fiz ler o trabalho, parágrafo por parágrafo.

Ao Bruno, pelo apoio, pelo amor e por ser o melhor companheiro de todas as horas.

E por fim, à minha princesa Beatriz, por me ensinar as coisas mais bonitas do mundo e, mesmo ainda sendo pequenina, por ser o motor da minha força todos os dias.

A todos, o meu maior e mais sincero obrigada.

RESUMO

A arquitetura do Movimento Moderno encontra-se, desde o fim do século XX, num período de constante e progressivo reconhecimento como património cultural, facto que despoleta a reflexão sobre o património moderno construído e sobre os critérios que devem ser adotados aquando da sua intervenção. Neste sentido, a presente tese pretende espelhar a importância da conservação do património moderno, valorizando-o e estudando de que forma este deve ser intervencionado.

Deste modo, foi selecionado um objeto de estudo – o Tribunal de Santa Maria da Feira – para que se proceda à aplicação dos critérios de intervenção num projeto de reabilitação e reativação do edifício.

O Tribunal de Santa Maria da Feira, cujo fim da construção remete para 1991, é um projeto da autoria de Alfredo Viana de Lima, um dos arquitetos mais influentes na renovação do panorama moderno da arquitetura em Portugal, quer pela sua obra, como pela sua intervenção cívica. O edifício apresenta características arquitetónicas bastante peculiares, que remetem para um desenho estritamente moderno, vinculado a toda a obra do autor, por muitos intitulado de um discípulo nato de Corbusier.

Devoluto desde 2008, atualmente o Tribunal encontra-se em avançado estado de degradação, pelo que se justifica uma intervenção arquitetónica que vise a reabilitação e reativação do objeto, com a premissa de respeitar e, essencialmente, valorizar o projeto original de Viana de Lima.

Para além da abordagem ao Movimento Moderno, ao estudo sobre Viana de Lima, e ao objeto de estudo selecionado, a proposta de intervenção no Tribunal de Santa Maria da Feira resultará da conjugação entre as necessidades da comarca no contexto atual e a intenção de fidedignidade ao projeto original de Viana de Lima.

Acredito que o projeto de reutilização começa a fazer história e a defender a ideia de que o património se transforma conosco (Reichlin, 2011), portanto, além dos monumentos reconhecidos, os edifícios correntes podem ser um recurso que pede a nossa atenção em termos de qualidade, economia e sustentabilidade (Graf, 2012).ⁱ

ⁱ TOSTÕES, Ana – *Património moderno: a conservação e a reutilização como um recurso sustentável* in Revista de Cultura Arquitetónica: Joelho #06 – A Questão do Património/ The Built Heritage Debate. ICIST, DECivil, IST, DOCOMOMO Internacional. Coimbra: Editorial do Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra, 2015, p. 17

ABSTRACT

Since the end of the twentieth century, the Modern Movement Architecture has been changing and suffering a progressive recognition as a cultural heritage, a fact that triggers the reflection about the modern built heritage and the criteria that should be adopted towards its intervention. In this sense, this thesis aims to reflect the importance of preserving modern heritage, valuing it and studying how it should be intervened.

In this way, the study object - the Santa Maria da Feira Court – had been selected with a purpose: to study and to explain the criteria that could be applied in a rehabilitation and reactivation project of a building.

The Court of Santa Maria da Feira, whose construction dates back to 1991 is a project by Alfredo Viana de Lima, one of the most influential architects in the renovation of the modern panorama of architecture in Portugal, both for his work and for his civic intervention. The building shows very peculiar architectural features, which refer to a strictly modern design, linked to the entire work of the author entitled by many as a born disciple of Corbusier.

Devoluted since 2008, the Court is now in an advanced state of degradation, reason why an architectural intervention that aims at the rehabilitation and reactivation of the object, with the premise of respecting and, essentially, valuing the original project of Viana de Lima is necessary.

In addition to the approach to the Modern Movement, the study on Viana de Lima, and the object of study selected, the intervention proposal in the Court of Santa Maria da Feira will result from a combination of the needs of the district in the current context and the intention of authenticity to the original design of Viana de Lima.

I believe that the reuse project begins to make history and to defend the idea that heritage is transformed with us (Reichlin, 2011), so, in addition to the recognized monuments, current buildings can be a resource that demands our attention in terms of quality, economy and sustainability (Graf, 2012).ⁱⁱ

ⁱⁱ Ibidem

ÍNDICE

1 | Introdução

1 ¹ Justificação do tema	5
1 ² Metodologia do trabalho	7
1 ³ Estrutura da dissertação	9

2 | Preservação do Património Arquitetónico Moderno

2 ¹ Considerações sobre a Documentação e Conservação do Património do Movimento Moderno	13
2 ¹ ¹ O Sanatório de Zonnestraal	17
2 ¹ ² A Biblioteca de Viipuri	19
2 ² Princípios de uma intervenção	21

3 | Alfredo Evangelista Viana de Lima

3 ¹ O Percurso Profissional	27
3 ² A Arquitetura	31
3 ² ¹ Contextualização Histórico-Temporal	31
3 ² ² As Obras	43

4 | O Palácio da Justiça de Santa Maria da Feira

4 ¹ Contextualização Geral	57
4 ² Enquadramento Geográfico	59
4 ³ Análise Morfológica e Compositiva	61
4 ³ ¹ Implantação e Volumetria	61
4 ³ ² Organização Espacial e Funcional	61
4 ³ ³ O Programa	67
4 ³ ⁴ Sistemas Estruturais e Construtivos	69
4 ³ ⁵ A Linguagem de Viana de Lima – Abordagem Comparativa	75
4 ⁴ Estado de Arte do Quadro Patológico	79
4 ⁴ ¹ Patologias Estruturais	81
4 ⁴ ² Humidades	83
4 ⁴ ³ Causas fortuitas	87

5 Proposta de Intervenção	
^{5 1} A evolução da Comarca	91
^{5 1 1} As necessidades atuais e a desatualização do projeto de Viana de Lima	93
^{5 2} Objetivos e Princípios da Intervenção	95
^{5 3} As Alterações	97
^{5 4} Os Acrescentos	99
^{5 5} Memória descritiva e justificativa da proposta	101
6 Nota Conclusiva	117
7 Bibliografia	121
8 Índice de Abreviaturas	133
9 Índice de Figuras	137
10 Índice de Anexos	145
11 Anexos	149

*A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu,
mas pensar o que ninguém ainda pensou,
sobre aquilo que todo mundo vê.*

Arthur Schopenhauer

1 | INTRODUÇÃO

¹¹ Justificação do tema

Atualmente, um dos problemas mais recorrentes do legado arquitetónico deixado pelo Movimento Moderno, prende-se com o avançado estado de degradação que nele se vem verificando ao longo das últimas décadas. A aparente despreocupação que se fez sentir da parte das entidades reguladoras do meio durante largos anos, repercutiu-se numa vontade desenfreada de desenvolver projetos de intervenção que em nada enobrecem as boas práticas das obras de restauro.

Um dos primeiros focos desta investigação é provar que todos os edifícios devem ser alvo de sucessivas obras de manutenção, evitando ou retardando o máximo de tempo possível as intervenções de restauro mais invasivas.

Como habitante natural da cidade de Santa Maria da Feira, surge a vontade de trabalhar com o antigo Tribunal da cidade, da autoria de Alfredo Viana de Lima, sendo este um projeto que se enquadra nesta problemática das obras do Movimento Moderno. Além disso, a motivação para trabalhar com este objeto cinge-se muito ao facto da opinião geral, quer de muitos dos habitantes da zona envolvente do edifício, quer dos trabalhadores do atual Tribunal, defender que, atualmente, a transladação das funções do Tribunal de Santa Maria da Feira para o edifício de Viana de Lima é impossibilitada por escassez de área. Tendo em conta que, através de um rápido levantamento das áreas do antigo Tribunal e do atual, tal se comprovou falacioso, o projeto surge tendo como objetivo mais concreto o de provar essa realidade.

Além disso, é pretensão do presente trabalho encontrar uma metodologia projetual específica para este caso em concreto, da qual surja uma consolidação dos princípios que devem reger uma estratégia de intervenção de restauro e que, por sua vez, transportá-los para todas as fases do projeto.

¹² Metodologia do trabalho

A metodologia adotada para a elaboração deste trabalho incide em dois temas que, durante o processo de trabalho foi preponderante que se desenvolvessem em concordância: o da investigação teórica acerca dos cânones que devem reger uma intervenção em património do Movimento Moderno; e o segundo, o da compreensão das linhas dos projetos do arquiteto e, posteriormente, da análise integral o edifício do Tribunal.

Na teorização do tema dos princípios da intervenção, o foco esteve na análise da bibliografia disponível, bem como na procura de projetos que se enquadrassem no mesmo panorama que o Tribunal, mas que já tivessem sido intervencionados, de forma a perceber quais os princípios e estratégias adotadas para a elaboração dos projetos de reabilitação dos mesmos.

A análise do percurso profissional e da obra de Viana de Lima tem na sua base uma vasta bibliografia e, posteriormente, a comparação de alguns projetos, para assim perceber de facto quais os conceitos pelos quais se rege na sua elaboração.

A análise do edifício teve por base o levantamento *in loco* de todas as suas áreas e detalhes, com o auxílio do levantamento fotográfico que vai sendo, em parte, exposto ao longo do trabalho.

Antes do arranque efetivo do projeto de intervenção, surge a análise das áreas do atual edifício do Tribunal, bem como a compreensão de toda a teia programática a que as este obedece, devido às necessidades atuais da Comarca. Esta foi uma das fases mais importantes para a elaboração do projeto, tendo em conta que é a partir desta investigação que surge o conhecimento efetivo de todas as áreas que se devem manter, alterar, extinguir ou criar em relação ao projeto original.

O cruzamento de todas estas premissas resulta na elaboração de uma intervenção apropriada a este caso de estudo e, sobretudo, que não negligencie a autenticidade do projeto original.

¹³ Estrutura da dissertação

O presente trabalho está estruturado através de três capítulos distintos, mas que se complementam na formalização da proposta.

O primeiro capítulo diz respeito ao tema da preservação do património do Movimento Moderno, mais concretamente, como nele se deve intervir, quais os princípios a ter em conta na sua intervenção e quais as metodologias a adotar. Ao longo deste capítulo são abordadas duas obras de restauro que se apresentam como exemplares no que ao tema em estudo diz respeito, e que reforçam a importância dos processos de preservação e manutenção do património moderno, de forma a não o deixar cair num estado irreversível da sua existência.

O segundo capítulo é de inteira dedicação a Viana a Lima. Através de uma linha cronológica são feitas duas análises: uma com foco no seu percurso profissional, onde são descritos os cargos, parcerias, e marcos mais importantes da sua carreira de um modo geral; e uma segunda análise que incide na sua obra, sendo que o objetivo não é que esta seja uma análise integral, mas sim uma análise das obras que mais fielmente mostram o apreço pelas leis ditadas por Le Corbusier, tendo em conta que Viana de Lima se apresenta a si mesmo como sendo um discípulo desse arquiteto e tenta, sempre que possível, seguir à regra os seus conceitos modernos.

O capítulo seguinte, é o da análise do edifício projetado por Viana de Lima onde são abordados diversos temas em relação à morfologia e composição do objeto. Entre eles estão a implantação, a volumetria, a organização funcional e espacial do edifício, o programa, e os sistemas estruturais e construtivos adotados por Viana de Lima.

Ainda neste capítulo, é feita uma análise comparativa entre várias obras do arquiteto em relação ao Tribunal, estabelecendo algumas linhas de desenho que surgem em ambas e que fazem com que sejam facilmente associadas umas às outras. Além disso, é ainda apresentado um estudo do quadro patológico atual do edifício, catalogando as diversas patologias visíveis *in loco*.

Por fim, surge o capítulo da proposta de intervenção onde são explícitos todos os propósitos do projeto, e qual a estratégia que baliza todas as alterações propostas. Este capítulo termina com uma memória descritiva e justificativa de todas as opções projetuais tomadas, ressaltando que em todas elas houve a intenção de não comprometer a identidade do conjunto, promovendo quanto mais possível a autenticidade geral do projeto de Viana de Lima.

A arquitetura do Movimento Moderno significa tecnologia contemporânea a par com as novas funções sociais emitidas a partir de um contexto democrático que reflete as transformações culturais e económicas. Significa, acima de tudo, a crença na missão social do arquiteto que passa a ter a função de construir um mundo melhor em que a arquitetura é o motor, a ferramenta, a inspiração poética e estimulante para a sociedade.¹

¹ TOSTÕES, Ana – *Património moderno: a conservação e a reutilização como um recurso sustentável*. EDARQ: Revista de Cultura Arquitetónica. JOELHO #6 – A Questão do Património/ The Built Heritage Debate. ICIST, DECivil, Iº DOCOMOMO Internacional. Portugal, 2015, pág. 17

2 | PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO MODERNO

21¹ Considerações sobre a Documentação e Conservação do Património do Movimento Moderno

O processo de reconhecimento da arquitetura do Movimento Moderno como património cultural, teve início no fim do século XX, o que fez com que as construções produzidas desde a primeira metade do século XX passassem a ser reconhecidas pelo seu valor histórico, artístico e memorial.

*The preservation of 20th century heritage is now one of the most challenging debates taking place in the field of architectural conservation.*²

Atualmente, a arquitetura do Movimento Moderno apresenta um estado de degradação crescente, o que coloca em causa a continuidade da sua existência. Por isso, surge a necessidade da reflexão sobre quais os métodos e técnicas científicas que devem ser aplicadas na conservação desse património.

No presente, já existem várias diretrizes que podem ser usadas nesse âmbito, como por exemplo os princípios e recomendações dos documentos do ICOMOS³, cujo trabalho se baseia *nos princípios consagrados na “Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios”*.⁴

Os arquitetos pioneiros do Movimento Moderno tentaram imprimir nas suas obras a ideia de transitoriedade e de efemeridade, o que, atualmente, entra em conflito com a ação de conservação e/ou restauro das mesmas. Além disso, a ideia de rotular os seus projetos como objetos patrimoniais sempre foi posta de parte pelos autores. Todas estas contradições colidem com o panorama atual no campo da preservação arquitetónica.⁵

² FERREIRA, Teresa – “Some considerations on the preservation of 20th century architectural heritage” in RISO, Vincenzo – *Modern Building Reuse: Documentation, Maintenance, Recovery and Renewal*, EAUM, Guimarães, 2011-2012, pág. 29

³ ICOMOS – International Council on Monuments and Sites (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) – é uma organização civil internacional não-governamental, ligada à UNESCO, que *atua nas áreas da conservação e da proteção dos sítios e do património cultural. (...) é uma rede de especialistas que beneficiam da troca interdisciplinar entre os seus membros, entre os quais estão arquitetos, historiadores, arqueólogos, historiadores de arte, geógrafos, antropólogos, engenheiros e urbanistas.* [em linha]. [consultado a 23 de março de 2017]. Disponível em: <http://www.icomos.pt>

⁴ Este documento consta na Carta de Veneza, que foi escrita durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, em maio de 1964. [em linha]. [consultado a 23 de março de 2017]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>

⁵ “It took a long time to accept the idea that the works of modern pioneers, full innovators, who would reject the notion itself of heritage, could become a subject for conservation.” Di CRISTINA, Benedetto - “Two or three things I know about conservation of modern architecture” in RISO, Vincenzo, Guimarães, 2011-2012 pág. 13

No que diz respeito à salvaguarda do património arquitetónico moderno, o trabalho desenvolvido pela fundação DOCOMOMO⁶ é notavelmente importante, na medida em que se propõem a ser os responsáveis por este recente património, com vista a *promover a conservação e o reuso de edifícios e locais do Movimento Moderno* e a (...) *estimular o interesse sobre o legado da Arquitetura Moderna*.⁷

A DOCOMOMO tem como propósito a documentação e preservação das obras do Movimento Moderno, no campo da arquitetura, do urbanismo e das restantes manifestações artísticas. Os seus principais objetivos passam por: *selecionar cuidadosamente as novas funções adequadas; restaurar ou reconstruir os edifícios com materiais e técnicas originais; executar as modificações necessárias em sintonia com a conceção arquitetónica desenhada pelo arquiteto original*.⁸

No entanto, em contraste com a ideia de construir para a eternidade, um dos ideais do movimento moderno caracteriza-se por uma abordagem mais efémera e funcionalista: *o edifício/ infraestrutura constrói-se com uma função; se essa função desaparece, o edifício torna-se desnecessário, fica obsoleto*⁹, defendia Jan-Hubert Henket, um dos fundadores da DOCOMOMO.

Demorou muito tempo até aceitarem a ideia de que as obras dos pioneiros modernos, inovadores natos que rejeitariam a sua própria noção de herança, poderiam tornar-se objetos de conservação. (...) Esta aceitação nunca seria possível sem a contribuição de Jan-Hubert Henket e Wessel de Jonge cujo trabalho pioneiro no Sanatório Zonnestraal se tornaria o exemplo emblemático de que uma obra-prima moderna em ruínas poderia ser trazida à vida novamente.¹⁰

⁶ A DOCOMOMO – International Committee for Documentation and Conservation of Buildings, Sites and Neighbourhoods of the Modern Movement (Comissão Internacional para a Documentação e Conservação de Edifícios, Sítios e Bairros do Movimento Moderno) – atualmente sediada na Fundación Mies van der Roeh, em Barcelona, foi fundada no ano de 1988 em Eindhoven, na Holanda, e é uma organização não-governamental que defende a conservação e o reuso do espólio do Movimento Moderno.

⁷ Disponível em: www.docomomo.com (tradução do autor)

⁸ “(...) carefully selecting new suitable functions; restoring or reconstructing the buildings with original materials and techniques; executing the necessary modifications in tune with the architectural conception of the original designer.” Di CRISTINA, Benedetto. 2011-2012 pág. 19

⁹ HENKET, Jan-Hubert. Depoimento concedido ao jornal *PÚBLICO*, na entrevista *A arquitetura modernista não é só para admirar: é mesmo para usar*, da autoria de Catarina Moura. 28 de março de 2015. [em linha]. [consultado a 1 de maio de 2017]. Disponível em: <https://www.publico.pt/2015/03/28/culturaipsilon/noticia/a-arquitetura-modernista-nao-e-so-para-admirar-e-mesmo-para-usar-1690667>

¹⁰ “It took a long time to accept the idea that the works of modern pioneers, full innovators, who would reject the notion itself of heritage, could become a subject for conservation. (...) This move would have never be possible without the contribution of Jan-Hubert Henket and Wessel de Jonge whose pioneering work at Zonnestraal sanatorium would become the emblematic example that a modern masterpiece could be brought back to life from its ruins.” Di CRISTINA, Benedetto. 2011-2012 pág. 13, 21



Figura 1 - Sanatório de Zonnestraal, em ruína



Figura 2 - Sanatório de Zonnestraal, após intervenção

2|111 O Sanatório de Zonnestraal

O Sanatório de Zonnestraal é um monumento mundialmente reconhecido como uma das primeiras grandes intervenções arquitetônicas de conservação e restauro em projetos do Movimento Moderno. O edifício foi projetado em 1925 pelos arquitetos holandeses Jan Duiker (1890-1935) e Bernard Bijvoet (1889-1979), nas proximidades da cidade de Hilversum, na Holanda, para funcionar como sanatório e hospital de cura e extinção da tuberculose. O conceito que a dupla de arquitetos delineou para desenvolver o projeto do Sanatório de Zonnestraal baseava-se na integração da *relação entre a forma, a função, o material, a economia e o tempo*.¹¹

Tal como o movimento moderno se manifestava efêmero e brutalmente funcionalista, o edifício foi construído na expectativa de estar ativo apenas durante cerca de 30 anos. As suas funções enquanto sanatório foram desempenhadas até 1957, altura em que o complexo começava a demonstrar alguns sinais de deterioração e ruína. No entanto, o edifício continuou ativo como hospital até ao ano de 1993.

*A batalha pelo reconhecimento da importância arquitetónica do edifício e da necessidade da sua restauração parecia um filme de suspense, mas também se constitui como um dossier crítico de boas práticas na gestão de monumentos modernos.*¹²

O projeto de restauro liderado por Jan-Hubert Henket e Wessel de Jonge, concluído em 2009, tinha como foco para a definição da estratégia de intervenção a manutenção da materialidade original da obra.¹³ Não obstante ao facto de ser uma das primeiras grandes experiências no âmbito da restauração, o projeto foi galardoado com o prémio *Knoll Modernisme Prize 2010*, concedido pelo World Monuments Fund¹⁴ da UNESCO, e descrito pelo seu vice-presidente, Henry Ng, como um trabalho heroico.

¹¹ "(...) relazione tra forma, funzione, materiale, economia e tempo" in DE JONGE, Wessel - "Una nuova vita per i monumenti moderni: Esperienze di recupero funzionale e tecnologico in Olanda" in TORRICELLI, Maria Chiara; LAURIA, Antonio - *Ricerca Tecnologica Architettura, un diario a più voce*, Florença, 2008, pág. 190

¹² LUCCHESI, Cecilia - *Reflexões para um mundo urbanizado*. Landgoed Zonnestraal and Delft University of Technology, Department MIT. Plataforma The Urban Earth. 22 de novembro de 2010. [em linha]. [consultado a 16 de abril de 2017]. Disponível em: <https://theurbaneearth.wordpress.com/2010/11/22/sanatorio-zonnestraal-hilversum-holanda/>

¹³ "Pianificando il restauro, la ricerca di Duiker di nuovi materiali e specifiche soluzioni per lo Zonnestraal ci ha fatto attribuire grande valore ai pochi resti originali (...)" in DE JONGE, Wessel, 2008, pág. 195

¹⁴ *World Monuments Fund é uma organização privada sem fins lucrativos fundada em 1965 por indivíduos preocupados com a destruição acelerada de importantes tesouros artísticos em todo o mundo. (...) com organizações afiliadas estabelecidas na Grã-Bretanha, Índia, Peru, Portugal e Espanha - o World Monuments Fund patrocina um programa em andamento para a conservação do património cultural em todo o mundo.* [em linha]. [Consultado a 17 de maio de 2017]. Disponível em: <https://www.wmf.org/>



Figura 3 – Biblioteca de Viipuri, em ruína



Figura 4 – Biblioteca de Viipuri, após intervenção

2|1|2 A Biblioteca de Viipuri

O projeto da Biblioteca de Viipuri é da autoria de Alvar Aalto, situa-se em Vyborg, na Rússia, cidade que tinha o nome de Viipuri antes da Segunda Guerra Mundial e que pertencia, na altura, à Finlândia.

Alvar Aalto foi incumbido de criar a biblioteca no ano de 1927, como em muitos outros projetos, depois de ter ganho um concurso de arquitetura que visava encontrar o autor do edifício, com um projeto intitulado de “WWW”.

Considerado uma das primeiras manifestações do *modernismo regional*¹⁵, o projeto foi alvo de várias alterações até 1935.

*Quando concebi a Biblioteca Municipal de Viipuri (e tive tempo de sobra, cinco anos completos), passei longos períodos a fazer experiências com desenhos ingénuos. Desenhei todos os tipos de paisagens fantásticas, com encostas iluminadas por vários sóis, em posições diferentes, que gradualmente foram dando forma à ideia principal do edifício.*¹⁶

Durante a Segunda Guerra Mundial, a cidade de Vyborg foi fortemente bombardeada e a Biblioteca ficou bastante danificada. A partir de 1950, começaram a surgir várias intervenções que, por desconhecimento dos materiais e das técnicas de Aalto, vieram a revelar-se inapropriadas. O edifício esteve devoluto durante uma década, o que agravou o seu estado de degradação, causando vários estragos, entre os quais a destruição do teto ondulado do auditório, que era um dos elementos mais icónicos do projeto.

Em 1992, a Academia Alvar Aalto e o Ministério do Meio Ambiente da Finlândia, com o auxílio dos arquitetos Maija Kairamo, Eric Adlercreutz, Vazio Nava e Leif Englund, tomaram a iniciativa de definir um plano de conservação para a Biblioteca.

O restauro, que foi uma colaboração entre os governos nacionais e regionais da Rússia e da Finlândia, e cujo principal objetivo *foi preservar os valores arquitetónicos do edifício original, tendo em conta as necessidades permanentes de funcionamento da biblioteca*,¹⁷ prolongou-se até 2013 e acabaria também galardoado pelo WMF na 14ª edição do *Knoll Modernisme Prize*.

¹⁵ NORBERG-SCHULZ, Christian – *Nightlands: Nordic Building*. MIT Press, setembro de 1997, pág. 164

¹⁶ SCHILDT, Göran – *Alvar Aalto in his Own Words*, Random House Incorporated, 1998, pág. 108

¹⁷ “El objetivo fundamental fue preservar los valores arquitectónicos del edificio original, teniendo en cuenta las necesidades permanentes de funcionamiento de la biblioteca.” In Sanahuja & Partners [em linha]. [Consultado a 20 de maio de 2017]. Disponível em: <http://www.sanahujapartners.com/blog/alvar-aalto-biblioteca-de-viipuri-finlandia-1935-restauraci%C3%B3n-1992-2013-premio-world-monuments>

2¹² Princípios de uma intervenção

*Torna-se cada vez mais importante para o reconhecimento e valorização deste património que (...), de modo a permitir uma intervenção qualificada, informada e esclarecida (...), temas como materiais e tecnologias de reutilização, transformações espaciais e funcionais, bem como atualização da legislação, façam agora parte da agenda contemporânea.*¹⁸

É preponderante estabelecer a conexão entre a ética e os princípios de uma intervenção de preservação arquitetónica, que estão estreitamente relacionados, na medida em que: para ser exequível uma intervenção coesa e ajustada, o arquiteto deve iniciar o seu processo de trabalho com uma análise aprofundada às técnicas, materiais, conceitos e propósitos do projeto.

*O princípio da mínima intervenção facilita a reversibilidade da intervenção, bem como a preservação da sua autenticidade.*¹⁹

Entre os vários princípios de intervenção que vão sendo apresentados e debatidos hoje em dia, os da *distinguilidade, reversibilidade, mínima intervenção, compatibilidade de técnicas e materiais, e autenticidade*²⁰ são bases fundamentais para o desenvolvimento de intervenções sólidas e, sobretudo, não-invasivas áquilo que é o projeto inicial, capazes de desempenhar um papel preponderante na salvaguarda do património arquitetónico.

No III Congresso de Arquitetos e Engenheiros Civis em Roma, no ano de 1883, foram apresentadas várias medidas de intervenção que tinham por base as teorias de Camilo Boito, que defende que todos os projetos devem ser alvo de intervenções de manutenção ao longo do tempo, de forma a retardar ou evitar o restauro. Admitindo a necessidade de intervenção em alguns casos, Boito preza sempre pela distinguilidade da intervenção em relação ao projeto original, de forma a não pôr em causa a autenticidade de nenhuma das partes, tendo elas de valer por si sós, quer estejam a ser “avaliadas” individualmente ou em conjunto.²¹

¹⁸ TOSTÕES, Ana. 2015, pág. 18

¹⁹ CORREIA, Mariana. – *Conservation intervention in earthen heritage: Assessment and significance of failure, criteria, conservation theory and strategies*. Tese de Doutoramento apresent. na Oxford Brookes University, Inglaterra. 2009, pág. 84

²⁰ KUHLE, Beatriz Mugayar – *Preservação do Património Arquitetónico da Industrialização: problemas teóricos de restauro*. Edição nº1. Cotia: Ateliê Editorial, 2010, pág. 78

²¹ NETO, Maria João Batista – *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1969)*. Porto: FAUP Publicações, 2001, pág. 49

O princípio da autenticidade é tido por muitos especialistas como um dos mais relevantes relativamente a intervenções arquitetónicas. A definição do conceito demorou algum tempo a apresentar-se com um significado claro, muito por ser associado apenas à questão da materialidade e da forma do objeto arquitetónico em causa.

Nesse sentido, a Conferência de Nara, em 1994, promovida pelo ICOMOS, pela UNESCO e pelo ICCROM²² no Japão, teve um papel preponderante no que diz respeito à problemática da definição do conceito de autenticidade, tendo sido apresentadas outras perspetivas de interpretação do mesmo.

A DOCOMOMO apresentou uma sugestão de salvaguarda da autenticidade do legado do Movimento Moderno, que apontava para várias expressões do tema, e que deviam ser tidas em conta quando, de algum modo, se avaliava a autenticidade de um edifício ou de uma intervenção. A proposta decompunha o conceito em vários “sub-conceitos” de forma a torna-lo mais objetivo. Ou seja, em vez do conceito ser apontado em sentido lato, podem ser abordados vários temas, como por exemplo: a autenticidade da ideia como salvaguarda do conceito do projeto em função do programa inicial; a autenticidade da forma em conjugação com a organização/ lógica espacial e aparência; autenticidade de construção através dos detalhes construtivos que a constituem; e autenticidade dos materiais que devem preservar a autenticidade dos processos de produção dos mesmos.

*Todas estas fontes de informação (...) compreendem a forma e a conceção, os materiais e a substância, o uso e a função, as tradições e as técnicas, a localização e o seu enquadramento, o espírito e a expressão, o estado original e a evolução histórica*²³ e, podendo ser internas ou externas à obra, permitem a descrição do conceito e do património na sua total dimensão (artística, histórica, social e científica).

Em suma, uma intervenção em património moderno deve ser avaliada não só pelo do seu resultado final, como através da compreensão do processo de investigação que está na base desse resultado.

Remetendo aos dois exemplos supramencionados – o Sanatório de Zonnestraal e a Biblioteca de Viipuri – só através do conhecimento dos métodos e processos que estão na base do projeto original é possível a criação de propostas de intervenção adequadas a cada objeto.

²² Trata-se de uma organização intergovernamental que se dedica à preservação do património cultural mundial, iniciando, desenvolvendo, promovendo e facilitando as obras de conservação e restauro.

²³ Retirado da Reprodução do Documento de Nara sobre a Autenticidade – Convenção do Património Mundial. UNESCO, ICCROM, ICOMOS. 18ª sessão. Phuket, Tailândia, 1994. [em linha]. [consultado a 13 de maio de 2017]. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/cpc2007/patrimonio/bloco1/conferencia_de_Nara.pdf

*Falar da sua obra é (...) falar de um percurso extremamente rigoroso e empenhado, sempre vivido com entusiasmo senão com paixão, em todas as suas fases, percurso que se constitui como exemplar, do que foram as dramáticas opções de toda uma geração.*²⁴

²⁴ ALMEIDA, Pedro Vieira – Viana de Lima. In RIBEIRO, José Sommer (Fundação Calouste Gulbenkian); RODRIGUES, José Joaquim (Árvore Centro de Actividades Artísticas, C.R.L.) – *Viana de Lima*. Coord. Geral: Amândio Fernandes Secca. 1ª edição, Lisboa. Editora Marca-Artes Gráficas, 1996, pág. 51

3 | ALFREDO EVANGELISTA VIANA DE LIMA



Figura 5 – Alfredo Evangelista Viana de Lima

3¹ O Percurso Profissional

Alfredo Evangelista Viana de Lima nasceu em Esposende, a 18 de agosto de 1913. Era filho único de um professor primário, Alfredo Viana de Lima, e de Joaquina de Campos Evangelista de Lima.

Ingressou no curso de Arquitetura da Escola Superior de Belas Artes do Porto²⁵ em 1929, tendo terminado a licenciatura em 1941 como estagiário da Secção dos Monumentos Nacionais do Ministério das Obras Públicas, sob orientação do Arquiteto Rogério de Azevedo. Obteve o diploma de arquiteto através do CODA, com o projeto avaliado com dezanove valores, intitulado de “Biblioteca-Arquivo para o Ensino Universitário”.

Com o objetivo de se atualizar enquanto arquiteto moderno, Viana visitou diversos países europeus, entre os quais Espanha, França, Bélgica, Itália e Suécia onde, através do contacto com a sua arquitetura e urbanismo, tomava consciência de como tais problemáticas estavam a ser abordadas na Europa.

Juntamente com Fernando Távora, Keil do Amaral, entre outros arquitetos, em 1946, fundou o ICAT, e um ano depois a ODAM, sediada no Porto, cujas naturezas serão aprofundadas ainda na presente tese. Com 35 anos, juntamente com os restantes membros da ODAM, apresentou no I Congresso Nacional de Arquitetura, em Lisboa, uma tese sobre “O problema Português de Habitação”, que constituiu um grande passo para a arquitetura nacional, pois permitiu aos arquitetos *apresentar ao governo uma imagem de unidade sobre dois pontos importantes: a rejeição do Português Suave e a chamada de atenção para o gravíssimo problema da habitação e o papel da arquitetura e urbanismo modernos na sua solução.*²⁶

Em 1951 foi convidado a participar no *VIII CIAM – The Hearth of the City*, em Inglaterra, cujo tema estava relacionado com os núcleos centrais das cidades históricas, e a partir daí teve presença em todos os restantes Congressos.

Por mão de Josep Lluís Sert e de Sigfried Giedion²⁷, Viana de Lima foi nomeado delegado dos CIAM em Portugal. Como comprova Giedion, *assistiu e participou nas reuniões preparatórias para o IX e X Congressos CIAM. A primeira em Sigtuna (Suécia, 1952) tendo sido convidado a fazer parte da Comissão encarregada de elaborar a Grelha Esquema destinada ao estudo do Habitat, tema proposto para o referido Congresso (1953).*²⁸

²⁵ Atual Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto.

²⁶ PORTAS, Nuno – A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal. In ZEVI, Bruno – *História da Arquitectura Moderna*. Lisboa: Arcádia Editora, 1973. págs. 733-736

²⁷ Sert foi um arquiteto catalão e Giedion historiador e crítico de arquitetura.

²⁸ SECCA, Amândio Fernandes – Viana de Lima: Arquitecto 1913 -1991. pág. 90

No X CIAM, em Dubrovnik (Jugoslávia, 1956), juntamente com os arquitetos Octávio Lixa Felgueiras e Fernando Távora, apresentou uma tese sobre a reabilitação de uma comunidade de Trás-os-Montes.

No ano de 1960²⁹ foi contratado pela Câmara Municipal de Bragança como consultor urbanista, tendo elaborado o Plano Diretor da cidade. Um ano depois, em 1961, foi convidado a pertencer ao corpo docente da Escola Superior de Belas Artes do Porto, onde outrora havia estudado, desempenhando o cargo de Professor Assistente.

Um dos temas a ter em consideração no percurso de Viana de Lima enquanto arquiteto foi a admiração e conseqüente atenção prestada à arquitetura brasileira³⁰, sobretudo ao trabalho de Óscar Niemeyer. Essa atração viria a culminar numa parceria com o arquiteto brasileiro ao desenvolverem juntos o projeto do Casino Park Hotel da Madeira, no Funchal, em 1966.

Em 1969 torna-se membro da Associação Internacional Le Corbusier, de quem era assumidamente seguidor e discípulo. Na década que se seguiu, até cerca de 1977, a atividade de Viana de Lima desenvolveu-se essencialmente no Brasil, muito pelo cargo de consultor da UNESCO e por estar a trabalhar no Plano Diretor da histórica cidade de Ouro Preto. Para além disso, foi o responsável pela elaboração de vários estudos e planos de reabilitação e expansão de diversas cidades dos estados de Maranhão, Alagoas e Sergipe, e desenvolveu ainda vários planos de estudo e de intervenção patrimonial em Rondônia.

Durante a década de 70, desempenhou os cargos de Presidente da Comissão Nacional do Património Arquitetónico Europeu, Presidente da Comissão Organizadora do ISPCN e Consultor do CRUARB, no Porto. Em 1983 tornou-se professor das duas escolas de arquitetura que até então existiam em Portugal, passando a lecionar na Escola de Belas Artes de Lisboa, tendo sido também nomeado Conselheiro da Universidade Técnica de Lisboa.

É através da Fundação Calouste Gulbenkian³¹ que Viana de Lima se ocuparia de diversos trabalhos de cariz patrimonial que, por serem projetos portadores de uma significância social bastante considerável, vêm fazer da atividade do arquiteto um percurso bastante rico com passagem pelas diversas áreas de estudo/ação da arquitetura.

Viana de Lima viria a falecer na cidade do Porto, a 27 de dezembro de 1991, altura em que estava a trabalhar no restauro da Torre de Menagem de Arzila, em Marrocos.

²⁹ No dia 30 de janeiro.

³⁰ "O BRAZIL-BUILDS de 43 era o nosso segundo Vignola", dizia Sérgio Fernandez quando citava Maurício de Vasconcelos em *Percurso. Arquitectura Portuguesa 1930 / 1974*. 2.ª Edição. Porto: FAUP Publicações, 1988, pág. 57

³¹ Pela qual havia sido distinguido com o Grande Prémio de Arquitetura na II Exposição Gulbenkian de Artes Plásticas no ano de 1961.



Figura 6 – O Mestre Viana: Retrato de Viana de Lima por J. Rodrigues

^{3|2} A arquitetura

^{3|2|1} Contextualização Histórico-Temporal

No decorrer dos agitados anos 20, Portugal assiste a uma necessidade de três fatores que vão, entretanto, guiar e definir a mudança do paradigma da arquitetura nacional: *o uso do betão armado*³²; *a formatura de uma geração de arquitetos que troca o ecletismo da sua aprendizagem por uma conceção claramente modernista da arquitetura; e a substituição do regime republicano vigente por uma ditadura que se virá a apoiar nos novos arquitetos e patrocinar alguns dos mais significativos edifícios modernistas portugueses.*³³

Em contraste com a instabilidade social e política que se vivia no país, a conquista da solidez económica deu-se a partir de 1923, período pós I Guerra Mundial, que despoletou um considerável investimento no campo da construção.³⁴

A partir do momento que o novo governo se afirmou, consolidando o seu poder político e assumindo-se como “Estado Novo”, reforçou a importância do papel dos arquitetos e deixou que estes trouxessem consigo uma nova arquitetura, que acaba por não resultar de (...) *um movimento organizado, mas tem uma expressão claramente geracional.*³⁵

*A arquitetura portuguesa, resultando de um processo empírico que dificilmente se distancia do senso comum, foi sendo coincidente com os interesses operativos do sistema, convicta e coerente, contraditória e ambígua quanto ele.*³⁶

A década de 30 corresponde ao período de consolidação do Estado Novo que, para isso, pretendia seguir os modelos internacionais europeus, pese embora as discrepâncias no âmbito social, económico e cultural.

³² Utilizado inicialmente apenas em obras de grande importância e de programas excepcionais, e mais tarde difundido até aos programas habitacionais simples.

³³ CALDAS, João Vieira – Cinco Estremesios sobre o Ambíguo Modernismo. In TOSTÕES, Ana; BECKER, Annette; WANG, Wilfried (coord.) – *Portugal: Arquitectura do século XX*. München, Prestel, 1988, pág. 23

³⁴ O betão armado acompanhou esta fase de evolução e investimento, ainda que, numa primeira fase, fosse utilizado de forma muito comedida e maioritariamente em estruturas mistas, tendo em conta a necessidade de aproveitar obrigatoriamente a mão-de-obra tradicional.

³⁵ Ibidem

³⁶ COSTA, Alexandre Alves. Prefácio. In FERNANDEZ, Sérgio – *Percurso. Arquitectura Portuguesa 1930 / 1974*. 2.ª Edição. Porto: FAUP Publicações, 1988, pág. 4

É com base, essencialmente, nas autocracias alemã e italiana que Portugal compõe o paradigma nacional a seguir.

A criação do Secretariado de Propaganda Nacional, em 1933, surge com o intuito de impulsionar o regime Salazarista, dando maior visibilidade e oportunidade às artes plásticas. A liderança de António Ferro como diretor de propaganda, contribuiu massivamente para a afirmação dos artistas plásticos e dos arquitetos que, no campo de ação do movimento moderno, seriam os responsáveis pela maioria das obras que fossem encomendadas, tendo sido estas maioritariamente públicas.

Também por grande contributo de António Ferro, o estado português atinge uma política de desenvolvimento industrial coesa, e consegue cimentar os métodos de gestão económica e política, ainda que, no âmbito da arquitetura, esses tenham sido anos em que nunca existiu concordância entre o conservadorismo tipicamente português e a expressão formal moderna da Europa pela qual os arquitetos ambicionavam reger-se.

Por isso, o estado decide não continuar a recorrer aos “arquitetos académicos” e foca-se numa geração de arquitetos, intitulada “Geração Transigente” ou “Geração do Compromisso”, para afirmar definitivamente a sua imagem arquitetónica. Entre esses agentes da mudança do paradigma arquitetónico nacional surgem, por exemplo, os nomes de Cristino da Silva (1896-1976), Pardal Monteiro (1897-1957), Cottinelli Telmo (1897-1948), Paulino Montez (1897-1988), Cassiano Branco (1897-1970), Jorge Segurado (1898-1990) e Rogério de Azevedo (1898-1983).

Estes novos arquitetos, cuja formação é de base eclética e tipicamente *beauxartiana*, viriam a ser os protagonistas do grupo de arquitetos oficiais do governo e, conseqüentemente, os responsáveis pelas obras que fossem encomendadas ao estado. Assim sendo, começam a surgir as primeiras obras de afirmação do estatuto desta nova geração, entre as quais edifícios como o Capitólio (1925-31) de Cristino da Silva, o Instituto Superior Técnico (1927-33) de Carlos Ramos, a Garagem do Comércio do Porto (1928-30) de Rogério de Azevedo e o Éden (1929-37) de Cassiano Branco, que se afirmam como experiências conceituadas, que se consolidam não só através de uma abordagem altamente funcional e racional ao nível dos programas, como pela aplicação das recentes potencialidades do betão, ainda que não fosse possível o disfarce da divergência do *zeitgeist* nacional quando comparado aos centros culturais europeus.

A dificuldade em ser finalmente adquirida uma nova linha na arquitetura portuguesa prendia-se, em parte, à ligação ao racionalismo oitocentista com o qual alguns dos novos arquitetos tiveram contacto direto, e ao facto de ter faltado em Portugal uma geração de transição de estilos.³⁷

³⁷ Em Portugal, Raul Lino foi quem podia ter sido o impulsionador dessa transição, devido à sua formação anglo-germânica e à influência das *arts-and-crafts*.

Assim, a primeira geração de arquitetos modernos portugueses nasce praticamente “órfã”, sem meios dignos que sustentassem uma possível reflexão e fundamentação teóricas sobre aquilo que poderia ser a sua proposta de nova linguagem e imagem arquitetónicas. Assim, apostaram numa renovação linguística que, não recorrendo aos cânones ditados pelo movimento moderno europeu, tinha o seu foco direcionado para o problema da habitação e para as questões urbanas, sempre com o objetivo de fazer da arquitetura um condensador social.³⁸

Ao invés de uma Europa onde ocorriam avanços e adaptações socioculturais, Portugal (...) *com uma indústria incipiente, produzirá no século XIX uma arquitetura de suporte de modas estilísticas superficiais ou subsidiárias da construção*,³⁹ que se assume apenas como mais uma “moda” disponível.

O crescente nacionalismo prolonga-se, passando a ser não só uma vontade dos arquitetos que o preservavam e alimentavam, como também acaba por começar a fazer parte dos discursos oficiais de Salazar, Duarte Pacheco e António Ferro. Assim, viam-se *praticamente fechadas quaisquer possibilidades de continuidade para este "efémero" ciclo modernista*.⁴⁰

Embora existisse um interesse assumido nos conceitos arquitetónicos europeus, havia também um certo distanciamento e isolamento cultural em relação ao exterior. São estas contradições que vão despoletar algumas imposições que se tornam públicas em 1941 com a Exposição da Moderna Architectura Alemã⁴¹, mas principalmente em 1940, através da Exposição do Mundo Português, *o grande “show” do regime (...), o grande espetáculo da restauração cultural*⁴². Este manifesto representou o ponto de viragem decisivo no rumo da arquitetura portuguesa, e veio definir um processo cultural que distinguia a postura ética e estética do processo produtivo da arquitetura e de outros campos da cultura.

Assim, na ideologia do Estado Novo, sobrepujam-se uma vertente restauradora e ruralista e outra vertente de progressismo técnico, e até cosmopolita, que se queria imprimir aos programas dos novos equipamentos da modernização do país.⁴³

³⁸ A preocupação socializante da arquitetura, era um dos desígnios que, tanto Gropius, quanto Corbusier, mais defendiam e salvaguardavam na sua atividade enquanto arquitetos em relação ao Movimento Moderno.

³⁹ FERNANDEZ, Sérgio – *Percurso. Arquitectura Portuguesa 1930 / 1974*. 2.ª Edição. Porto: FAUP Publicações, 1988, pág. 11

⁴⁰ TOSTÕES, Ana – *Construção moderna: as grandes mudanças do século XX*. Pág. 15. [Em linha]. [consultado a 17 de março de 2017]. Disponível em: http://in3.dem.ist.utl.pt/msc_04history/aula_5_b.pdf

⁴¹ Versão portuguesa da “Neue Deutsche Baukunst”, foi apresentada em Lisboa com o arquiteto alemão Albert Speer como promotor do certame.

⁴² PORTAS, Nuno – A Evolução da Architectura Moderna em Portugal: Uma Interpretação. In ZEVI, Bruno – *História da Arquitectura Moderna*. II Volume. Lisboa: Arcádia Editora, 1978. pág. 719

⁴³ BARRETO, António – *A Situação Social em Portugal, 1930-1995*. 1º volume, pág. 122

Nesta altura, a arquitetura assume uma função adjuvante à afirmação do poder, conseguindo dar início a algumas reflexões conceituais que vão organizando o advento de um novo percurso arquitetónico.

Após o término da II Guerra Mundial, a ditadura lusa era tida como fascista e, de forma a alterar essa visão e a fazer com que a sua legitimidade fosse reconhecida, estabelece relação com as grandes potências internacionais, mostrando respeito pela liberdade de expressão, ainda que demagogicamente. Dessa forma, assistiu-se a uma abertura nas posições totalitárias que regiam as décadas transatas e, conseqüentemente, as forças de oposição que se faziam representar através de intelectuais ligados à cultura, exerceram as suas forças confiando que as pressões das democracias europeias e americana resultariam numa total abertura da portuguesa.

O I Congresso Nacional de Arquitetura de 1948 trouxe, definitivamente, o novo rumo da arquitetura portuguesa, onde foi recuperado o sentido das buscas modernistas, mas, desta feita, de forma real. Aqui deu-se a rutura da hipotética relação entre os valores da arquitetura do Movimento Moderno e os interesses operativos do sistema.

*Os arquitetos sentem enquanto corpo profissional não só a necessidade de marcar distância em relação ao poder político, mas de vincar definitivamente uma situação de corte.*⁴⁴

É através desta posição extremista, em que os arquitetos *queriam ter liberdade de criação, afirmar os princípios do movimento moderno que se tinha afirmado nos anos 20 na Europa e queriam a participação dos arquitetos em três áreas: cidade, ordenamento do território e na resolução do problema da habitação*⁴⁵, que se vai começando a reforçar o papel do arquiteto na sociedade, à semelhança da situação que os pintores surrealistas e neorealistas atravessavam. Tanto que, tal como refere Ana Tostões, este foi o período em que surge a Segunda Geração de Arquitetos Modernos⁴⁶, *que tinha como referência a arquitectura de Le Corbusier e Walter Gropius.*⁴⁷

Esta geração viria a ter *um papel determinante no tom do Congresso, aliando ao pragmatismo que a prática profissional já ensinara um desejo de profunda mutação, defendida por Francisco Keil do Amaral*

⁴⁴ ALMEIDA, Pedro Vieira; FERNANDES, José Manuel – *A arquitectura Moderna*. vol. 14 da História da Arte em Portugal. Publicações Alfa, Lisboa, 1986, pág. 63

⁴⁵ Parte integrante do Comunicado de João Belo Rodeia (Bastonário da Ordem dos Advogados) à agência Lusa, no âmbito da Sessão Solene Comemorativa dos 60 anos do I Congresso Nacional de Arquitetura, no Instituto Superior Técnico, a 3 de julho de 2008.

⁴⁶ TOSTÕES, Ana – *Os Verdes Anos da Arquitetura Portuguesa dos Anos 50*. 2ª edição. Porto: FAUP Publicações, 1997

⁴⁷ MILHEIRO, Ana Vaz – *João Archer & Manuel Nunes de Almeida: os arquitectos do segundo modernismo*. 2009 [em linha]. [consultado a 30 de Março de 2017]. Disponível em: <http://www.jornalarquitectos.pt/pt/237/mais%20velhos/>

(1910-1975), João Simões (1908-1994), Peres Fernandes (1911-1989), Paulo Cunha (1909-?) e pelos portugueses Arménio Losa (1908-1988), Viana de Lima (1913-1990) e Lobão Vital (1911-?).⁴⁸

Entre muitas outras conquistas, os primeiros marcos mais relevantes desta Geração, e de Viana de Lima, são a fundação do ICAT⁴⁹, em 1946, e do ODAM⁵⁰, em 47.

O ICAT, liderado por Keil do Amaral (posteriormente eleito para Presidente do Sindicato), foi criado para comprar a arruinada revista *Arquitectura*⁵¹, remodelando-a por completo, quer em termos de imagem, quer de conteúdo, *fazendo dela porta-voz para a divulgação das ideias e das realizações do Movimento Moderno*.⁵²

A ODAM tinha como objetivo primordial *divulgar os princípios em que deve assentar a Arquitetura Moderna, procurando afirmar, através da própria obra dos seus componentes, como deve ser formada a consciência profissional e como criar o necessário entendimento entre os arquitetos e os demais técnicos e artistas. (...) procurava divulgar a Arquitetura Moderna através de exposições, conferências, publicações, etc.*⁵³

*Enquanto o Estado Novo procurava sobreviver, os arquitetos organizavam-se em torno dos novos ideais. (...) Fortemente politizados, pugnando pela Arquitetura Moderna, os dois grupos [ICAT e ODAM] iriam juntar esforços para dar cabo do chamado “português suave”, a arquitetura dita nacional que a ditadura de Salazar, a exemplo de outros regimes totalitários, utilizava como instrumento de inculcação ideológica para fortalecer o seu poder.*⁵⁴

⁴⁸ TOSTÕES, Ana (coord. científ.); DIAS, Maria Ana Silva (coord. execut.) – O Congresso e “os verdes anos” 50. In *1º Congresso Nacional de Arquitectura: Relatório da Comissão Executiva, Teses, Conclusões e Votos do Congresso*. Promovido pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos com o patrocínio do Governo. [Edição fac-similar]. Ordem dos Arquitectos e Conselho Directivo Nacional, julho 2008, pág. 17

⁴⁹ Formado em Lisboa, o ICAT é uma associação de arquitetos intitulada *Iniciativas Culturais Arte e Técnica*. Constituída por elementos ativos da oposição ao Regime do Estado Novo, o grupo tinha como principal objetivo disseminar os seus pontos de vista no que dizia respeito aos *problemas do contexto social e económico da produção da arquitetura*. PORTAS, Nuno – A Evolução da Arquitetura Moderna, 1973, págs. 733-736

⁵⁰ Constituída por quarenta membros, era uma associação de arquitetos que *congregava a geração portuguesa nascida em cerca de 1910, como Viana de Lima, Arménio Losa e Cassiano Barbosa, e a dos novíssimos estudantes ou recém-formados (nascidos cerca de 1920)*. TOSTÕES, Ana – O Congresso e “os verdes anos” 50. In *1º Congresso Nacional de Arquitectura*, julho 2008, pág. 21

⁵¹ Onde Keil do Amaral viria a publicar a compilação de textos sobre o estado da arte de arquitetura e da cultura arquitetónica em Portugal, intitulada de *Maleitas da Arquitectura Nacional*, na qual constavam os textos: Uma Iniciativa Necessária; A Formação do Arquitecto; O Arquitecto e o Atelier; O Cliente, as Leis e os Regulamentos; Os Materiais de Construção; O Problema da Mão-de-Obra e A Mania das Pressas e o Dinamismo, Seu Filho Dilecto.

⁵² PEREIRA, Nuno Teotónio – Que fazer com estes 50 anos? In *1º Congresso Nacional de Arquitectura: Relatório da Comissão Executiva, Teses, Conclusões e Votos do Congresso*, op. cit., pág. 45

⁵³ BARBOSA, Cassiano – *ODAM: Organização dos Arquitectos Modernos, Porto 1947-1952*. Edições ASA, Porto, pág. 19

⁵⁴ *Ibidem*, págs. 44-45

Na época de 60, principalmente, foi arduamente inculcada aos arquitetos a necessidade urgente de colocarem em todo o seu saber o espírito de redução, principalmente quando projetavam habitação para as classes com menos recursos.

Efetivamente, (...) os arquitetos não terão percebido a ratoeira profissional que lhes era subtilmente lançada e, (...) através de uma intenção de aparentes contornos sociais, passaram a ser diretamente responsabilizados por uma solução altamente política e economicista da habitação, solução distorcida em relação ao seu verdadeiro significado social.⁵⁵

No entanto, Viana de Lima era, por opção própria, um arquiteto que “construía caro” e que dificilmente viria a converter esta sua vontade numa disciplina de drástica contenção a que a área da habitação social obrigava. Não querendo deixar de abordar por completo a linha dos projetos sociais, esta nunca viria a ser um foco na obra de Viana de Lima, cuja evolução, especialmente nos primeiros vinte anos, se consolidou fundamentalmente através das consecutivas moradias particulares que foi projetando.

Tendo um papel determinante na renovação do panorama moderno da arquitetura em Portugal, Viana de Lima auto propôs-se a recuar no tempo cerca de vinte anos para rever as regras originais do Movimento Moderno, mais concretamente as *Villas* do seu futuro “mestre” Le Corbusier, para assim poder aplicar tão meticulosamente quanto lhe fosse possível os *Cinco Pontos de uma Nova Arquitetura* nas suas obras.

⁵⁵ ALMEIDA, Pedro Vieira – Viana de Lima. 1996, pág. 70



Figura 7 - Casa Honório de Lima sem o elemento linear



Figura 8 - Casa Honório de Lima com o elemento linear

A exposição deste tema, não será feita com uma análise arquitetónica integral da obra de Viana de Lima, mas uma abordagem àquelas que melhor definem a herança construída deixada pelo autor e onde mais fielmente se leem as características corbusianas, sendo este um dos apanágios mais notáveis da arquitetura de Viana de Lima.

O primeiro projeto, a **Casa Honório de Lima**, construída no Porto em 1940, ainda que tenha sido um objeto exemplar daquilo que eram os ideais arquitetónicos pretendidos por Viana de Lima, e consequentemente a imagem de apresentação de toda a sua obra, só viria a ser publicada vinte anos após a sua construção, em março de 1962, pela revista *Arquitectura*, com o cunho de Nuno Portas que considera que o projeto é detentor de *uma posição muito destacada (...) na história do movimento moderno no nosso país.*⁵⁶

Com uma área de implantação relativamente contida, o piso de rés-do-chão era reservado para as zonas de serviços, os vestíbulos e a garagem. O facto do primeiro piso se erguer sobre pilotis liberta uma grande “área de chão” onde Viana de Lima desenha um espaço ajardinado que pode facilmente fazer parte da sala de convívio de forma arredondada, tal como ditavam os conceitos modernos Corbusianos.

*Na arquitetura de Viana de Lima, a invocação de raízes faz-se em paralelo com um exercício virtuosístico de uma linguagem sempre le-Corbusiana.*⁵⁷

Nos vários pisos rege o sentido de horizontalidade que se intensifica através da abundante iluminação proveniente dos vãos exteriores e da liberdade espacial de todos os espaços, entendida como a apropriação do conceito de *planta-livre* do mestre franco-suíço.

Esta era uma obra detentora de, para além de muitas outras subtilezas, uma unidade de conceção tida por muitos como invejável. Essa imagem de unidade surgia por vários motivos, entre os quais estavam por exemplo a materialidade e a cor do objeto em si, no entanto, o que *(...) no projeto garantia essa unidade do todo, residia na subtil intervenção do elemento linear, de audaciosa esbeltez, que definia um volume sobre o terraço do segundo piso. Pelo lançamento no espaço, esse elemento servia de facto para aligeirar uma articulação da massa edificada, simultaneamente criando uma presença virtual de um volume prismático (...). Nele, o prisma está e não está presente.*⁵⁸

⁵⁶ PORTAS, Nuno – 1941 - *Casa Unifamiliar, no Porto, na R. Honório de Lima*. Revista *Arquitectura*: nº 74 (1962) pág.30

⁵⁷ ALMEIDA, Pedro Vieira – *Viana de Lima*. 1996, pág. 60

⁵⁸ ALMEIDA, Pedro Vieira – *Viana de Lima*. 1996, pág. 73

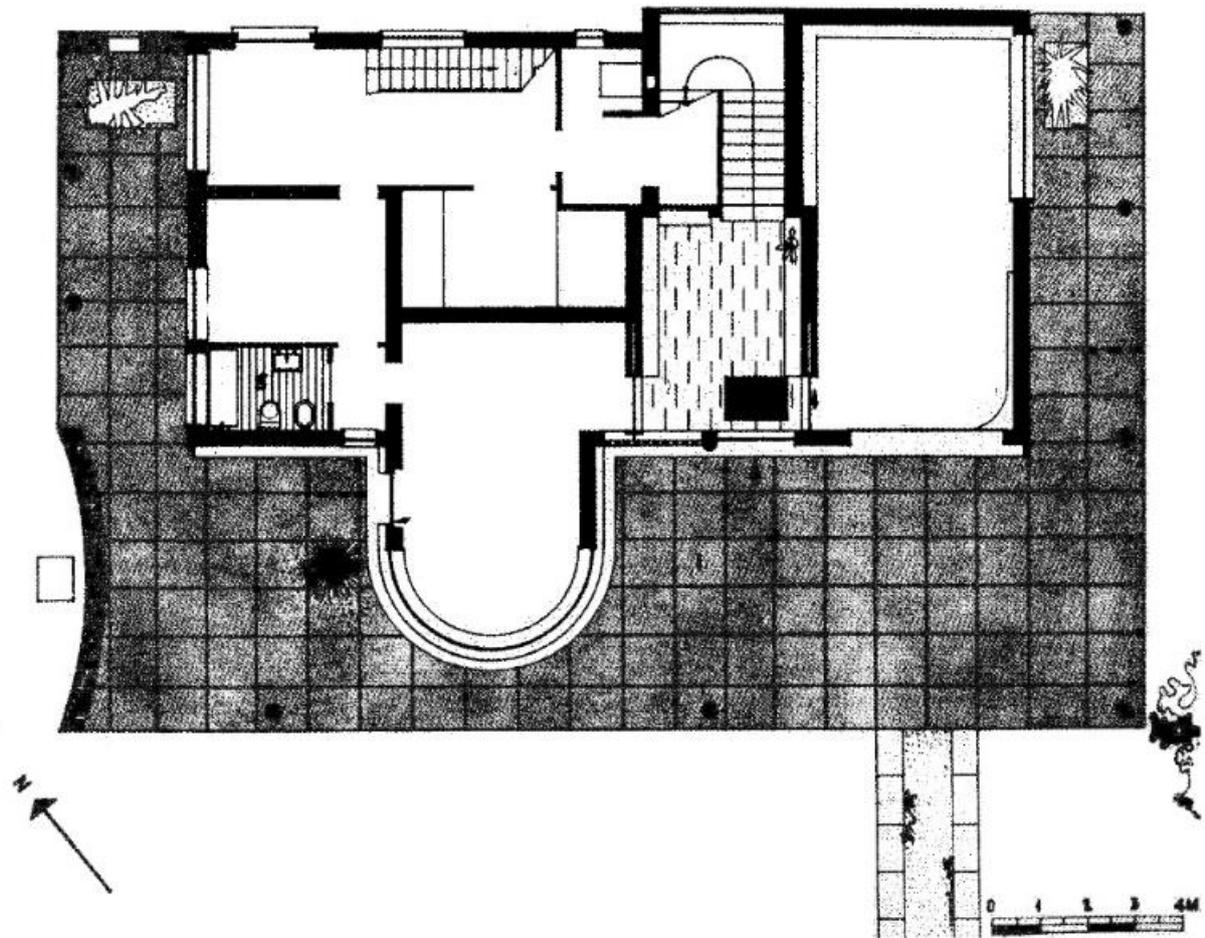


Figura 9 - Planta do rés-do-chão da Casa Honório de Lima

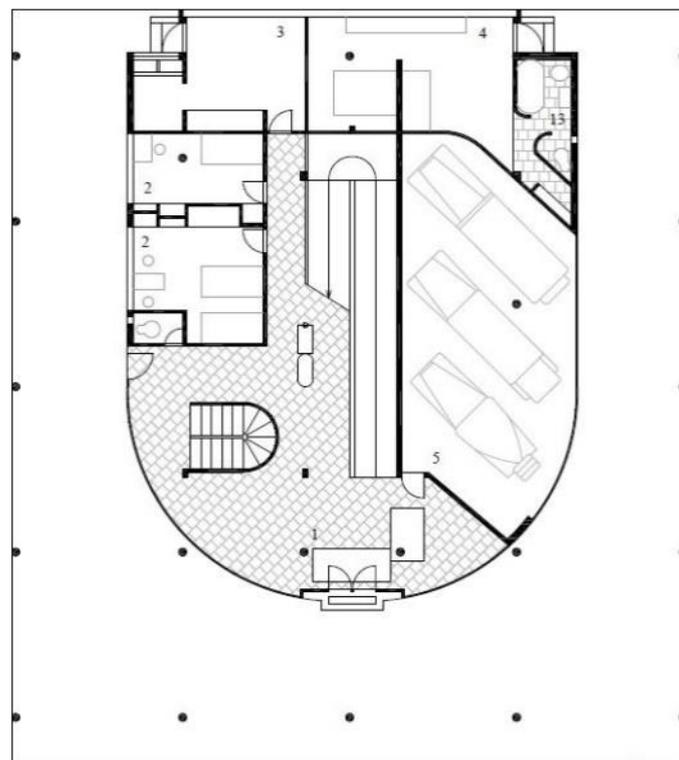


Figura 10 - Planta do rés-do-chão da Villa Savoye de Le Corbusier

Caracterizada como um objeto arquitetónico de extrema sensibilidade no que ao exercício formal diz respeito, a moradia era parte integrante de um bairro organizado por lotes de casas de carácter unifamiliar, e desenvolvia-se em quatro pisos num total de 500m² de área de construção, sem serem contabilizadas as áreas das zonas de serviço.

No entanto, o autor, neste caso, deixa cair uma das preferências de Le Corbusier, que são os jogos interiores de espacialidade vertical, que acontecem unicamente nas zonas exteriores, especialmente nos terraços e no solário. Este último, o solário, era um corpo praticamente isolado que pousava sobre o terceiro piso da casa, de forma cilíndrica, foi sempre, e inevitavelmente, associado pelos conhecedores da arquitetura moderna da época como uma direta e assumida alusão à *Villa Savoye*.

Além de tudo isto, o projeto abordava o radicalismo moderno pela capacidade já adquirida no manuseamento dos novos sistemas compositivos, mas Viana de Lima não deixa que se perca a relação entre o que nesta altura se construía e a história e tradição do lugar, *sobretudo ao nível do adoçamento linguístico de alguns elementos arquitetónicos aos processos construtivos locais (p alas, varandas, etc.)*.⁵⁹

Com esta obra, de certo modo, vem o iniciar do período de aceitação da recém-chegada doutrina do *Espirit Nouveau*, adaptando pilotis, planta livre, fachada livre, janela corrida e terraço-jardim, perfazendo a conceção da *Villa Savoye*, para além de que se determina exemplar para as obras modernas a partir de 1945 em Portugal.

⁵⁹ ROSA, Edite Maria – *ODAM: Valores modernos e a confrontação com a realidade produtiva*, pág. 328

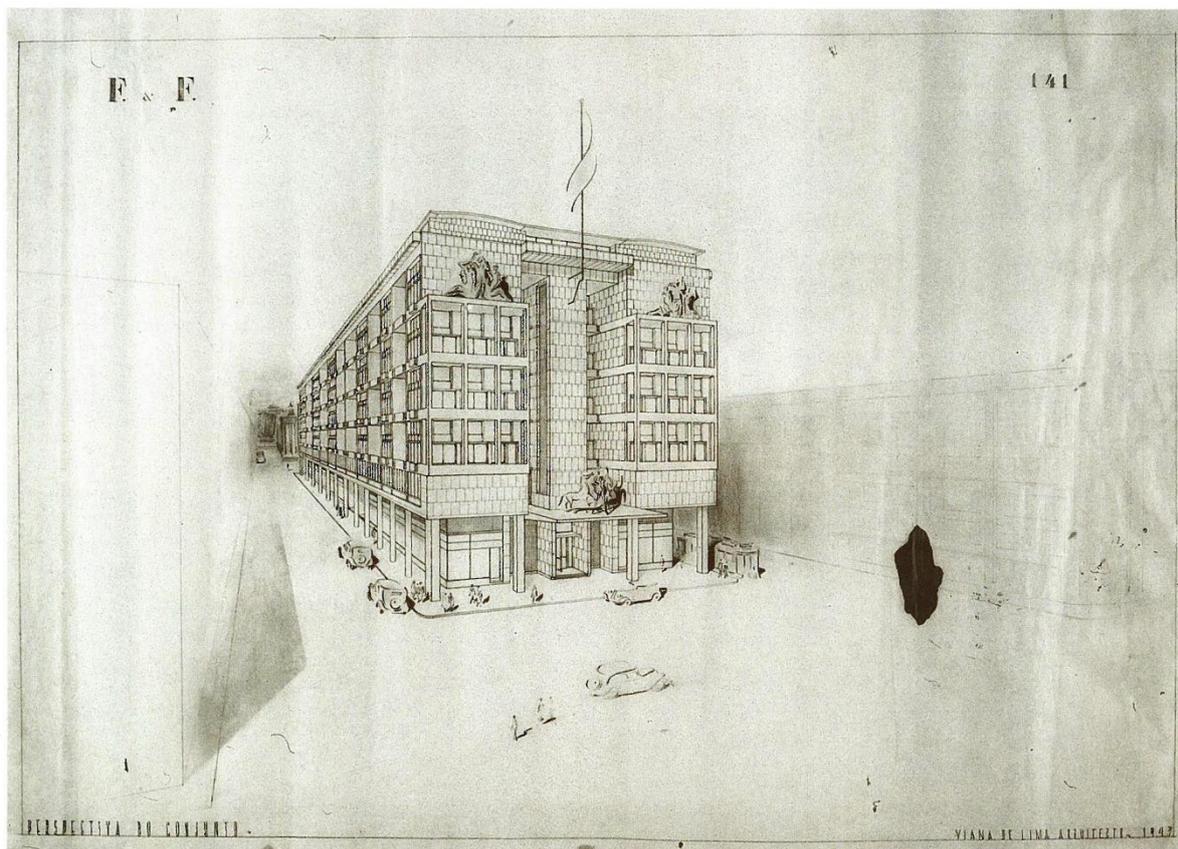


Figura 11 - Bloco Sá da Bandeira, Porto, 1943

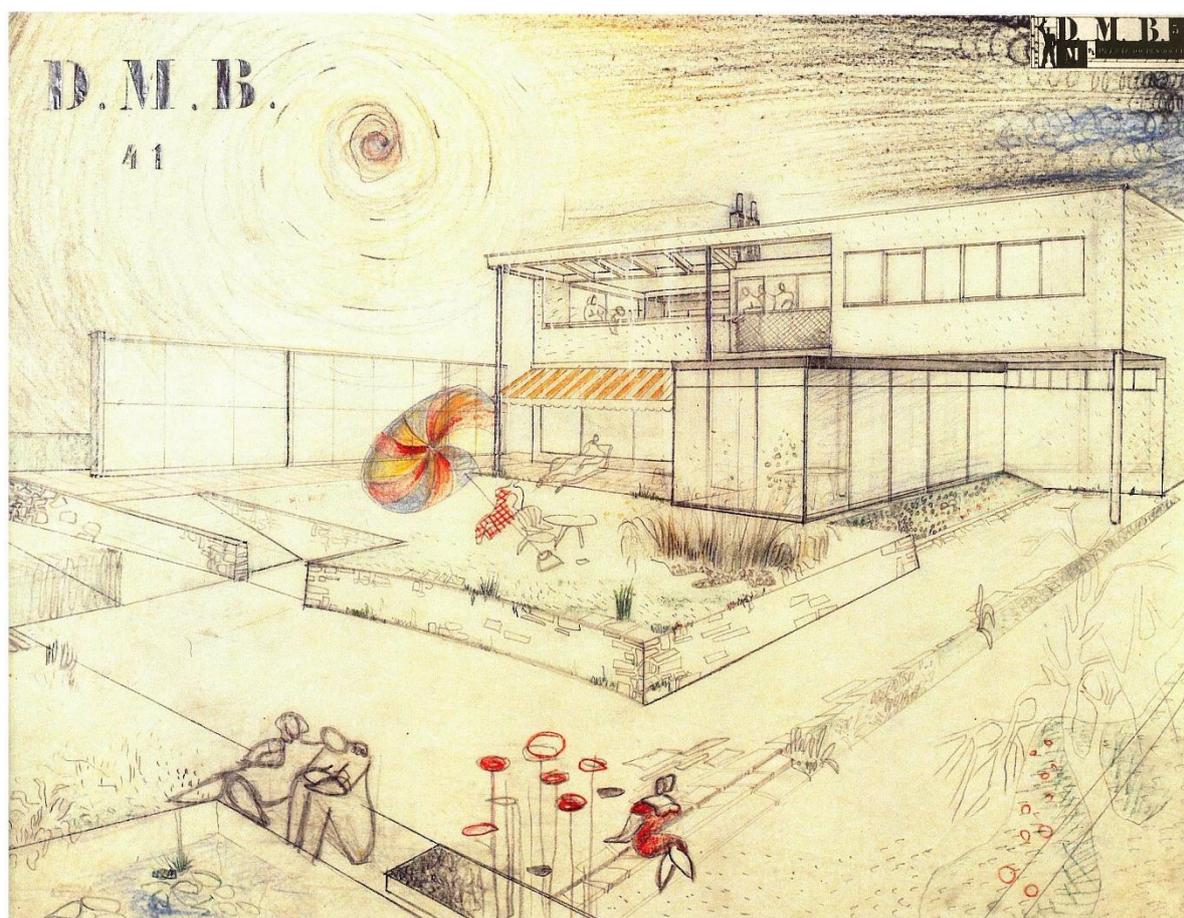


Figura 12 - Casa Maria Borges, Porto, 1950

No ano de 1943, Viana de Lima projeta dois edifícios em altura, um seria o Hotel Império, na Praça da Batalha no Porto, que não terá sido integralmente levado a cabo, e o Bloco de Sá da Bandeira, que acabaria por não ser construído.

Em ambos os projetos não se encontram grandes referências às ideias de Corbusier. No entanto, o projeto do **Hotel Império** seria a primeira aproximação a esses ideais, ainda que bastante condicionada, pelo facto de nele não estarem desenvolvidas as articulações verticais entre pisos que Corbusier tanto privilegiava.

É no **Bloco de Sá da Bandeira** que essas tais articulações verticais entre os diferentes pisos acabam por surgir, e desta feita de forma notável.

Delimitado por um quarteirão já completamente integrado no sistema urbano da cidade Portuense, é composto por dois blocos praticamente paralelos entre si, servidos por um sistema de galerias longitudinais que correm no interior dos blocos, provenientes de duas caixas de escadas, uma em cada topo dos mesmos. No espaço imediato às escadas, sendo este um espaço comum a todos os moradores, as galerias surgiam abertas para a cidade.

Sucedem-se a **Casa Maria Borges** que, como a primeira, é de direta inspiração corbusiana. Construída em 1950, não só as concordâncias exteriores de associação de volumes planos fenestrados por grandes envidraçados, como os jogos verticais de articulação entre espaços fazem referência ao que eram as linhas de Corbusier. Neste projeto, Viana de Lima até graficamente referencia essa relação através do arranjo da legenda dos desenhos, onde está sempre presente a figura do *Modulor*.

Atingidos os seus limites de cedência projetual por força da proprietária do imóvel, Viana de Lima acabaria por abandonar o projeto.

Assim surge o apontamento perspético de certa forma caricaturado da vista principal da casa onde, mais uma vez, pode ser interpretada a dualidade de conceitos das obras de Viana de Lima que andam entre o racionalismo moderno aberto ao vocabulário internacional e a noção absoluta das tendências do lugar para onde projeta. O desenho enuncia a moradia através de um rigor frio e racional, mas, em contraste, dispõe algumas figuras que em nada se relacionam com o grafismo imaculado de Corbusier: *São figuras do dia-a-dia, em que até poderíamos ver uma bem-humorada referência a alguma burguesia nortenha.*⁶⁰

⁶⁰ ALMEIDA, Pedro Vieira – Viana de Lima. 1996, pág. 78

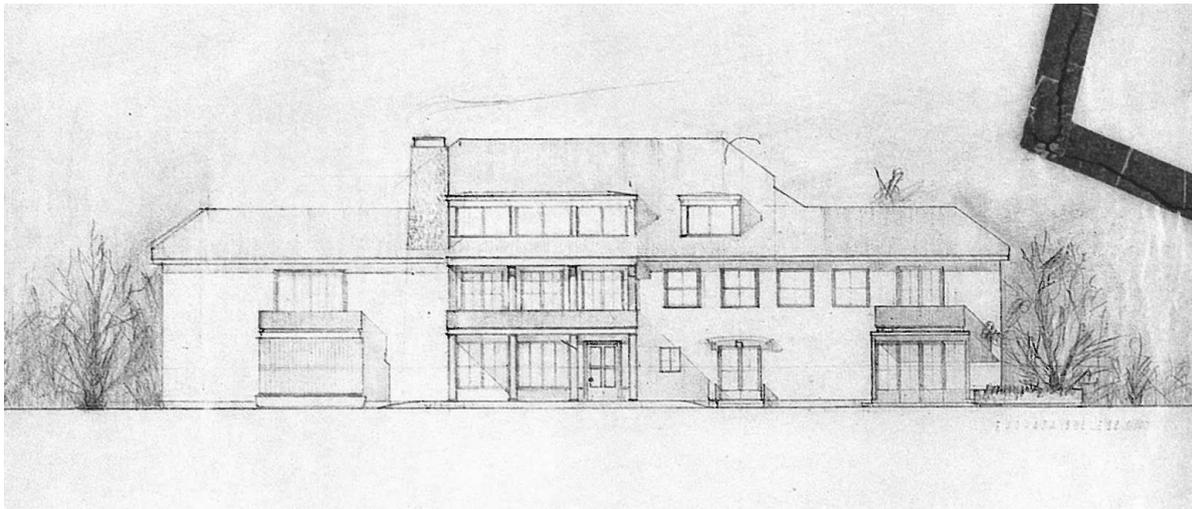


Figura 13 - Casa Francisco Borges, Porto, 1948

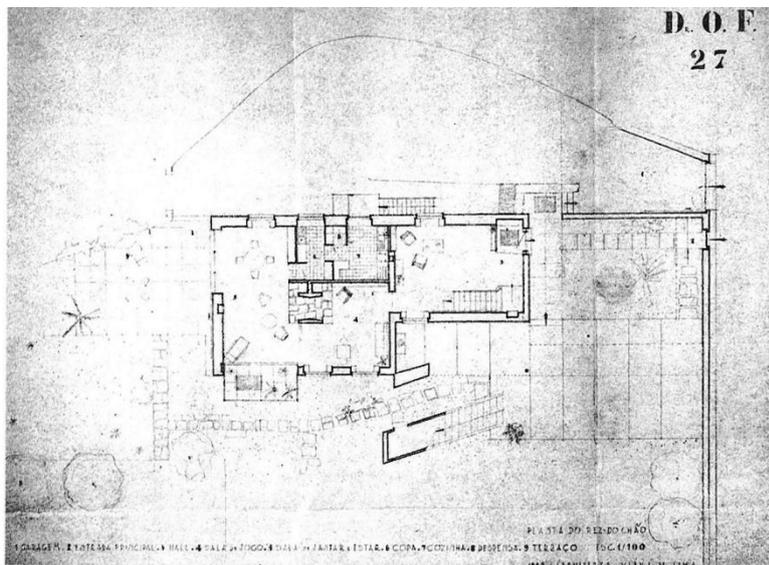
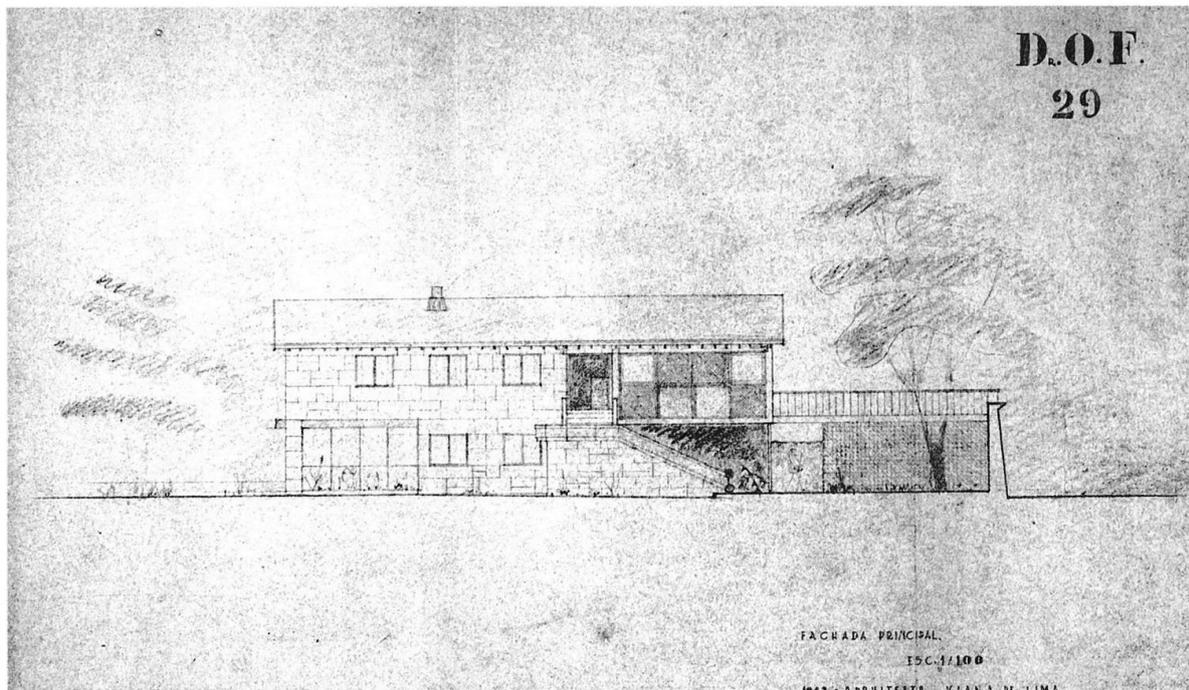


Figura 14 - Casa Olivio França, Vila Verde, 1952

É ainda nos primórdios do mesmo decénio que, na **Casa Francisco Borges**, surge pela primeira vez o regresso às volumetrias encimadas por um telhado inclinado.⁶¹

Esta é uma tendência que se vê intensificada aquando da publicação do *Inquérito à Arquitetura Popular*, em 1961. Embora a publicação remeta para o início da década de 60, os trabalhos do IAP já decorriam desde 1955 e até antes dessa data já haviam indícios do espírito que se direcionava para a arquitetura popular portuguesa.

Prova disso é, por exemplo, o artigo teórico *Uma Iniciativa Necessária*⁶², em que Keil do Amaral batalha pela elaboração de um estudo rigoroso sobre a arquitetura regional a nível nacional, propondo que seja realizada uma catalogação das características da arquitetura popular de todas as regiões do país. Este documento viria a ser a origem do surgimento de posteriores iniciativas, sendo assim mais um marco histórico na arquitetura portuguesa.⁶³

Retomando o foco da obra de Viana de Lima, na Casa Francisco Borges, o elemento das escadas, com um desenho menos purista que o habitual e principalmente no segundo piso, integra-se especialmente na lógica distributiva de todo o projeto, que se faz de forma centrada em si. Essa distribuição central lembra a *rua interior* das *Unités de Marselha* e de *Nantes-Rezé*, lógica que aparece várias vezes na obra de Viana de Lima.

A **Casa Olívio França**, construída com base na recuperação de uma estrutura pré-existente no ano de 1952 em Vila-Verde, apresenta uma solução com aparente influência no *Inquérito à Arquitetura Popular*. Neste projeto é de evidenciar as *promenades* exteriores, principalmente a do piso térreo que acaba num generoso terraço sobre a garagem e que define um pequeno jardim onde já existia um tanque de água. A cobertura é simples, de duas águas, tipicamente portuguesa.

⁶¹ O facto deste projeto partir do aproveitamento de uma pré-existência pode ter tido influência direta neste facto.

⁶² In *Arquitetura*, n.º 14. Lisboa, abril de 1947, pág. 12-13

⁶³ No artigo *Uma Iniciativa Necessária*, a inquietação de Keil do Amaral prendia-se à desmistificação do mito da “Casa Portuguesa”, explicando que *A nossa arquitetura regional encerra muitas e valiosas lições. O que falta é estudá-las, aprendê-las, porque até hoje pouco mais se fez do que cabular. Pouco mais se fez do que copiar, estilizando-o, o aspeto dos edifícios característicos. E não é isso que interessa, fundamentalmente; nem a isso se pode chamar arquitetura regional. O que realmente interessa é procurar, em cada região, as maneiras como os habitantes conseguiram resolver os diversos problemas que o clima, os materiais, a economia e as condições de vida inerentes à região impuseram às edificações. (...) é uma obra de compreensão e amor que tem de ser feita...*



Figura 15 - Esquema de implantação do Casino Park Hotel, Madeira, 1966

Outra obra que surge nesta altura, mais precisamente em 1954, é a **Casa das Marinhas**, que Viana projeta para si próprio numa colina em Esposende, junto a um moinho de vento. A escolha do lugar revela, mais uma vez, uma atitude de certa forma bucólica e culturalista que esteve presente ao longo de toda a carreira de Viana de Lima ainda que, em alguns casos, possa ter sido de forma subconsciente.

Como se vem notando, e sucessivamente continuaria a acontecer durante praticamente mais uma década, o vocabulário de Le Corbusier ia deixando de aparecer tão frequentemente nas obras de Viana. É então em 61 que se dá o regresso dessa linha corbusiana nos seus projetos, nomeadamente com a **Faculdade de Economia do Porto**.

É sensivelmente a partir desta época que começam a aparecer na obra de Viana de Lima edifícios cuja escala se relaciona mais com as lógicas urbanas do sítio onde se insere, com um programa bastante mais complexo que o habitual e que, por isso, obrigam a que os objetos tenham uma imagem mais majestática.

Viana de Lima veria aqui a sua obra saltar do paradigma de satisfazer uma arquitetura de cariz privado, projetando maioritariamente moradias particulares, onde a sua liberdade era balizada pelos limites do lote onde trabalhava, para um conceito onde o objeto criado se integra numa arquitetura que se estende até às lógicas urbanas do lugar.

De certo modo, pode ler-se nas obras de Viana a mudança entre projetar e planejar, salvaguardando aqui a “não-tentativa” de estabelecer com esta interpretação uma hierarquia de valor entre os dois atos, mas sim distinguir dois métodos de abordagem e de processo de trabalho diferentes.⁶⁴

Ainda neste âmbito, surge o **Edifício Multiusos** do Montepio Geral de Bragança, em 1963, e três anos depois o **Mercado de Vinhais** e o **Casino Park Hotel** do Funchal que desenvolveu com Óscar Niemeyer. Como atrás referenciado o aspeto da escala das novas encomendas a Viana, pode também constatar-se nos desenhos destes projetos um alargamento na escala dos mesmos. Agora não aparecem apenas plantas, cortes e alçados e passam a aparecer, ainda que muitas vezes esquemáticas, plantas à escala da implantação que mostram os estudos daquilo que Viana propõe ser a inclusão do objeto arquitetónico no tecido urbano do lugar.

⁶⁴ Importante salientar que, mesmo antes da Faculdade de Economia ser projetada em 1961, Viana de Lima já tinha desenvolvido projetos de “arquitetura urbana”, nomeadamente o Antepiano de Urbanização de Vila Verde (1955), o Hospital de Bragança (1957) e o Antepiano de Urbanização de Valença do Minho (1960). O que se pretende referir nesta análise é que, a partir de 61, os projetos incluídos nesse âmbito urbano começam a aparecer encomendados a Viana mais frequentemente.

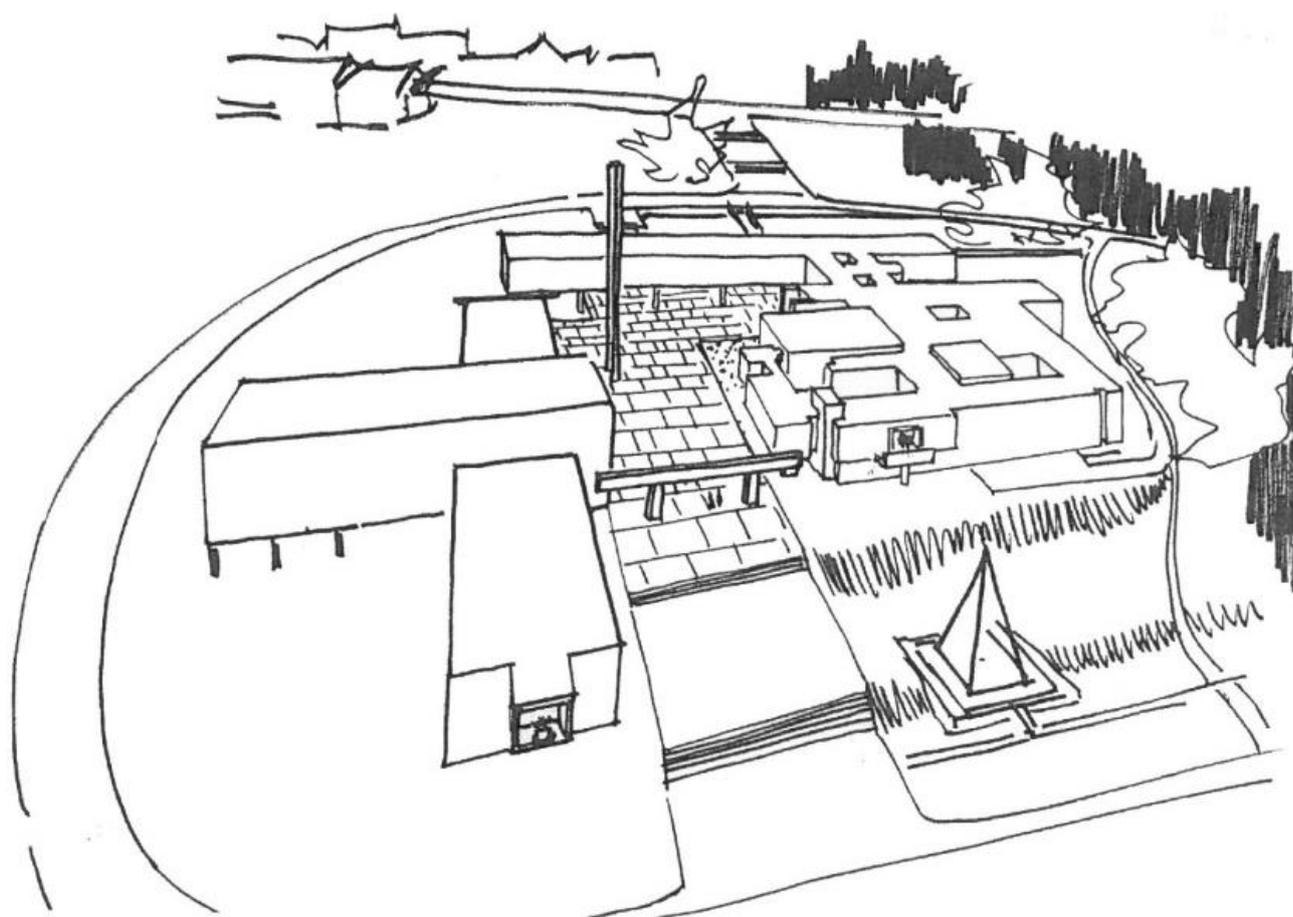


Figura 16 – Desenho perspético do Tribunal de Santa Maria da Feira, 1974

Sucedeu-se nesta arrumação temática, em 1971, o **Palácio de Justiça de Caminha** e os **Paços do Concelho de Santa Maria da Feira**, sendo que, entre os dois, é no segundo que se nota uma maior preocupação urbana através de esquemas em planta e de esboços perspéticos.

Os primeiros desenhos do **Palácio da Justiça de Santa Maria da Feira** surgem em 1974, e neles salienta-se o culminar de dois tipos de espaços urbanos diferentes, um traçado das vias de tráfego automóvel e um outro mais orgânico de serviço local.

Por fim, é relevante abordar a série de projetos encomendados pela Fundação Calouste Gulbenkian dado que, de certo modo, vêm fixar o interesse e a experiência em obras de cariz patrimonial na carreira de Viana.

De forma direta, pode ser lembrado o estudo da Ilha de Moçambique, em 1982, e de Príncipe da Beira, um forte no interior do Brasil, a Porta de Santiago e a Igreja de S. Paulo em Malaca, no ano de 1985. Depois a Igreja-Convento de S. Domingos em 87 na Tailândia, e finalmente a Torre de Arzila, cuja construção Viana não acompanhou, mas deixou o projeto concluído.

A importância destes projetos a cargo da Gulbenkian, os últimos que tratou, prende-se com o facto de formarem a prova de que os aspetos urbanos e patrimoniais eram também um tema determinante na sua obra.

Lêem-se assim três fases distintas da obra de Viana de Lima: uma primeira de “agressiva” atitude funcional e modernista, brutalmente a-histórica, uma segunda que se afasta relativamente dos conceitos do seu “mentor” Le Corbusier e que, por sua vez, se aproxima das características da arquitetura popular portuguesa, sucedendo-se um terceiro período em que os programas que lhe cabiam tratar implicavam uma maior abrangência projetual e, consecutivamente, um vasto conhecimento do passado e um extremo respeito patrimonial.

Sempre com *dignité, loyauté, générosité, coeur, intelligence et talent*.⁶⁵

⁶⁵ “Dignidade, lealdade, generosidade, coração, inteligência e talento.” Discurso de Corbusier, referindo-se ao trabalho de Grópius numa festa de aniversário do próprio.



Figura 17 – Interior do TSMF

4 | O TRIBUNAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

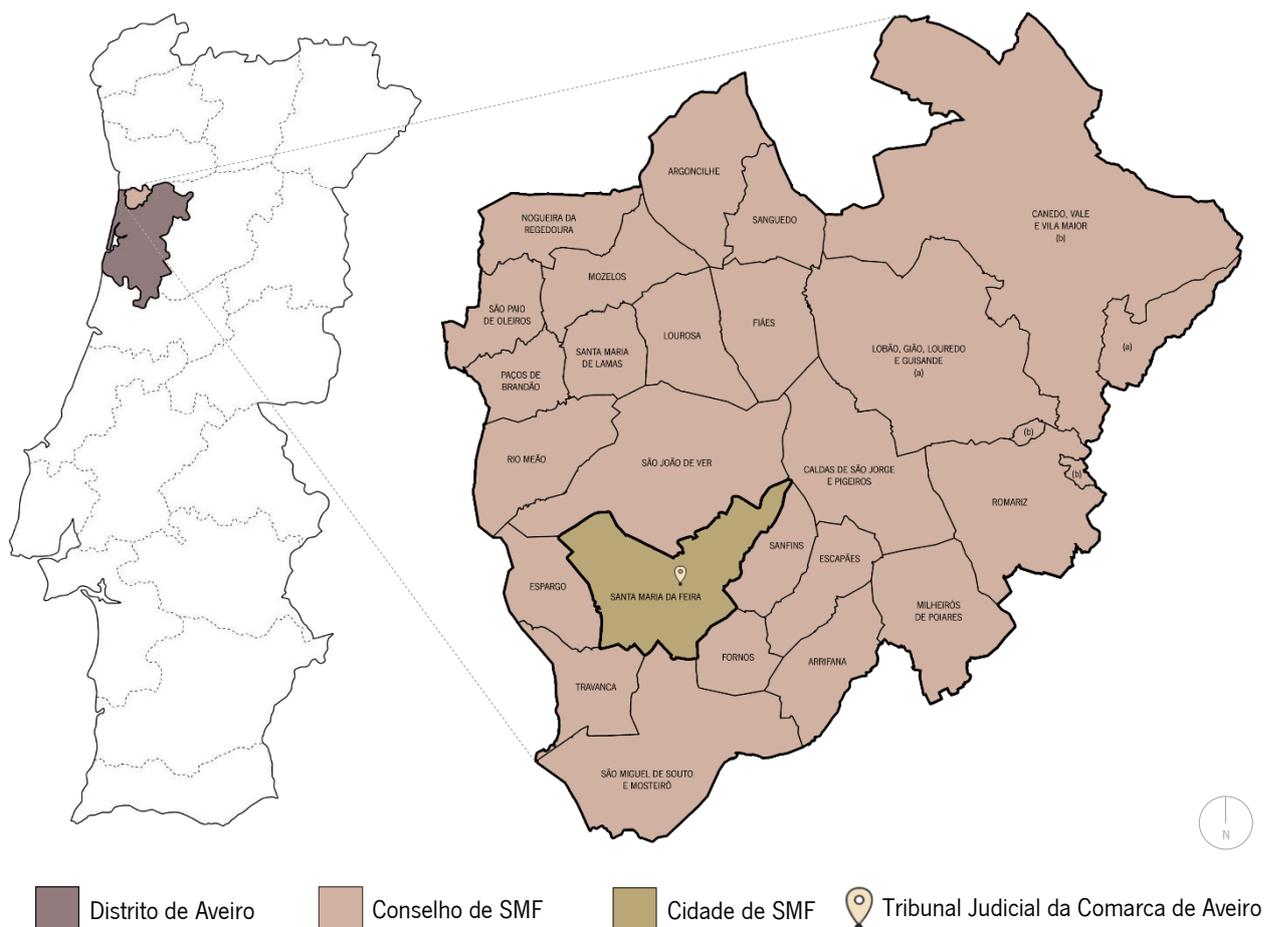


Figura 18 - Enquadramento territorial

4¹ Contextualização geral

Projetado por um dos arquitetos mais influentes do Movimento Moderno em Portugal, o Tribunal de Santa Maria da Feira é um dos objetos de maior relevância da obra de Viana de Lima.

Como referido anteriormente, os primeiros esboços do projeto datam de 1974, no entanto, um longo percurso de debate entre o arquiteto e a Câmara Municipal, com vista a sucessivos ajustes projetuais, acabariam por retardar o início da obra por quase uma década.

O projeto sofreu bastantes alterações em relação à ideia inicial de Viana de Lima, e a obra arrancaria apenas no ano de 1983. Decorridos oito anos, deu-se por concluído todo o processo de construção que se revelou bastante demorado por consequência das alterações projetuais que persistiram mesmo em curso de obra.

A inauguração do edifício foi em 1991 e, dezassete anos depois, em 2008, surge diagnosticado com perigo eminente de desabamento, facto que originou a que as instalações do Palácio da Justiça fossem abandonadas praticamente de imediato.

No presente, embora que o previsto nesse diagnóstico não se tenha verificado, o edifício começa, naturalmente, a encontrar-se num avançado estado de degradação.

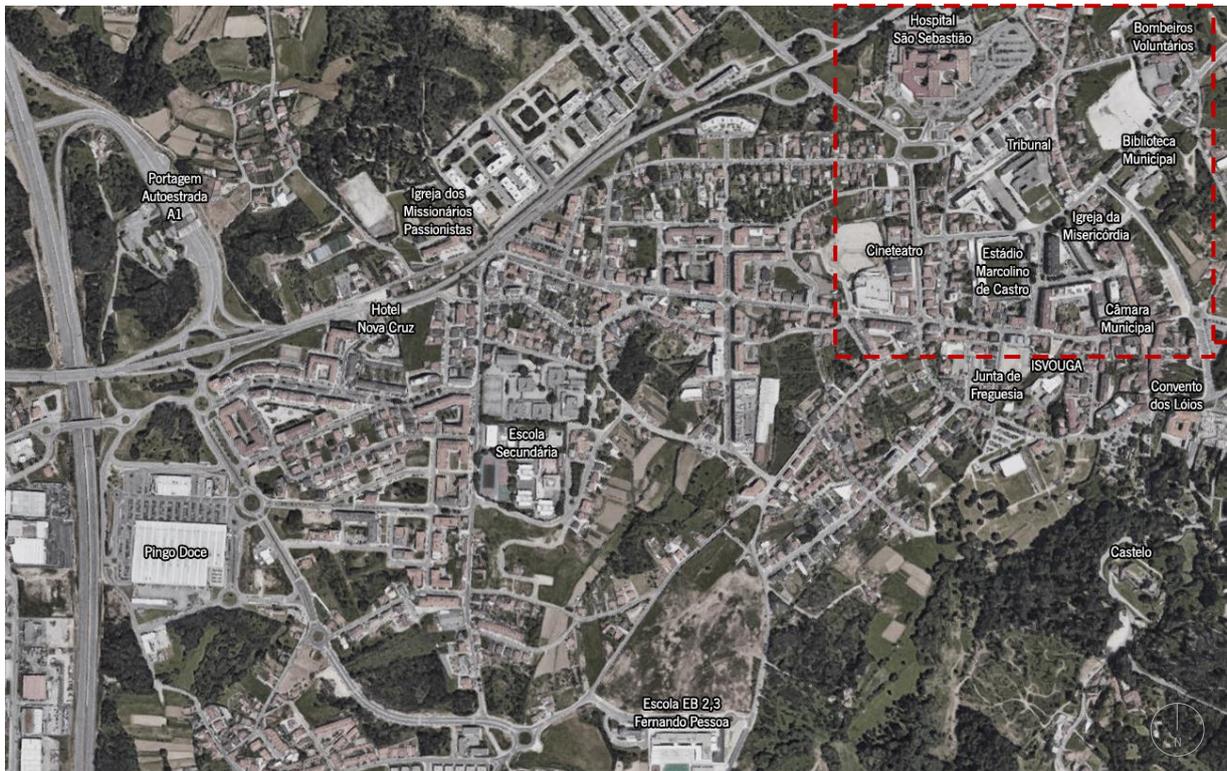


Figura 19 - Ortofotomapa da cidade de SMF: Identificação da área envolvente do Tribunal

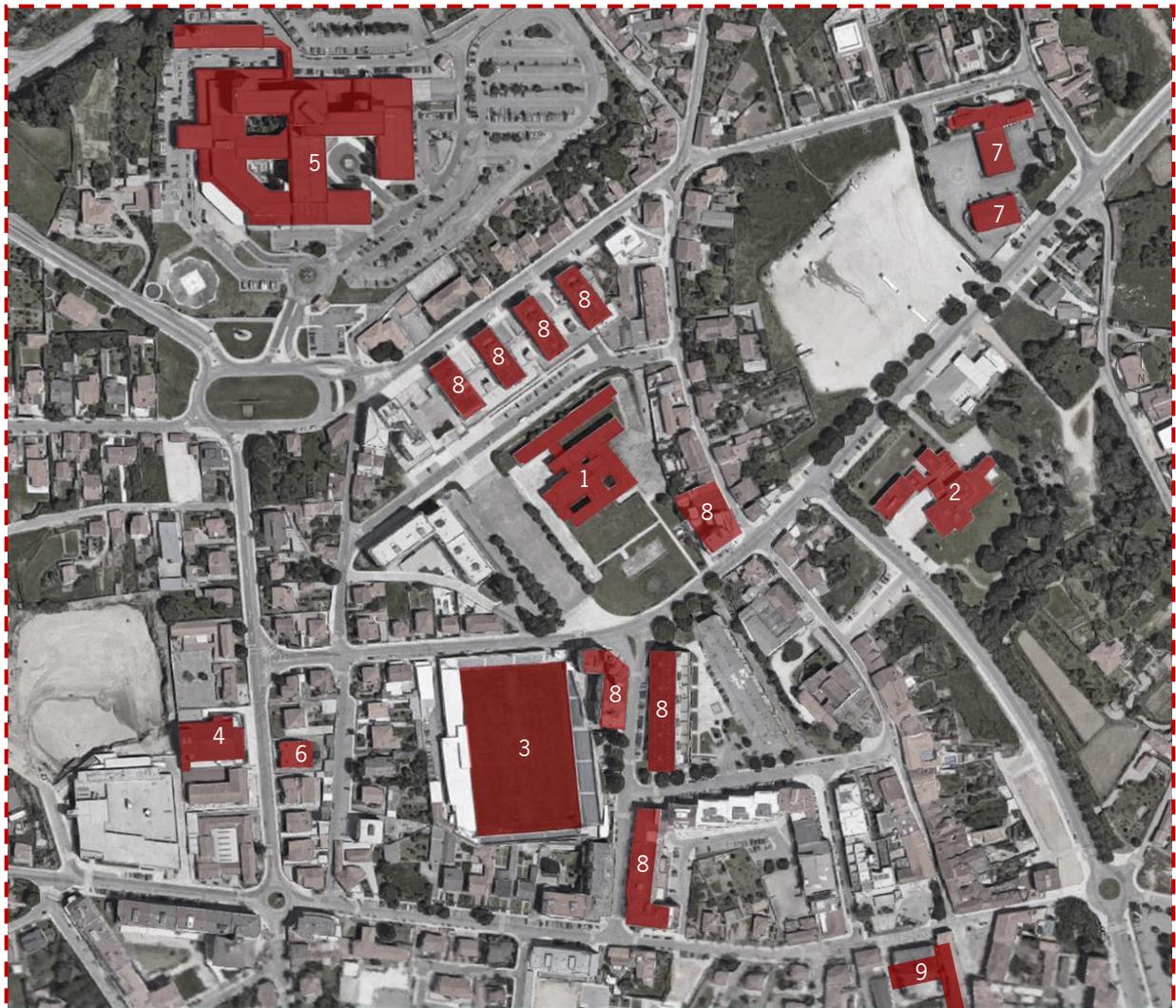


Figura 20 - Ortofotomapa da área envolvente do Tribunal: Identificação de serviços e equipamentos

4¹² Enquadramento Geográfico

Denominado Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro (TSMF), o edifício situa-se no distrito de Aveiro, no centro da cidade de Santa Maria da Feira (SMF), zona onde, num raio de aproximadamente 500m a partir do TSMF, estão implantadas as mais diversas atividades, serviços e equipamentos, como por exemplo: a Biblioteca Municipal, o Estádio Marcolino de Castro, o Cineteatro António Lamoso, o Hospital São Sebastião, o centro de saúde e o quartel dos bombeiros, as finanças e serviços sociais, bancos, escritórios, comércio variado, e ainda o edifício dos Paços do Concelho de SMF, também este projetado por Viana de Lima.

Mesmo sendo um edifício com uma escala bastante imponente e um dos que tem uma maior importância programática entre os que o rodeiam, o projeto de Viana de Lima assume-se como exceção à regra de ocupação do edificado que, nesta zona, ronda os 100%.

Legenda da Figura 19:

1. Tribunal
2. Biblioteca Municipal
3. Estádio Marcolino de Castro
4. Cineteatro António Lamoso
5. Hospital São Sebastião (Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga)
6. Centro de Saúde
7. Quartel dos Bombeiros Voluntários
8. Finanças, serviços sociais, bancos, escritórios ou comércio variado
9. Câmara Municipal



Figura 21 - Esquema de Implantação

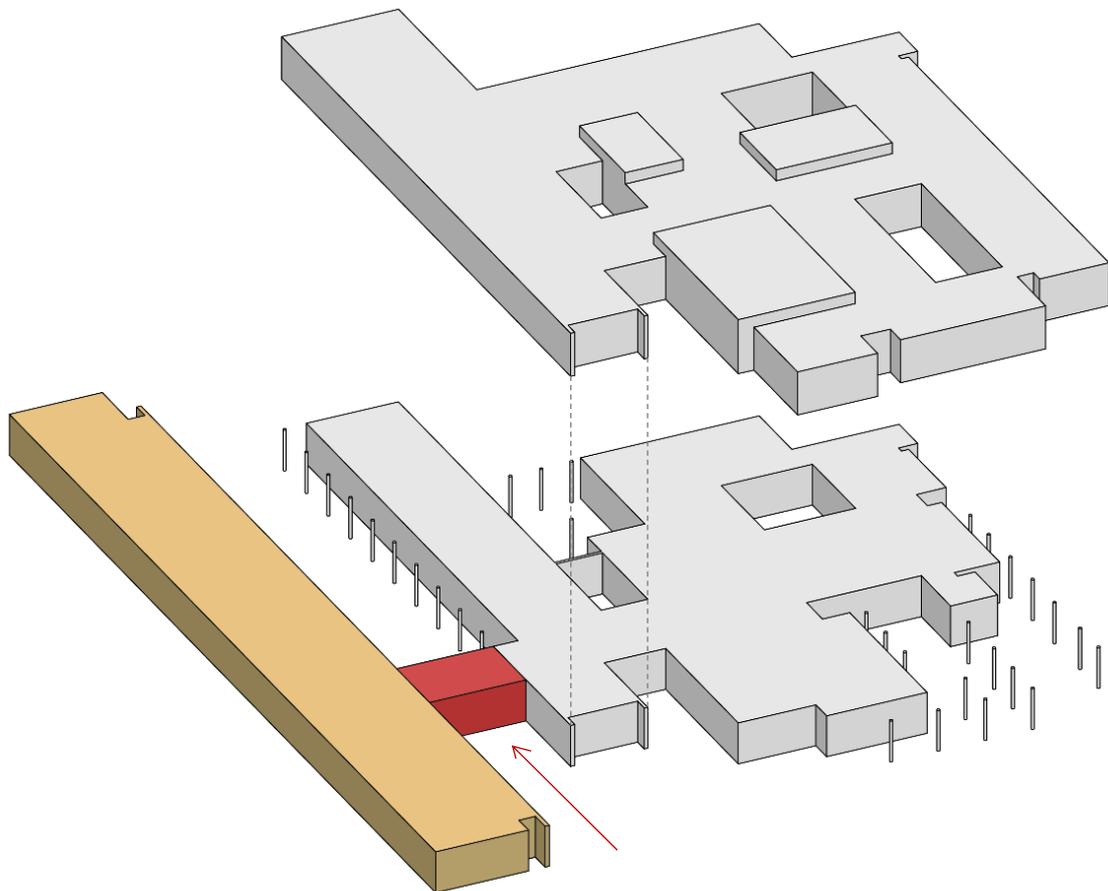


Figura 22 - Axonometria explodida da volumetria

Entrada do edifício
 Volume a norte da entrada, regular e de um único piso
 Volume a sul da entrada, irregular e de dois pisos

4³ Análise Morfológica e Compositiva

4³¹ Implantação e Volumetria

Com a frente sul direcionada para o jardim que antecede a Avenida 25 de Abril, o edifício implanta-se em concordância com a Alameda do Tribunal, uma praça com cerca de 2500m² de área livre.

A entrada do Tribunal situa-se no topo norte da Alameda, e é a zona que divide volumetricamente o edifício, na medida em que, para o lado norte da entrada, o volume apresenta-se regular e com apenas um piso, e para sul rege uma linguagem morfológica irregular e com uma escala mais vasta e imponente.

4³² Organização Funcional e Espacial

Em aproximadamente 4300m², *Viana organiza com limpeza a complexa teia do programa e serve-se do átrio de entrada do conjunto como edifício de separação entre os corpos de cartórios e de salas de tribunal.*⁶⁶

O volume que alberga as conservatórias é, de acordo com o anteriormente referenciado, o que se implanta a norte da entrada do edifício [Figura 20]. Com apenas um piso, este volume caracteriza-se por ser uma zona de grande fluxo de pessoas, pelo facto de nele se situarem as Conservatórias do Registo Predial, do Registo Civil e do Notariado. O mesmo acontece com todas as áreas reservadas para as secretarias, que se concentram essencialmente no volume do topo norte do piso 2 (onde se desenvolviam as diferentes Secções dos Juízos Cível e Criminal), e cujo atendimento ao público funciona de forma direta, ao balcão, em todas as Secções. Ambos os volumes são desenhados com uma forma prismática retangular, e uma longa galeria de chamada através da qual se realiza o atendimento ao público.

O edifício dispõe de quatro salas de audiência, que funcionam de forma semipública, e apenas uma – a mais reduzida – se situa no piso 1; as restantes reúnem-se em torno do átrio do piso 2. Devido ao facto de terem um pé direito superior às restantes áreas do edifício, a forma das salas de audiência repercute-se nos alçados exteriores do mesmo, onde é atingida a cêrcea máxima de 10.50m de altura.

⁶⁶ ALMEIDA, Pedro Vieira – Viana de Lima. 1996, pág. 86



Figura 23 – Interior do TSMF

Também no piso 1, o edifício dispõe de uma almoeda⁶⁷ e de pequeno posto de detenções que, de certo modo, constitui uma exceção à regra na medida em que, havendo a possibilidade de acesso pelo interior do edifício, a entrada principal para o posto situa-se no alçado tardoz (alçado noroeste), e concretiza-se a partir de um átrio semiexterior encerrado com um portão gradeado.

No piso 2, o volume que pousa sobre o posto de detenções diz respeito à área de labor dos Serviços do Ministério Público.

As restantes áreas são destinadas a gabinetes de acesso restrito, entre os quais encontramos gabinetes do secretariado, do ministério público, de realização de exames médicos, gabinetes de advogados, salas de testemunhas, e ainda os gabinetes de magistrados. Estes espaços caracterizam-se por serem módulos cubiculares, que se adossam, maioritariamente, à fachada exterior e libertam a zona mais central do edifício, o que facilita o acesso do público às zonas que lhe são reservadas.

⁶⁷ Almoeda – substantivo feminino (árabe al-munada): Venda pública feita a quem faz a maior oferta – Hasta Pública; Leilão.



Figura 24 - Pátio [A]

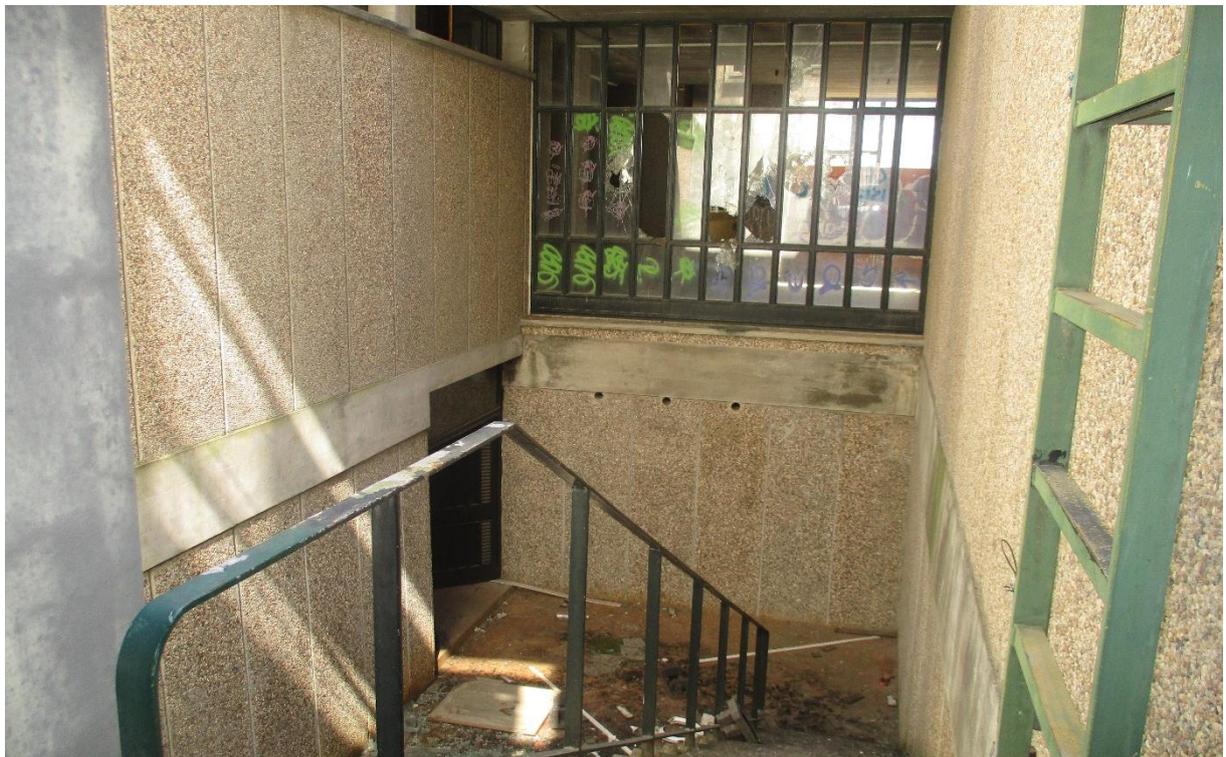


Figura 25 - Pátio [B]



Figura 26 - Pátio [C]

Uma particularidade relevante do edifício do TSMF, e uma característica que surge diversas vezes na obra de Viana de Lima, é o facto de dar forma a três pátios que, para além de terem em comum o facto de serem “poços de luz” que iluminam o interior do edifício, têm outras funções que os diferem na lógica funcional e espacial do edifício:

- O pátio [A], com cerca de 95m², é o único que faz parte da composição exterior do projeto, ou seja, é parte integrante do jardim que separa o Tribunal da Avenida 25 de Abril. Por esse motivo, não é possível aceder ao interior do edifício a partir do mesmo.

- O pátio [B] é o mais exíguo dos três, com apenas 27m², tem como função o acesso à “casa das máquinas”, onde se desempenham todos os processos técnicos do edifício, sendo o único compartimento subterrâneo do projeto.

- O pátio [C], com 69m², dá forma ao claustro que ladeia o posto de detenções, cujo acesso, por ser restrito, é feito ou pelas escadas secundárias do edifício que arrancam do segundo piso do mesmo (intituladas pelos trabalhadores de “escadas dos magistrados”, ou através da fachada nordeste, onde se situa a entrada principal do posto.

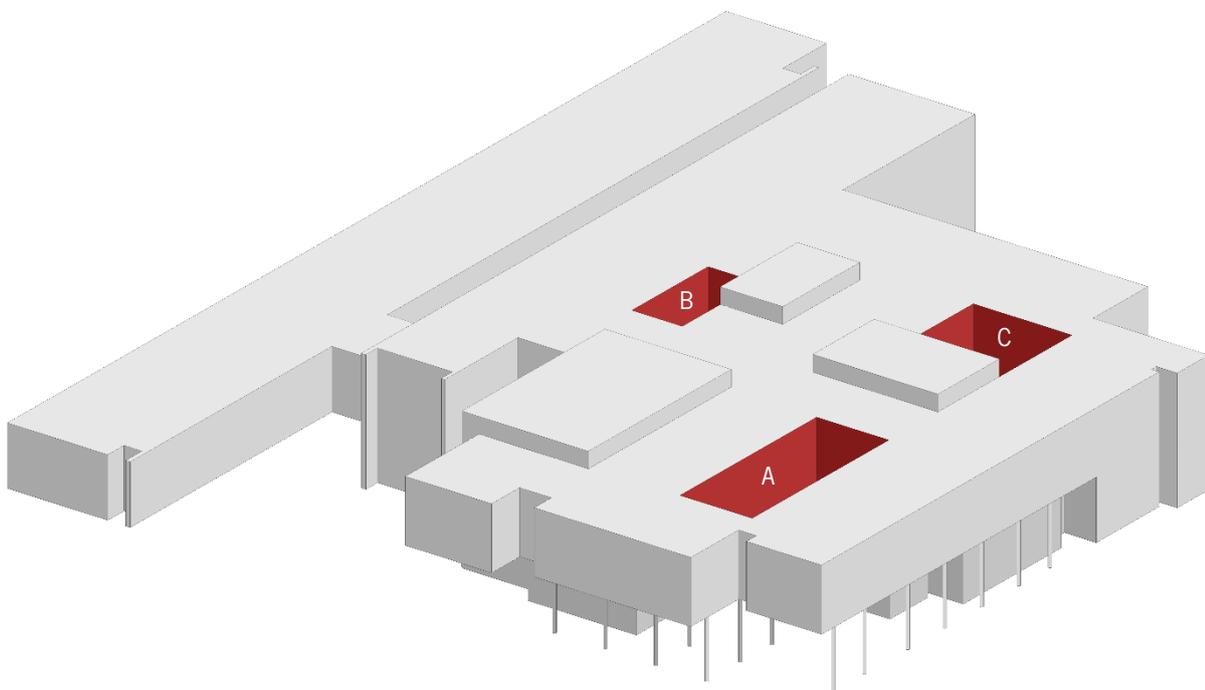
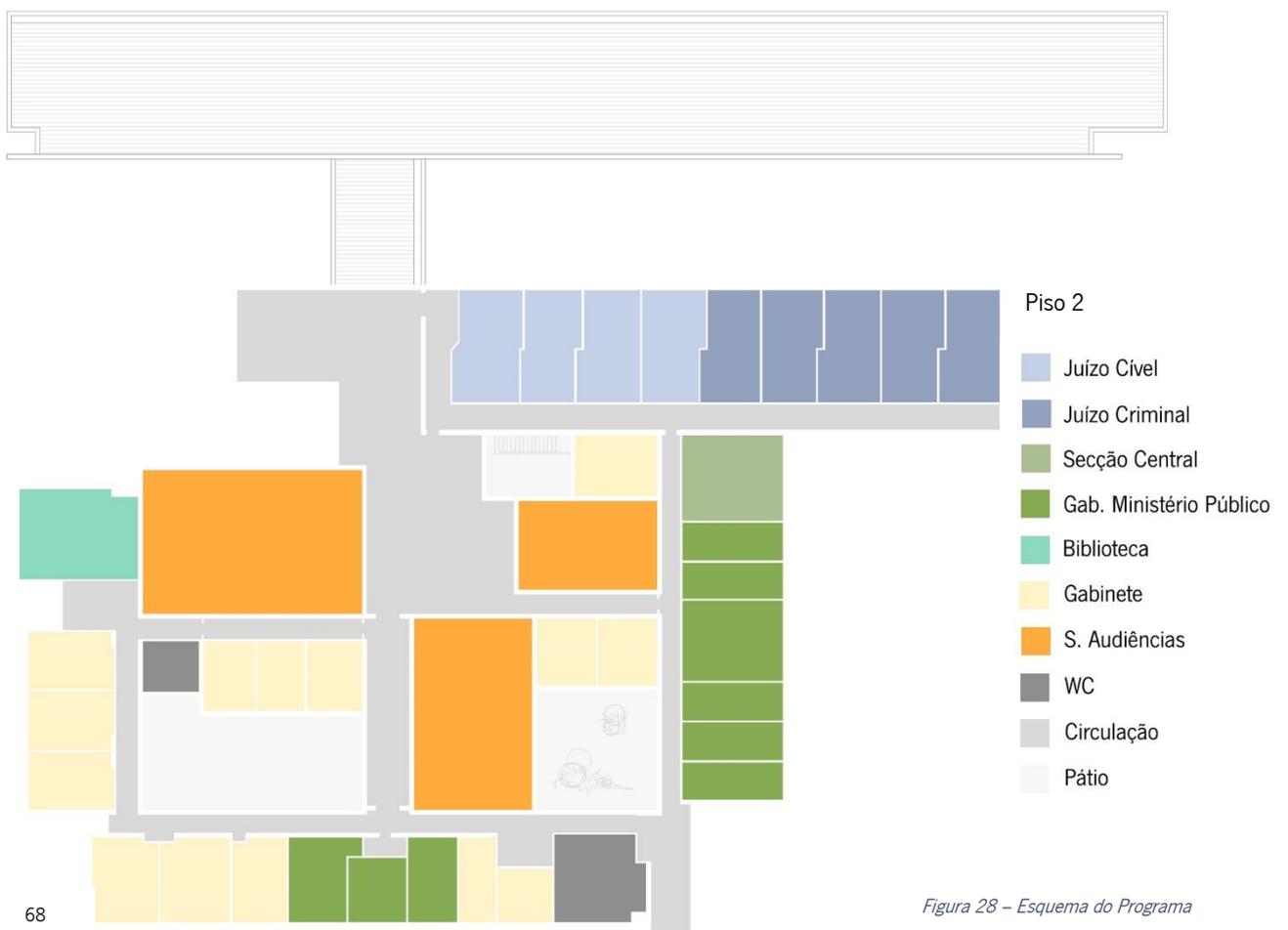
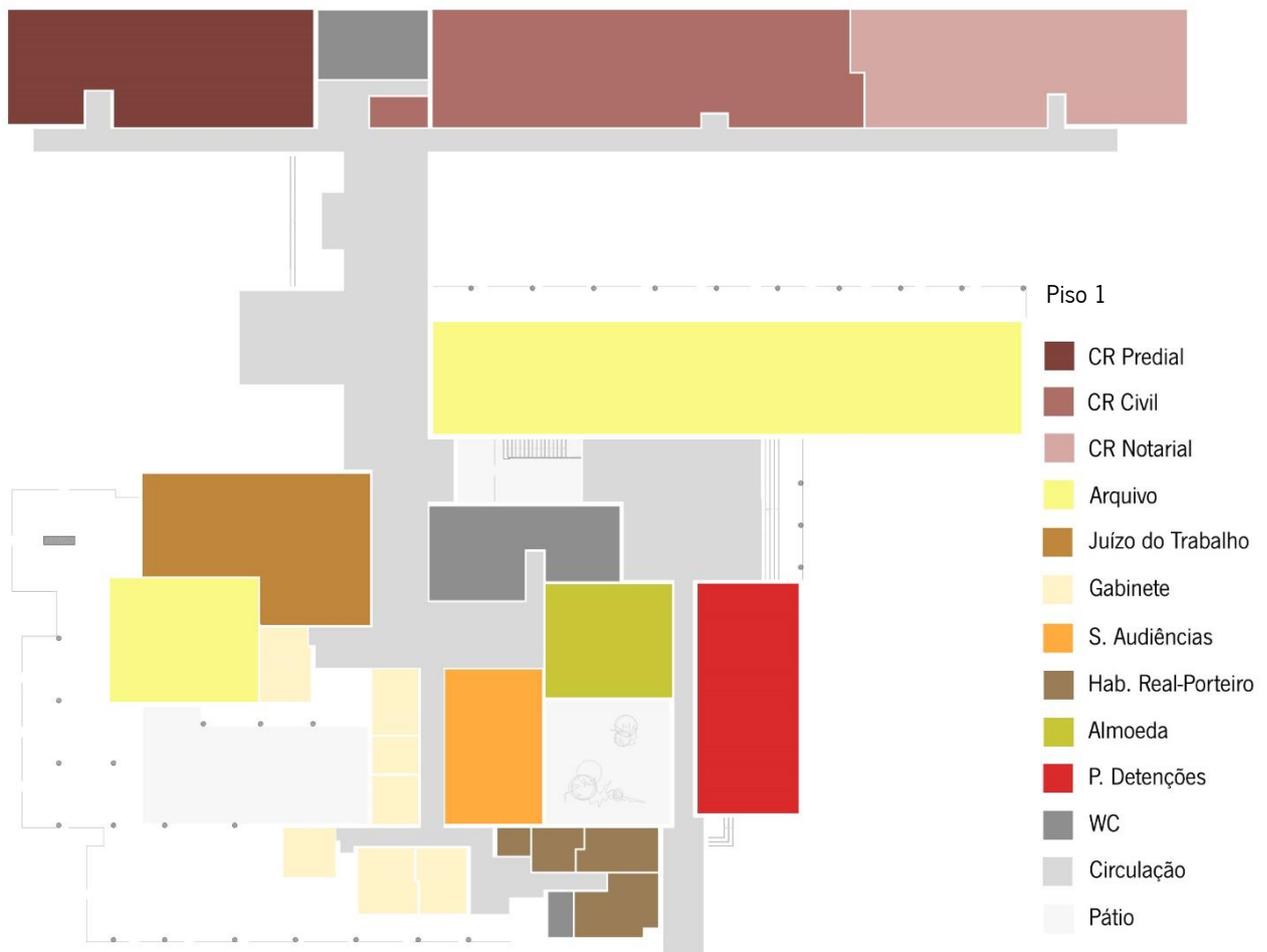


Figura 27 - Axonometria Geral: Identificação dos pátios



4³³ O Programa

O projeto foi pensado para ser um dos mais importantes Tribunais da Comarca do distrito de Aveiro e, como tal, obedecia a um programa que outrora era o pretendido e o bastante para que nele fossem desempenhadas todas funções que lhe estavam destinadas.

Por mão de Viana de Lima, o programa desenvolvia-se da seguinte forma:

- O piso 1, albergava as Conservatórias do Registo Civil, do Registo Predial e do Notariado, e as Secções do Juízo do Trabalho. Além disso, existia ainda uma zona unicamente destinada para o armazenamento do arquivo judicial morto, outra para a realização de leilões, e ainda um posto de detenções, destinado a acolher arguidos que aguardam pela realização de diligência;

- Uma das particularidades deste projeto era o facto de conter uma zona de habitação para o Real-Porteiro, adossada às escadas dos magistrados, e que continha uma zona de copa, dois quartos e um WC. No entanto, este conceito nunca foi posto em prática pelo facto de ter caído em desuso já no tempo em que o edifício foi inaugurado;

- No piso 2, o volume desenhado em frente à escadaria principal, era onde se desenvolviam as várias secções dos Juízos Cíveis e Criminais. A Secção Central e os Serviços do Ministério Público estavam implantados no volume que avança em consola sobre o átrio de acesso ao Posto de Detenções;

- Além disso, o projeto de Viana de Lima propõe um espaço de Biblioteca, de uso exclusivo aos diligentes do Tribunal;

- Os restantes compartimentos, em ambos os pisos, eram reservados para as Salas de Audiência (uma no piso 1 e três no piso 2) e para os gabinetes, que incluíam gabinetes do secretariado, do ministério público, de realização de exames periciais (ex.: juntas médicas), gabinetes de testemunhas, de advogados e magistrados;

- Os corredores de circulação, por si só, tinham áreas bastante grandes, mas, na prática, eram locais de constante desordem devido ao facto das zonas de espera serem reduzidas e sem qualquer regra de organização do público, o que fazia com que esperassem desordenadamente nos corredores, obstruindo-os.

4|3|4 Sistemas Estruturais e Construtivos

Para além do levantamento arquitetónico, é importante proceder ao levantamento das técnicas e dos sistemas estruturais e construtivos utilizados; este reconhecimento é um dos passos fundamentais a ter em conta quando se visa a intervenção em património arquitetónico, de forma a que seja criado um projeto sustentado por bases coesas, e que não corrompa a autenticidade do projeto em causa.

Nesse sentido, serão sucintamente abordados os sistemas estruturais e construtivos adotados por Viana de Lima no edifício do TSMF e, para um melhor entendimento dos mesmos, serão apresentados segundo um agrupamento tipológico dos diversos elementos construtivos que compõem o edifício:

- Estrutura

*O edifício é, na sua totalidade, um edifício construído com estrutura de betão armado, (...) que disporá de elementos de betão aparente nomeadamente nas guardas das coberturas, nas espessuras dos pavimentos e nos quebra-luz.*⁶⁸ Para além desta ser a técnica mais utilizada para a construção de estruturas a nível mundial, está associada a várias obras de Viana de Lima, principalmente quando se trata de projetos de *escala urbana*.⁶⁹

- Lajes de piso

Estas lajes são desenhadas com vigotas pré-fabricadas e elementos cerâmicos aos quais se juntam o betão B225 e o aço A40T, que também são utilizados na construção das sapatas, dos pilares e das vigas.

De forma a que as vigas não sejam visíveis, são construídos tetos falsos sob toda a laje, que faz com que esta tenha uma expressão plástica bastante robusta. Isto é, por consequência da utilização desses tetos falsos, a laje fica com uma espessura de 0.70m.

No acabamento dos pavimentos é aplicado mosaico (hidráulico e cerâmico), vidro, madeira e alcatifa, de acordo com as exigências da função de cada espaço.

⁶⁸ LIMA, Viana de – Memória Descritiva e Justificativa do Palácio da Justiça de Santa Maria da Feira. Espólio de Viana de Lima, Centro de Documentação da FAUP. CX 68a, VL/ARQ/119. Maço A, Capilha 2, pág. 19a

⁶⁹ Conceito introduzido anteriormente na presente dissertação, sob o qual Viana de Lima trabalhou sobretudo nas décadas de 60/70, e que se relaciona com o desenho de edifícios que, ao invés de se expandirem à escala do lote, expandem-se até à escala/ lógica urbana de onde se insere.

- Laje de Cobertura

Neste caso, para que as vigas não se repercutam no desenho do edifício, em vez do recurso aos tetos falsos, o arquiteto opta por usar um sistema de vigas invertidas.

*Todas as coberturas serão impermeabilizadas por meio de feltros betuminosos, com 7 camadas, incluindo a de alumínio. As lajetas de betão, (...) serão usadas no revestimento e acabamento de todas as coberturas. O betão celular será o material a usar para o isolamento térmico.*⁷⁰

Através do recurso a um rufo contínuo ao longo de todo o perímetro do edifício, esconde-se a pendente de 10% das chapas de fibrocimento, que encaminha as águas pluviais para um algeroz e, posteriormente, para o exterior do edifício através dos tubos de queda embutidos nas paredes. Para efetuar o apoio das chapas, são assentes muretes de alvenaria de tijolo vazado com 0.11m de espessura.

- Paredes Exteriores

As paredes exteriores são duplas e constituídas por um elemento de betão pré-fabricado no plano exterior, e um paramento interior de tijolo vazado de 11cm. Entre elas desenvolve-se uma caixa de ar não ocupada com materiais de isolamento.

A fachada é finalizada com placas de betão ligeiramente armadas e pré-fabricadas de 0.05m, com acabamento em pedra lavada (afixada aos paramentos através de pernos metálicos), à exceção da zona das lajes que é em betão de cofragens aparentes, como a cima mencionado.

- Paredes Interiores

Nas paredes interiores existem elementos com duas composições diferentes:

As que desempenham funções estruturais são compostas por dois planos de tijolo vazado (de 15+11cm), sendo que a face virada para as zonas de circulação é de pedra, e a face do interior dos compartimentos é em reboco branco.

As paredes que desempenham apenas a função de compartimentação do edifício são de composição simples, construídas com alvenaria de tijolo vazado.

*Todas as paredes dos lavabos-sanitários serão revestidas com azulejo em toda a altura. As outras paredes interiores terão revestimentos ajustados às funções das dependências. Os acabamentos vão desde a utilização de revestimento com placas pré-fabricadas como as aplicadas no exterior (quando são estruturais), até à pintura com tinta vitrificante, incluindo também o normal reboco e pintura.*⁷¹

⁷⁰ LIMA, Viana de – Memória Descritiva e Justificativa do Palácio da Justiça de Santa Maria da Feira, pág. 21d

⁷¹ LIMA, Viana de – Memória Descritiva e Justificativa do Palácio da Justiça de Santa Maria da Feira, pág. 19a

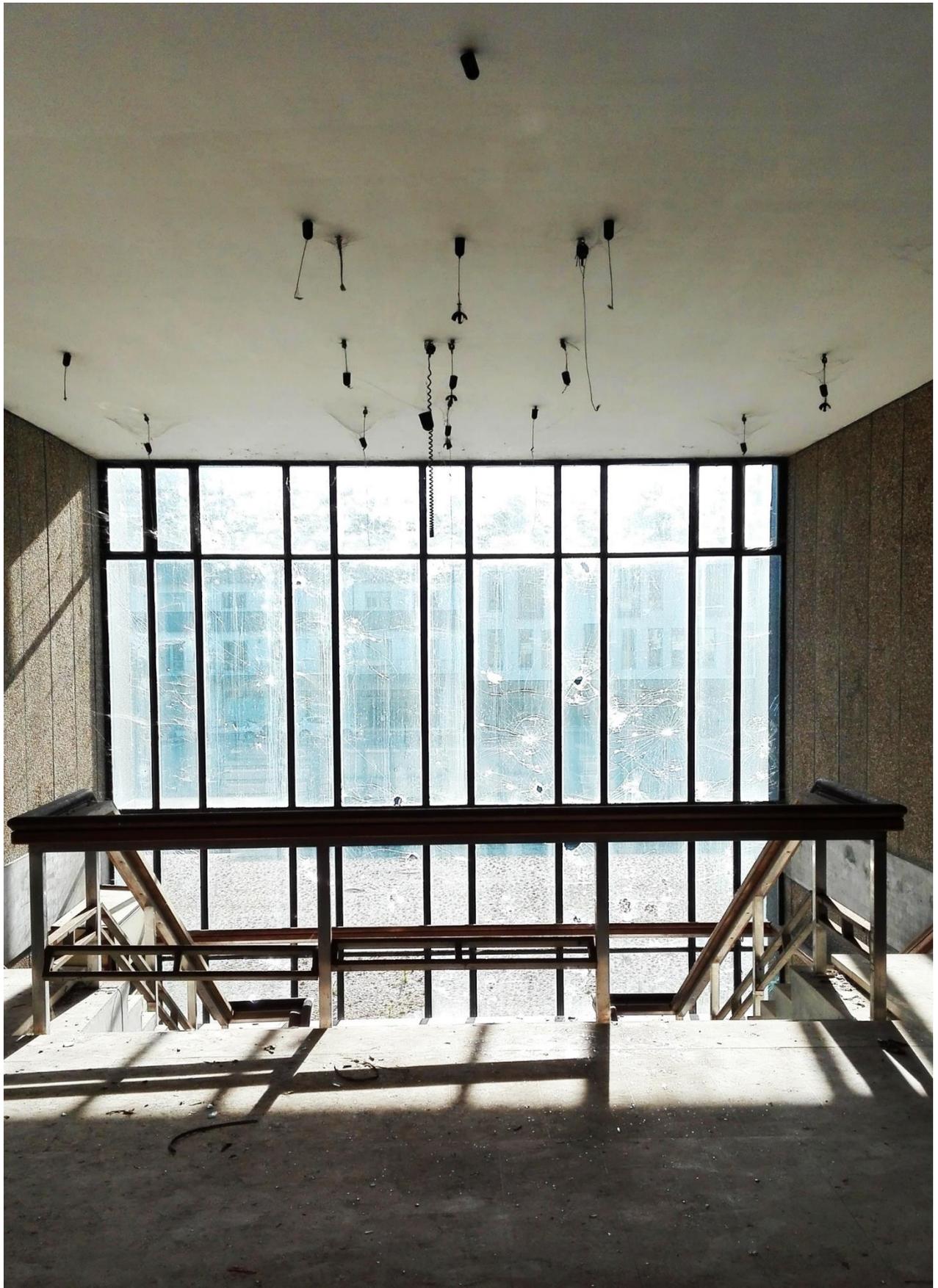


Figura 29 – Interior do TSMF

- Vãos Interiores

Os vão interiores têm um desenho de caixilharia simples, em madeira de *Kambala*, sendo que os apoios e os puxadores são em ferro e alumínio. A particularidade que está associada a estes elementos é o facto das portas de madeira serem prolongadas em vidro até ao plano do teto, o que faz com que o interior dos compartimentos também sejam abundantemente iluminados.

- Vãos Exteriores

As caixilharias dos vãos exteriores são de ferro e de alumínio anodizado, com vidro duplo de 0.003m, sendo que, a cada vão com janela de abrir (normalmente basculante), está associada pelo menos uma fenestração esguia com cerca de 0.35m de largura.

O ferro metalizado e pintado e o alumínio serão materiais usados em todas as esquadrias exteriores e interiores. Todos os perfis de ferro ou aço terão metalização (...) para contactar com o alumínio, depois de montados serão pintados com 2 demãos de cromado de zinco, sendo dadas sobre elas 2 demãos de esmalte Mate.⁷²

⁷² LIMA, Viana de – Memória Descritiva e Justificativa do Palácio da Justiça de Santa Maria da Feira, pág. 27e

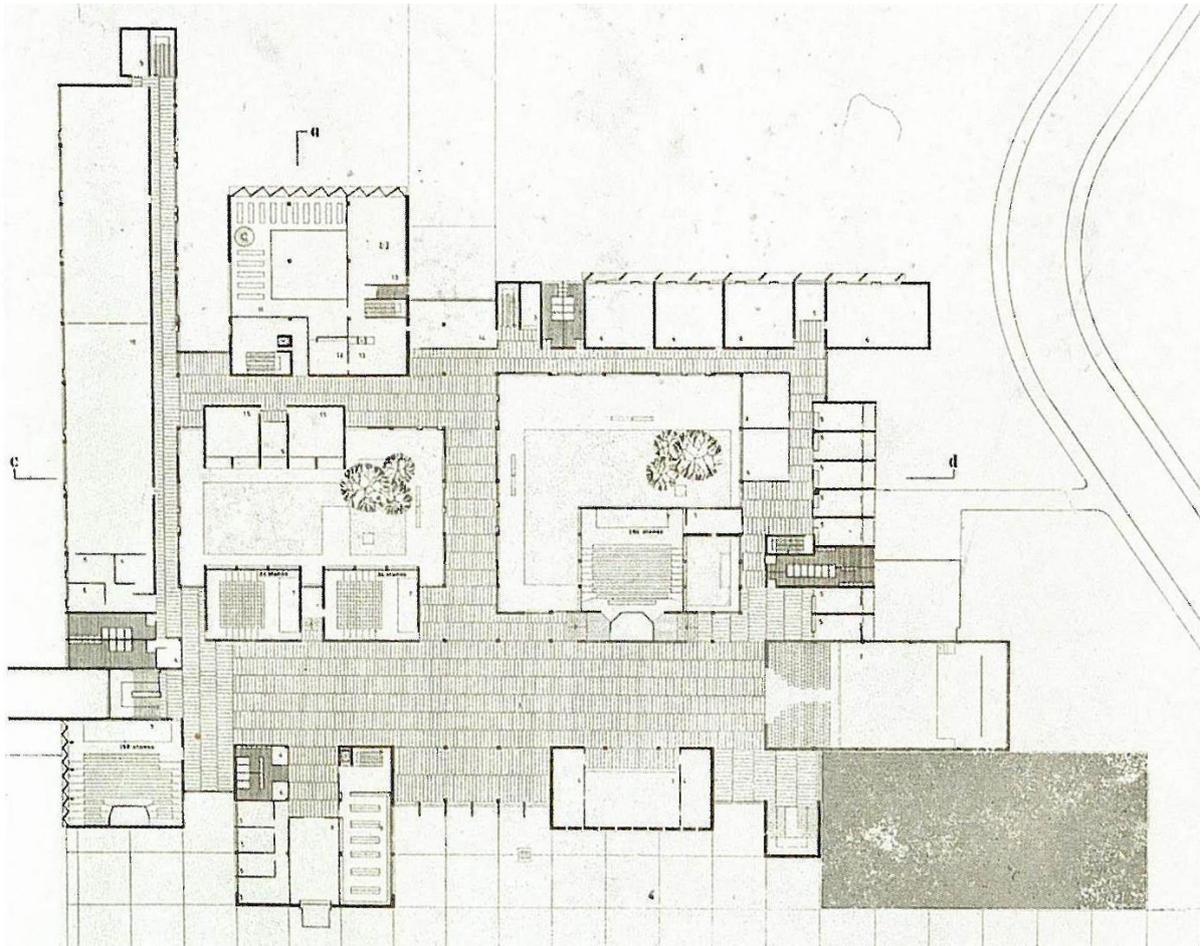


Figura 30 - Planta do 1º piso da FEP, Porto, 1961



Figura 31 - Interior da FEP

4|3|5 A Linguagem de Viana de Lima – Abordagem Comparativa

Tal como supramencionado, quando se trata de projetos de grande escala, existem algumas características nos projetos de Viana de Lima que surgem regularmente, tanto a nível material, como compositivo. Entre as tais estão, por exemplo, a tectónica de volumes imponentes, o recurso aos pilares que suportam os pisos superiores desfasados do inferior, o desenho de pátios interiores e exteriores, os alçados com bastantes fenestrações (normalmente protegidas por pequenas palas verticais e/ou horizontais) e uma imagem que prima pela autenticidade dos materiais, com estereotomias meticulosamente definidas, por exemplo através das cofragens do betão aparentes que, como constatado nas próximas análises, é uma técnica bastante usada por Viana de Lima.

Neste sentido, serão identificadas algumas dessas concordâncias de linguagem entre o TSMF e outros projetos do autor.

A Faculdade de Economia do Porto, para além de retornar as linhas corbusianas aos projetos de Viana de Lima, foi o primeiro edifício construído dos que se incluem na “categoria” de edifícios de escala urbana na obra do autor, e que por isso pode ser interpretado como modelo dos projetos que o sucederam no mesmo âmbito.

*O resultado do edifício da FEP passou pela inclusão de pátios e galerias dentro de um esquema tradicional (claustros), e uma organização volumétrica com base em sólidos geométricos.*⁷³

Comparando com o TSMF, a composição e organização espacial interna de ambos os projetos assemelham-se em vários aspetos. Desde a orientação funcional da entrada, que suporta um volume esguio do seu lado esquerdo e um corpo de volume mais vasto do lado direito, ao desenho amplo das zonas de estar e de paragem interiores, e à introdução de pátios na composição interior que, no TSMF, funcionam como poços de luz, e na FEP desempenham também a função de zonas de estar e de convívio.

Outra semelhança está na materialidade que, em ambos os projetos, surge com o betão na sua forma mais natural, com a particularidade das cofragens aparentes desenharem grande parte da estereotomia do edifício.

⁷³ Disponível em: <http://info.fep.up.pt>

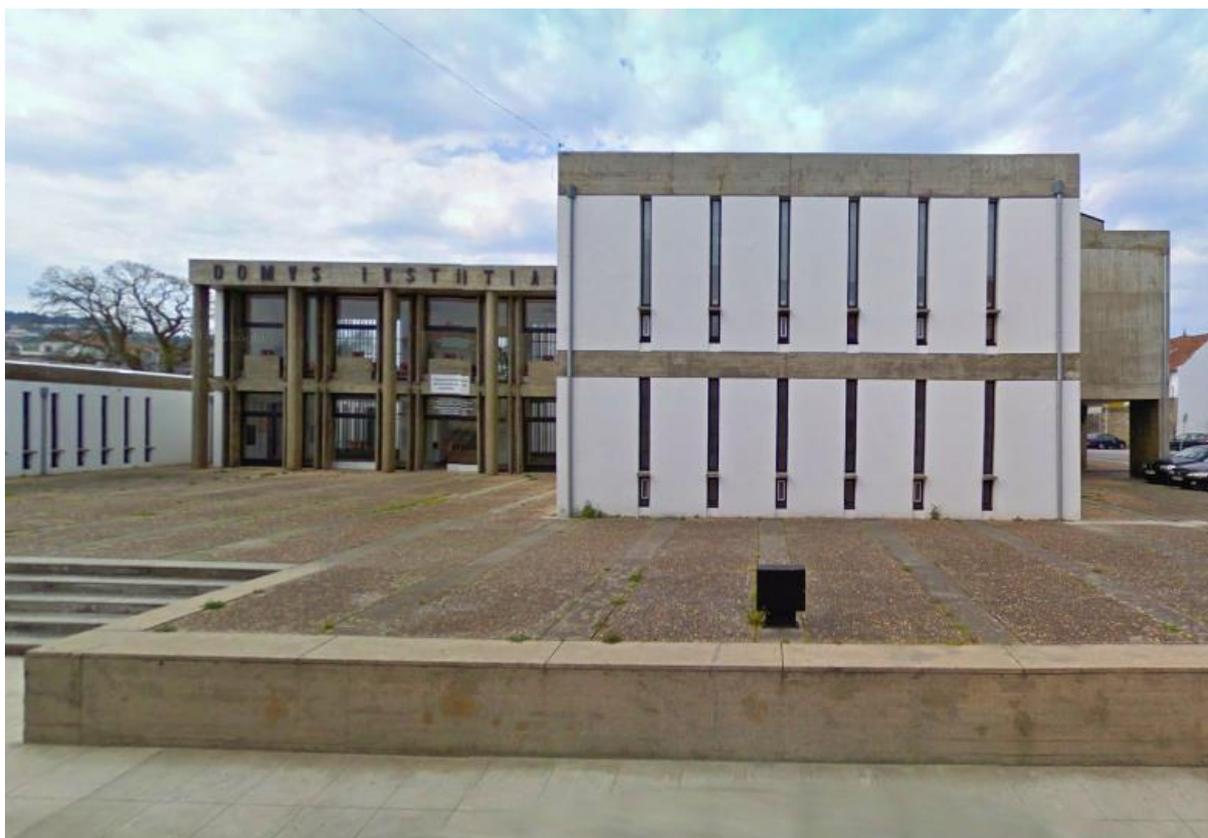


Figura 32 - Entrada principal do Tribunal de Caminha



Figura 33 - Atual Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Bragança

Outra obra onde existem características que despoletam a comparação com o TSMF é o Tribunal de Caminha, cujos primeiros esboços datam 1971, três anos antes de Viana de Lima começar a pensar no primeiro.

Ambos os edifícios têm uma forma irregular, e apresentam-se como um volume geometricamente imponente na paisagem. Neste aspeto, o de Caminha tem um maior impacto que o TSMF, tendo em conta que ambos os pisos obedecem, por norma, ao mesmo perímetro em planta, o que faz com que praticamente todos os alçados tenham a altura de dois pisos, com raras oportunidades do piso superior estar em consola sobre o rés-do-chão.

No entanto, aqui a comparação torna-se mais para os aspetos materiais e de aparência exterior.

Apesar dos módulos de entrada serem formalmente distintos⁷⁴, ambos se caracterizam por terem os alçados com uma percentagem de vão bastante superior aos restantes, e que se distribuem de igual forma em ambos os pisos.

Em termos de materialidade, o autor opta por utilizar mais uma vez o betão de cofragens aparentes e deixar que as lajes de piso e de cobertura se repercutam diretamente nos alçados, pese embora que no Tribunal de Caminha tenha sido utilizado reboco branco em grande parte do acabamento exterior do edifício.

Os projetos aqui mencionados, embora tenham sido pensados por Viana entre a década de 60 e meados da década de 70, as suas construções datam do ano de 1974, o que faz com que a associação e comparação entre eles seja mais evidente e frequente.

Para além destes, existe outro projeto de Viana de Lima que não pode deixar de ser aqui mencionado, tendo em conta a forma como Viana de Lima trata a sua materialidade exterior.

Contruído em 1975, na cidade de Bragança, o Lar/ Escola de Enfermeiras, que atualmente alberga a Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Bragança, te uma aparência inegavelmente similar ao TSMF, onde podemos encontrar pilares que suportam o primeiro piso quando este não coincide com o rés-do-chão, uma grande percentagem de vãos protegidos por pequenas palas verticais e horizontais, e ainda os alçados com betão de cofragens aparentes na zona das lajes de piso e de cobertura.

⁷⁴ Tendo em conta que, no Tribunal de Caminha o módulo de entrada corresponde a um único volume de dois pisos; já o do TSMF resulta da aglutinação de dois volumes formal e funcionalmente distintos: o volume do hall de entrada é de apenas um piso e funciona como rótula de distribuição horizontal do edifício; o segundo volume, de dois pisos, é responsável pela distribuição vertical, através de uma caixa de escadas de três rampas.



Figura 34 – Exterior do TSMF: Pátio [A]

4¹⁴ Estado de Arte do Quadro Patológico

O TSMF apresenta-se como um objeto de composição construtiva bastante complexa, que conjuga o sistema de paredes duplas em betão e alvenaria de tijolo, os elementos de madeira que sustentam as coberturas, com a estrutura de betão armado que, não obedecendo a nenhuma malha regular, surgem em alguns espaços de forma aparentemente aleatória.

Devoluto desde 2008, ainda que nenhuma das suas partes tenha ruído, o edifício apresenta um avançado estado de degradação que se vem agravando significativamente desde que, em 2013, foi saqueado e, em alguns locais, irremediavelmente destruído. Por ter o seu perímetro desprovido de qualquer vedação é, desde então, palco de diversas práticas ilícitas e de numerosas ações de vandalismo.

O cenário é desolador: portas arrancadas, instalação elétrica destruída, janelas partidas. O chão das salas e dos corredores está forrado por estilhaços de vidros. São milhares de euros de prejuízo. Aquela que durante duas décadas foi a Casa da Justiça do concelho é, agora, a antítese perfeita das regras que ali se impunham por força da lei.⁷⁵

Neste sentido, o estudo patológico do edifício é crucial para desenvolver um projeto de intervenção adequado, não só às necessidades arquitetónicas atuais da Comarca, como às reparações construtivas e estruturais que precisam de ser efetuadas para a sua reativação.

Segundo Larry Masters, nenhum material é por si só durável, tendo em conta que a interação entre o material e o ambiente onde se insere e ao qual está diretamente exposto, determina em grande parte a sua durabilidade.

Este estudo apresenta-se organizado de acordo com um agrupamento tipológico segundo as patologias mais frequentes no edifício, tendo como metodologia o levantamento das que são visíveis *in loco*, sem recurso a qualquer tipo de aparelhos e/ou instrumentos de auxílio.

⁷⁵ RODRIGUES, Salomão – Antigo Tribunal de Santa Maria da Feira saqueado e destruído. Artigo publicado a 27 de junho de 2013 pelo Jornal de Notícias. [em linha]. [consultado a 7 de novembro de 2016]. Disponível em: <http://www.jn.pt/local/noticias/aveiro/santa-maria-da-feira/interior/antigo-tribunal-da-feira-saqueado-e-destruido-3292235.html?id=3292235>



Figura 35 – Levantamento fotográfico de patologias que derivam de falhas estruturais

4|4|1 Patologias Estruturais

*As anomalias em estruturas de betão são condicionadas pela sua idade, pelas condições de execução, pelas características do meio ambiente e pelos processos de degradação.*⁷⁶ No caso do TSMF, o tipo de anomalias que colocam mais drasticamente em causa a condição futura do edifício são as que surgem por via de falhas estruturais, e cuja avaliação será feita de forma superficial, sendo este um estudo não especializado na área.

Um dos problemas estruturais mais frequentes em edifícios de betão armado surge como consequência de ações de assentamentos ao nível das fundações e do conseqüente movimento e deslocação dos restantes elementos estruturais. Esta ação é, em sentido lato, a deformação do terreno segundo as cargas verticais provocadas pelo edifício: se os assentamentos forem uniformes, não resultam danos estruturais, sendo que podem facilmente surgir outro tipo de anomalias; caso os assentamentos sejam diferenciais podem causar danos estruturais graves devido à distorção a que os elementos estruturais são sujeitos.

No caso do TSMF, estas patologias surgem de assentamentos diferenciais e manifestam-se essencialmente através das várias fissurações que estão presentes ao longo de todo o edifício, quer em elementos verticais (paredes) quer em horizontais (lajes). As fissurações em estruturas de betão armado podem surgir por vários fenómenos, entre os quais estão as fendas de retração, as de origem térmica ou de ação da corrosão do aço das armaduras.

⁷⁶ PAULO, J.S. Cruz – *Inspeção e avaliação do estado de conservação: Conceitos, métodos e ferramentas*. in RISO, Vicenzo, Guimarães, 2011-2012 pág. 239

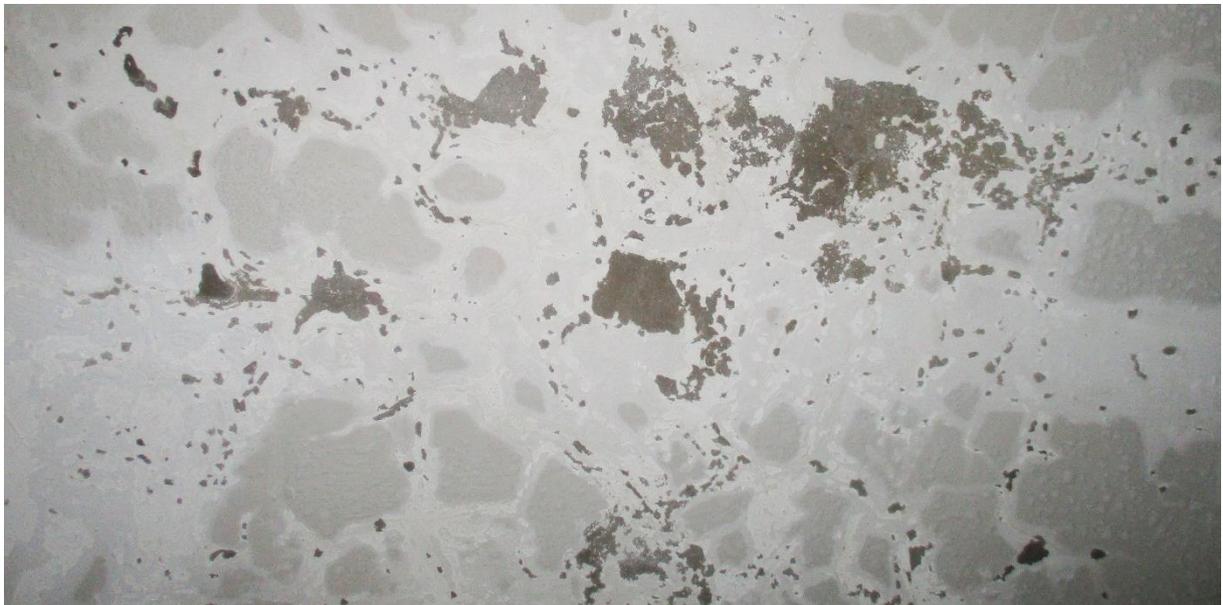


Figura 36 – Levantamento fotográfico de patologias que derivam de humidades

4|4|2 Humidades

Em relação ao problema das humidades existem inúmeras origens associadas, entre as quais estão, por exemplo: humidade de construção, humidade do terreno, humidade de precipitação, humidade de condensação, humidade devido a fenómenos de higroscopicidade e humidade resultante de causas fortuitas.

No caso do TSMF, existem várias manifestações de humidade. Tendo em conta a inexistência de vidros/vedações em grande parte dos seus vãos exteriores, o edifício encontra-se diretamente exposto às águas pluviais e o estado destas patologias tem vindo a agravar-se ininterruptamente. Nesse sentido, apresentam-se abaixo os tipos de humidade que se podem detetar superficialmente ao longo de todo o edifício e, consecutivamente, o levantamento fotográfico de algumas dessas manifestações.

- Humidade por condensação: de um modo geral, este tipo de anomalias manifesta-se através do aparecimento de manchas de humidade (generalizadas ou localizadas) formadas por fungos e bolores. Por norma, tendem a formar-se nos paramentos “mais frios” – pontes térmicas – e, nesse caso, denominam-se por condensação superficial; quando o vapor de água condensa no interior dos elementos de construção, denomina-se por condensação interna. Esta última, *ocorre no interior dos elementos, sempre que num dado ponto interior a pressão parcial do vapor de água que atravessa a parede por difusão iguala a pressão de saturação correspondente à temperatura nesse ponto.*⁷⁷

⁷⁷ LEITÃO, Dinis – Patologia e Reabilitação: Anomalias devido a humidades. Documento disponibilizado pelo docente no âmbito da Unidade Curricular de Seminário, Módulo de Construções. Departamento de Engenharia Civil, Universidade do Minho. EAUM, 2016-2017



Figura 36.1 – Levantamento fotográfico de patologias que derivam de humidades

- Humidade higroscópica: uma grande parte dos materiais de construção apresentam na sua constituição sais com propriedades higroscópicas, ou seja, com capacidade de absorver a humidade do ar, dissolvendo-se nela. A existência desses sais no interior das paredes, por si só, não acarreta problemas para a construção, no entanto, a sequência de ciclos de variação da humidade relativa dos elementos construtivos de valores não compreendidos entre 65-75%, faz com que os sais se dissolvam na água, acompanhando as migrações da mesma até à superfície do elemento construtivo, para nela se cristalizarem sob a forma de eflorescências e cripto-florescências – ciclos de dissolução/ cristalização.

Por norma, as anomalias provenientes deste tipo de humidade manifestam-se através de escoriações onde haja uma grande concentração de sais e do conseqüente destacamento dos rebocos, o que faz com que se confundam com as patologias derivadas de humidades por condensação superficial e dificulte os processos de diagnóstico de ambas.

- Humidade por infiltração: este tipo de humidade está associado a diversas origens como por exemplo a fissurações no exterior do edifício, problemas com as juntas de dilatação, má impermeabilização das coberturas/ terraços, sistemas de drenagem das águas obstruídos, etc. Concretamente, estas humidades resultam da penetração direta da água (normalmente pluvial) através das coberturas e/ ou das paredes exteriores do edifício em causa. Normalmente, as infiltrações de água nas construções manifestam-se através de fissurações, do aparecimento de manchas e mofos nos locais afetados e da formação de bolhas de ar entre o reboco e a parede. Mais uma vez, como última conseqüência está o destacamento das tintas ou materiais de reboco e, em casos mais gravosos, a deterioração da camada de regularização das paredes.



4|4|3 Causas fortuitas

Das causas fortuitas derivam vários episódios. No caso do TSMF, estas patologias são principalmente fruto do abandono que dura há praticamente uma década.

Neste tema, é importante realçar as ações de vandalismo que nele vêm acontecendo desde 2013 e que têm destruído grande parte do edifício.

Os elementos mais afetados com estas ações são os sistemas infraestruturais do edifício, nomeadamente o sistema elétrico e o de saneamento, todo o mobiliário, e praticamente a totalidade dos vãos, tanto os exteriores, quanto os interiores que, para além dos vidros estilhaçados ou inexistentes apresentam-se com algumas das suas caixilharias bastante danificadas.



Figura 37.1 – Levantamento fotográfico de patologias nos vãos



Figura 38 – Interior do TSMF

5 | PROPOSTA DE INTERVENÇÃO



Figura 39 – Interior do TSMF

⁵¹ A evolução da Comarca

Nos últimos anos, o Tribunal Judicial de SMF aumentou exponencialmente as suas valências como consequência direta das várias reformas do sistema judiciário português, sempre com o objetivo de dotar o tribunal de uma maior especialização em ramos de direito e garantir as exigências da sua população. Nesta lógica, a Comarca de SMF acompanhou a descrita evolução, principalmente no que tange ao número de processos e funcionários que, sucessivamente, tem vindo a aumentar a cada ano.

Segundo os pioneiros do movimento que se associa à DOCOMOMO, entre os quais encontramos, por exemplo, Wessel De Jonge e Hubert-Jan Henket, atualmente não se projetam edifícios pensando neles como um objeto intocável que vai durar para sempre, e a propósito, defendem que a ideia de mudança e de transitoriedade devem estar implícitas em todos os projetos arquitetónicos, podendo estes ser ajustados em concordância com as necessidades que lhe são intrínsecas a cada época.⁷⁸

Esta ideia transporta-se para o caso do TSMF, pelo facto do edifício de Viana de Lima ter sido projetado de acordo com as necessidades da época, no entanto, as mesmas já não se enquadram no panorama atual da Comarca de SMF. Assim sendo, é na resolução desta problemática que assenta o grande propósito da presente intervenção.

⁷⁸ DE JONGE, Wessel – *Innovation in restoration: From New Building to Sustainable Building*. Artigo publicado em ARCHIS (Journal, Magazine), setembro de 2004, p. 98. [em linha]. [consultado a 16 de novembro de 2017]. Disponível em: <http://www.wesseldejonge.nl/media/downloads/innovation%20in%20restoration%20ENG.pdf>



Figura 40 - Vista da Alameda, para o antigo Tribunal e o atual

5|1|1 As necessidades atuais e a desatualização do projeto de Viana de Lima

No seguimento do constatado anteriormente em relação à evolução do sistema judiciário nacional e, consequentemente, do Tribunal de SMF, as diferenças entre o funcionamento antigo e o atual centram-se essencialmente no facto das secções dos diferentes ramos de direito serem mais especializadas, o que, para além de aumentar significativamente o número de funcionários em cada secção, tem uma repercussão direta na forma como os espaços devem ser organizados.⁷⁹

Ou seja, enquanto que, outrora, cada secção correspondia a um compartimento fechado em si mesmo, hoje é favorável que todos os ramos tenham as suas secções mais próximas umas das outras, para que possam trabalhar em constante diálogo e concordância.

Outra problemática relativa à desatualização do projeto de Viana de Lima está relacionada com a quantidade de salas de audiência necessárias para acolher o volume processual da Comarca e, por atualmente serem necessárias mais do dobro das salas que o edifício de VL albergava, é importante que, estas estejam dispostas numa única zona, de forma a tornar todos os espaços o mais organizados possível. Em consequência do crescente volume processual, surge a necessidade de uma área de arquivo bastante mais avultada que a reservada para esse fim no projeto de VL.

Num edifício cujo programa é tão complexo quanto o de um tribunal, é preponderante que os espaços estejam bastante bem definidos, principalmente no que diz respeito à distinção entre as zonas de circulação e as zonas de espera. Nesse sentido, o projeto de VL está bastante desatualizado, na medida em que, para além da problemática já aqui levantada em relação às zonas de espera serem desorganizadas e disso resultar na obstrução das zonas de circulação, não dispõe do percurso privado que permite que os Magistrados se desloquem desde o seu gabinete de trabalho até ao interior das salas de audiência sem se cruzarem com o público.

Concretamente, estas serão algumas das problemáticas que o projeto de intervenção aqui apresentado visa resolver.

⁷⁹ Atualmente, o Tribunal de SMF funciona no empreendimento que se implanta a noroeste do edifício projetado por Viana de Lima, existindo apenas a Rua Dr. Alcides Monteiro entre ambos. Esse empreendimento, projetado para desempenhar funções de um edifício de habitação coletiva, teve o fim da sua obra suspenso por vários meses, para que fossem feitas todas as obras de adaptação a um edifício que em pouco se assemelha àquilo que viria a ser à partida. O edifício foi arrendado pela Câmara Municipal de SMF com uma fidelização de 15 anos (até 2023), tendo uma mensalidade de €65.000 que, a cada 2 anos resultam em cerca de €1.500.000.



Figura 41 – Entrada principal do TSMF

5¹² Objetivos e Princípios da Intervenção

Conforme supracitado, a intervenção tem como propósito o ajuste às necessidades atuais da Comarca e pretende constituir prova de que as atividades que se desempenham no atual edifício do Tribunal podem transladar-se novamente para o edifício de Viana de Lima. Este facto não coincide com a opinião de diversos trabalhadores do TSMF, pois, erroneamente, defendem que o atual edifício do Tribunal possui maior área útil em relação ao de VL, o que além de não corresponder à realidade, demonstra a desatualizada organização interna do antigo edifício, ora alvo da presente intervenção.

*Com o património moderno é particularmente importante ter em conta a forma de pensar dos arquitetos. E quando se trata de edifícios que são exemplos únicos da arquitetura moderna (...), é normal que queiramos preservar o projeto no seu estado original.*⁸⁰

Nesse sentido, e tendo em conta que se trata de um objeto exemplar da obra de Viana de Lima e do Movimento Moderno em Portugal, a intervenção desenvolve-se com os seus princípios permanentemente vinculados àquilo que é o projeto original, não colocando em causa a sua autenticidade material, formal ou de qualquer outro âmbito.

Qualquer intervenção arquitetónica deve incluir no seu processo de desenvolvimento, um estudo acerca dos elementos a suprimir e/ou alterar. Neste caso, opta-se pela manutenção/ reparação dos mesmos, sempre que possível. Desta forma, e citando Karel Zoch a propósito de uma obra de Adolf Loos, na República Checa, (...) *o principal desafio é encontrar um equilíbrio entre restaurar e manter a autenticidade, não restaurando demais.*⁸¹ Ou seja, o projeto levado a cabo por Viana de Lima, embora bastante desatualizado, só é transformado quando as novas funções e serviços o exigirem.

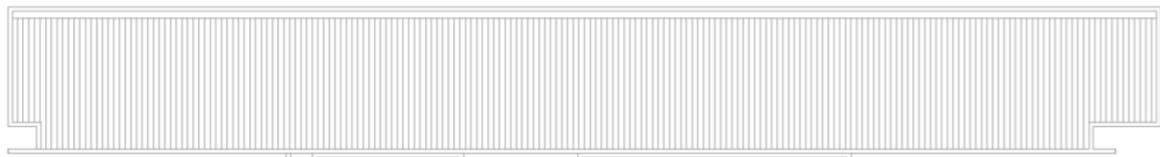
Estas premissas definem, de um modo geral, os princípios da intervenção que, por sua vez, balizam a estratégia de intervenção e, conseqüentemente, todas as opções de projeto.

⁸⁰ JONGE, Wessel; HENKET, Hubert-Jan – “The Restoration Concept” in MEURS, Paul; VAN THOOR, Marie-Thèrèse – *Sanatorium Zonnestraal: History and Restoration of a Modern Monument*. NAI Publishers, Zonnestraal Estate bv MIT, Faculty of Architectur, Roterdão, 2010, p. 179. [em linha]. [consultado a 19 de novembro de 2017]. Disponível em: http://www.wesseldejonge.nl/media/downloads/Zonnestraal_boek_ENG_k.pdf

⁸¹ PLOCKOVA, Joann – “Master of Modern: Pilsen”. In MONOCLE, Issue 83, volume 9, p. 125-133. [em linha]. [consultado a 12 de novembro de 2017]. Disponível em: http://www.brummelhouse.cz/soubory_ke_stazeni/83_d_lead_adolf%20loos.pdf



Piso 1



Piso 2

- Elementos existentes a preservar
- Elementos a demolir
- Novos elementos

Figura 42 - Esquema da Intervenção

Uma das características mais facilmente detetáveis nos projetos de Viana de Lima prendem-se com o conceito de materialidade/ tectónica, pois, por norma, são conjugados diversos materiais no mesmo objeto arquitetónico. Tal se verifica no TSMF, onde encontramos o betão aparente, a alvenaria de tijolo rebocado, as placas de pedra, vidro e aço. Todos estes materiais se caracterizam por serem frios ao toque, o que faz com que, não obstante este ser um edifício que dispõe de bastante luz natural, transpareça sempre um ambiente frio para quem o utiliza, facto testemunhado por alguns dos funcionários que, outrora, trabalharam no edifício.

Quanto à intervenção aqui proposta, quando a opção tomada é a introdução de novos elementos no projeto, pretende-se que estes surjam com uma linguagem neutra e contemporânea, de forma a assegurar que a distinção entre os elementos originais e os novos seja bastante clara, salvaguardando a autenticidade de ambos. Para isso, a proposta elege a madeira como material predominante dos novos elementos que, sendo um material que era apenas utilizado para vãos interiores e mobiliário, vem contrariar a problemática da temperatura interna do edifício, uma vez que é um material com maior capacidade de absorção e retenção de calor que os restantes.

Quanto aos elementos exteriores do edifício de VL, o projeto propõe que estes se mantenham intactos na sua forma e materialidade, tendo obrigatoriamente de ser intervencionados com algumas obras de manutenção e restauro, nomeadamente na correção das corrosões de armaduras e consequente destacamento do betão à superfície, manutenção das placas de pedra que revestem praticamente todo o exterior do edifício, e ainda a substituição de todos os elementos que constituem os vãos.

A alteração mais invasiva ocorre no módulo da entrada, onde serão demolidos os dois topos de vidro, com a particularidade de se manter intacta a laje de cobertura, na qual são “agrafados” dois módulos novos que fazem com que a zona de entrada seja aumentada.

As paredes exteriores que arrancam do módulo da entrada e que limitam a zona exterior contígua aos volumes das conservatórias e do arquivo (segundo o programa de VL) sofrem poucas alterações, por conta dos acrescentos que nelas se adossam e que fazem com deixem de ser totalmente exteriores.

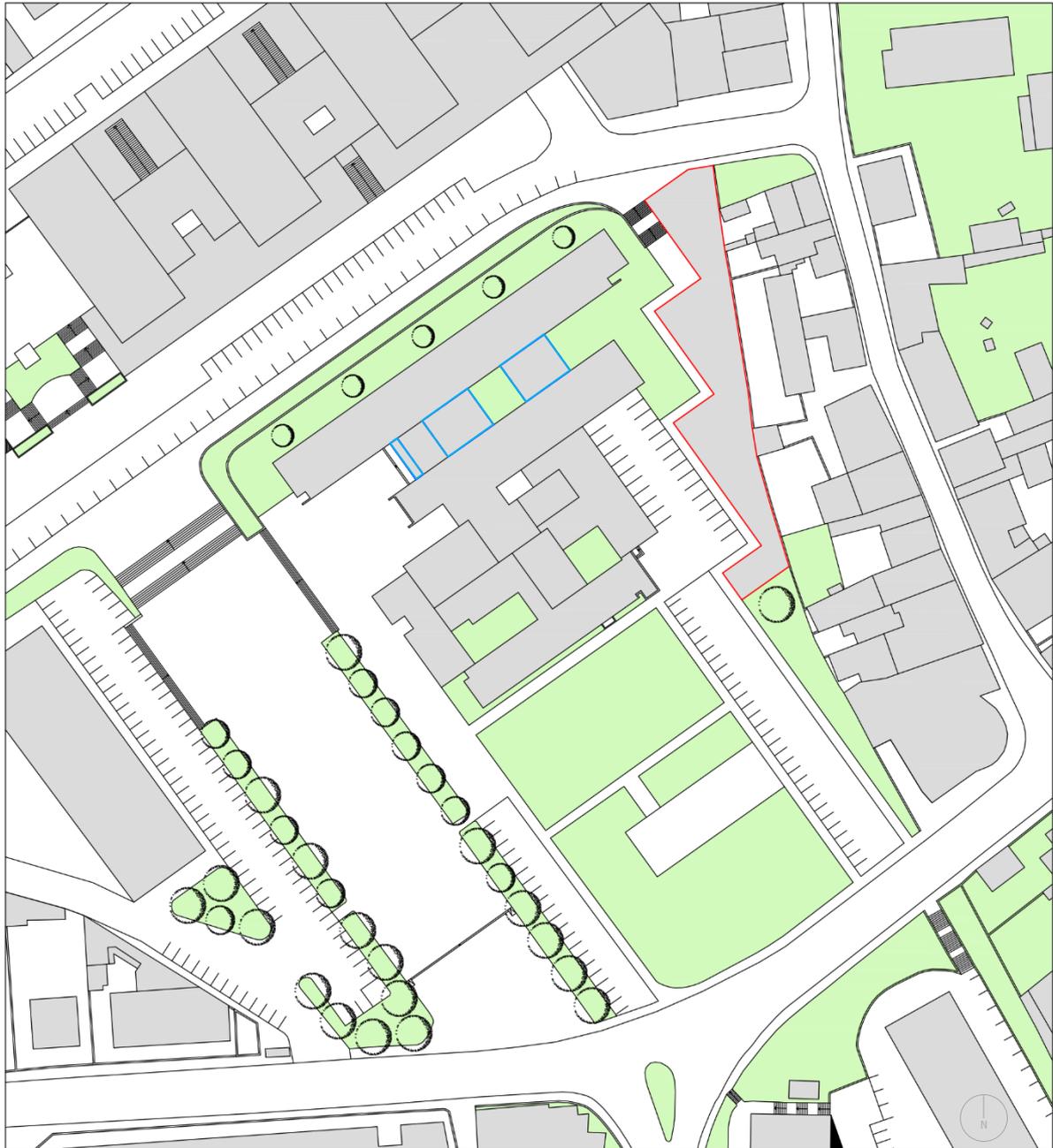


Figura 43 - Esquema de Implantação da Proposta

- Acrescentos A
- Acrescentos B

Para um melhor entendimento do mesmo, este tema será exposto de acordo com uma divisão em dois tipos de acrescentos, entretanto denominados por Acrescentos A e Acrescentos B, de acordo com a seguinte ordem: os primeiros são os que se adossam ao edifício antigo e que passam a ser parte integrante do mesmo; o segundo tipo de acrescentos diz respeito aos que desenham um novo volume que se implanta completamente autónomo do edifício do Tribunal.

Em relação aos acrescentos A, podem identificar-se três volumes distintos, quer na sua forma, como no seu propósito programático/ funcional. O primeiro volume, adossado à parte frontal do módulo da entrada e a partir do qual se fará a entrada no edifício, tem como principal foco o aumento da área da zona de entrada, dotando-a de novas capacidades e funções; o segundo volume, que se adossa à parte traseira do módulo de entrada desenhado por VL, para além de também reservar parte da sua área para a zona de entrada, terá em si instalada uma das maiores salas de audiências da proposta. O terceiro volume sucedido do pátio, tendo em si incorporada uma sala de audiências em tudo similar à anterior, surge, essencialmente, para garantir a existência do percurso privado aos magistrados explícito anteriormente.

Os acrescentos B dão forma ao novo volume que se implanta paralelamente à fachada nascente do edifício de VL, e cujo programa está exclusivamente reservado para o Arquivo Judicial do TSMF.

Tendo em conta os avanços desta Comarca, e se compararmos a área de arquivo do edifício antigo e do atual, comprovamos que esta aumentou exponencialmente. De forma mais concreta, a área de arquivo do antigo edifício corresponde a 382m², enquanto que a das atuais instalações já se expande até aos 625m².

Sendo que o edifício de Viana de Lima apresenta algumas debilidades estruturais, a opção projetual é não o sobrecarregar com o peso do arquivo, e é nesse sentido que surge o novo edifício. Para além de vir combater essa questão programática, as suas linhas repercutem-se no desenho da zona exterior que o separa do Tribunal, tornando-a num espaço que surge em consonância com a ortogonalidade impressa pelo edifício de Viana de Lima, e que funciona de forma organizada no que diz respeito ao cruzamento dos fluxos automóvel e pedonal.

⁵¹⁵ Memória Descritiva e Justificativa

Todos os propósitos e conceitos explícitos anteriormente definem a estratégia de intervenção, sendo esta consolidada através da presente proposta que visa a reativação das funções do TSMF no edifício projetado por Viana de Lima. Tratando-se de um objeto cujas funções obedecem a uma teia programática bastante complexa, a proposta desenvolve-se de forma a tornar as atividades do Tribunal o mais funcionais e organizadas possível, quer para os utentes, como para os trabalhadores.

Nesse sentido, surge a intervenção no módulo da entrada. A pré-existência mantém-se intacta, sendo que lhe são “agrafadas” duas caixas que vêm ampliar o módulo, ficando este com cerca de 70m² de área, o que garante que a circulação no edifício não seja afetada pelo atendimento geral ao público que se situa em frente à entrada principal. Além disso, é proposta uma sala de espera contígua a esta zona, que se situa imediatamente do lado esquerdo da mesma, e que antecede um dos WC públicos do edifício e uma sala de arrumos.

Como acima descrito, a desatualização do edifício de Viana de Lima faz-se notar em diversos temas, sendo o assunto das Salas de Audiência um dos mais pertinentes. O projeto propõe que estas salas se organizem num único setor, de modo a descomplicar o antigo sistema em que, pelo facto das salas se distribuírem a partir dos átrios centrais de ambos os pisos, as restantes atividades do Tribunal ficavam condicionadas quer pelo ruído que se fazia sentir nas Secções e nos gabinetes, quer pela desorganização e obstrução das zonas de circulação.

Dessa forma, a ala mais a norte do edifício, no rés-do-chão, onde outrora funcionavam as Conservatórias, é a zona onde se desenvolvem as Salas de Audiência da proposta. Tendo em conta que a compartimentação antiga deixa de fazer qualquer sentido pela total extinção das suas funções no edifício atual, opta-se por uma limpeza integral das paredes divisórias desta zona. Assim, esta ala fica ocupada com oito Salas de Audiência, sendo que no seu topo norte são propostas a Sala de Informática, a Sala de Tradução, a Sala de Imprensa e seis gabinetes de Magistrados.

Os dois volumes novos que surgem na parte tardoza do módulo da entrada, albergam uma sala de audiência cada um que, pela sua escala, vêm dotar o TSMF de uma maior capacidade de acolher processos de grande envergadura. Além disso, o segundo volume integra parte do percurso privado da galeria dos magistrados que circula até à parte tardoza das Salas de Audiência, de forma a garantir que não haja qualquer contato entre Juizes e julgados.

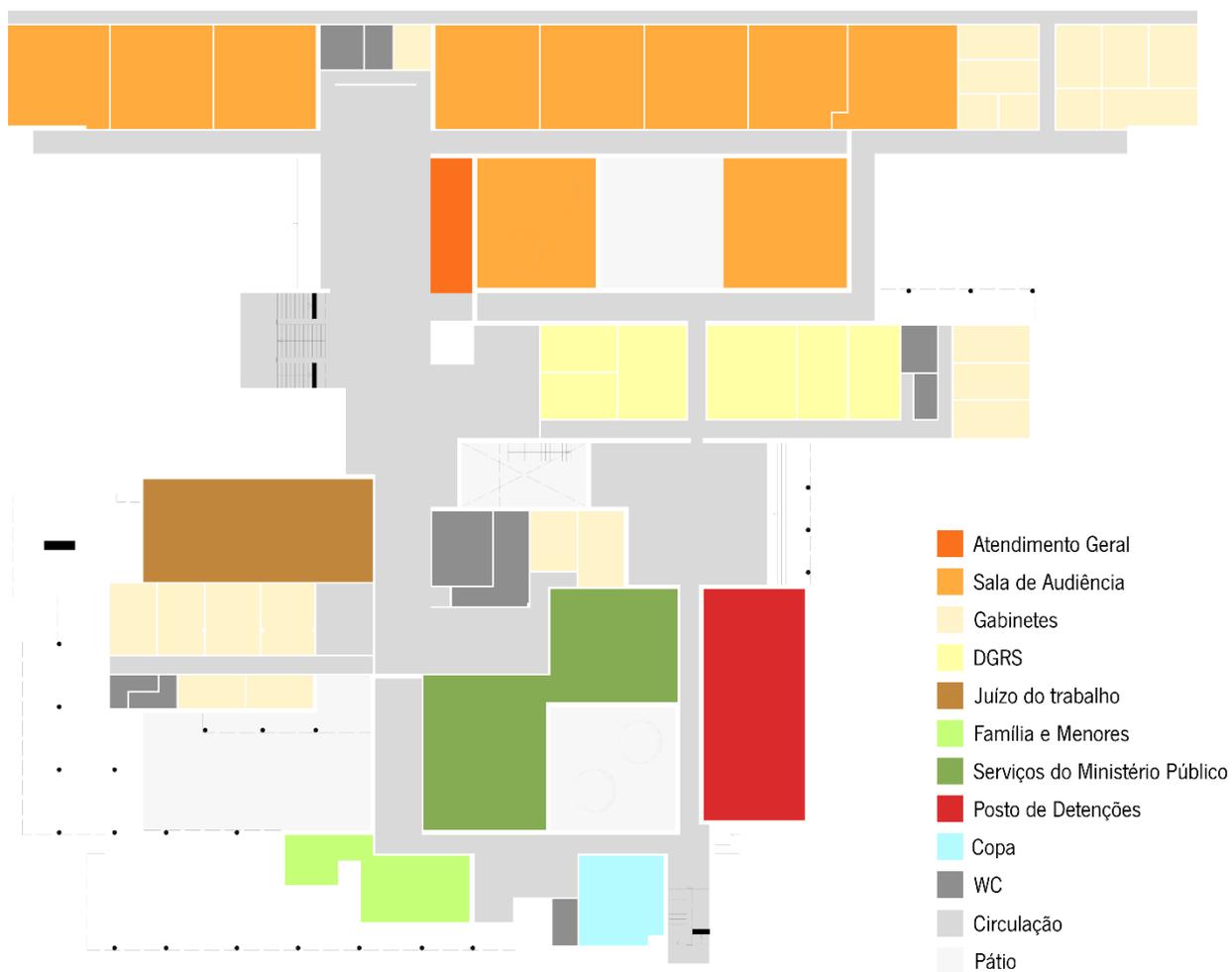


Figura 44 - Esquema da Planta piso 1: Identificação do Programa



Figura 45 - Esquema da circulação do piso 1

As restantes alterações caracterizam-se por serem intervenções em elementos com funções meramente divisórias, e são feitas sempre com o propósito de adaptar os espaços às novas funções propostas pelo projeto.

Nesse sentido, o volume que se situa em frente à principal caixa de escadas, e que albergava toda a área de arquivo no projeto de VL, na proposta passa a ser a zona onde se desempenham todas as funções do DGRS. As paredes que limitam o volume são parcialmente demolidas, para assim se poder formar uma sala de espera ao serviço do Departamento, e ainda incluir um elevador que, por não existir até então, dificultava em muito as funções de quem laborava no edifício. Concretamente, esta zona é composta por duas salas de atendimento ao público que se situam de frente para a sala de espera, e os restantes compartimentos, tendo acesso restrito aos diligentes, são gabinetes de trabalho, nomeadamente dois gabinetes para Técnicos Superiores, um gabinete para o Coordenador do Departamento, um gabinete administrativo e três para Magistrados.

Os restantes espaços que envolvem o pátio [B], são um WC público que se mantém com a sua génese formal original, uma sala de arrumos e uma para espólio. A área que, no projeto de VL, funcionava como um átrio semiexterior de acesso ao posto de detenções e à almoeda, é convertida numa sala de estar interior de uso exclusivo dos Magistrados, por onde estes também podem entrar no edifício, caso não o queiram fazer através da entrada principal. O processo de encerramento da sala concretiza-se através da substituição do portão que fechava o espaço, por uma parede de fundações novas, e uma segunda que encerra a sala em relação ao pátio. Ambas as paredes têm as mesmas características que os restantes volumes de acréscimo apresentam, quer formal, quer construtivamente.

Em relação à área que se desenvolve ao lado da caixa de escadas, na qual funcionava uma das zonas de secretariado no projeto de VL, é proposta a inclusão do espaço de labor de todas as secções do Juízo do Trabalho, dispondo-as de acordo com o conceito de *open space*, organizado com auxílio a mobiliário de apoio ao trabalho, estratégia utilizada para as restantes áreas dos diferentes ramos do direito.

O átrio central é ocupado com uma zona de espera, organizada de forma a servir o público sem interferir no bom funcionamento dos diferentes fluxos internos no edifício.

As restantes áreas são maioritariamente reservadas para os Serviços do Ministério Público. A sala de espera que se destaca do átrio (adossada às Secções do Juízo de Trabalho) é reservada ao público que será atendido num dos dois Gabinetes do Ministério Público. Nessa zona, ainda que sejam compartimentos de

acesso restrito, é também proposta a criação de duas Salas de Advogados e dois Gabinetes de Magistrados, servidos de um WC privado.

As duas grandes salas que circundam o pátio [C] são reservadas para todas as Secções relativas ao Ministério Público. Os compartimentos que desenham o alçado sul, de frente para a Av. 25 de Abril, são uma Secção do Juízo de Família e Menores que se separa das restantes Secções pelo facto desta ter de trabalhar em consonância com o Ministério Público, um WC de serviço e uma copa da qual unicamente os diligentes se podem servir.

No topo sudeste deste piso implanta-se o posto de detenções que, não sofrendo alterações naquilo que é a sua forma e organização funcional diz respeito, é apenas proposta uma intervenção no sentido de recuperar e renovar os elementos que constituem as suas quatro celas e zona de balneário. A entrada para o posto deixa de se realizar através do átrio agora convertido numa sala de estar para os Magistrados, e passa a efetuar-se através da porta exterior já existente que se encontra ao lado da porta do posto. Ou seja, em termos práticos, aquela que era a entrada para o posto de detenções, passa a ser a entrada secundária para Magistrados, e vice-versa.

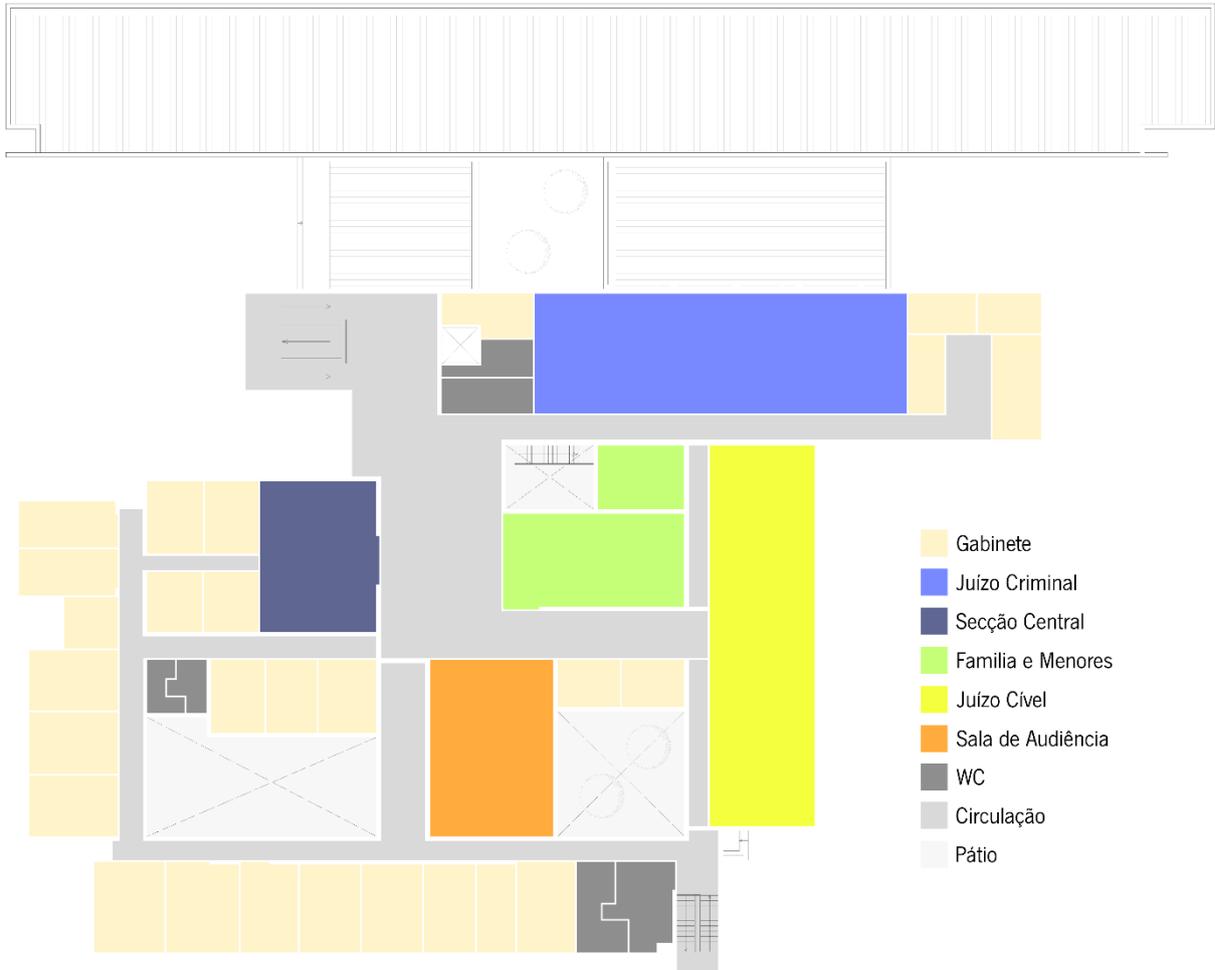


Figura 46 - Esquema da Planta do piso 2: Identificação do Programa

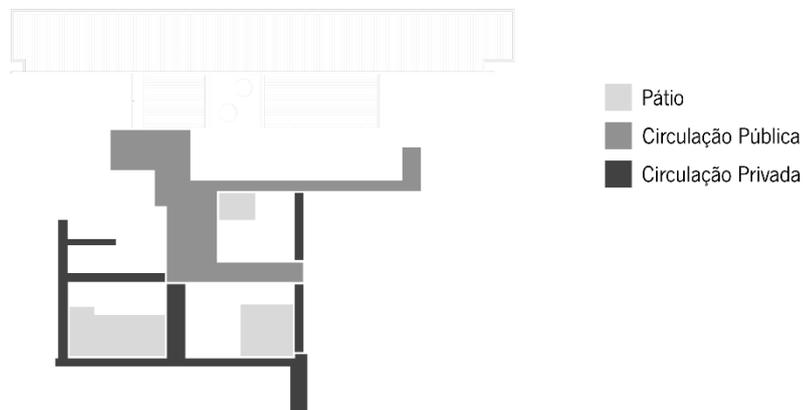


Figura 47 - Esquema da circulação do piso 2

No piso 2, o volume que se situa em frente às escadas, para além de conter os WC públicos e uma sala de arrumos em torno do elevador, contém também todas as Secções do Juízo Criminal, área dividida em três espaços: o da Secção Local, que dispõe de um balcão de atendimento ao público, seguida a Secção Central e a Secção de Instrução Criminal. No topo norte do volume são propostas duas salas de inquérito, e duas de videoconferências, servidas de uma pequena zona de espera.

A partir do átrio central, em torno do pátio [B] desenvolvem-se as restantes Secções do Juízo de Família e Menores que dispõe de uma sala de acolhimento para as crianças. Do lado oposto é proposta a Secção Central. No volume que se desenvolve sobre o posto de detenções, instala-se a área de trabalho do Juízo Cível, composto pela Secção Local que realiza o atendimento ao público, e se prolonga até ao topo norte do volume, e pela Secção Central.

Com vista direta para o pátio [C], existe uma sala para o telefonista, outra para arrumos, e ainda uma Sala de Audiência que, sendo a maior de todas as salas do projeto, e mantendo o seu programa em relação ao projeto de VL, é intervencionada apenas na parede de entrada, devido ao recuo da mesma com vista a favorecer as circulações no piso, acrescentando às obras a manutenção dos restantes elementos.

A sucessão de compartimentos cubiculares que circundam o pátio [A] e que se desenvolvem com acesso restrito ao longo das fachadas sul e poente (com frente para a Avenida 25 de Abril e para a Alameda do Tribunal, respetivamente), dizem respeito aos Gabinetes de Magistrados que, como anteriormente referido, servem-se de uma galeria da qual arranca o percurso privado até às traseiras das Salas de Audiência no rés-do-chão.

Esse percurso efetiva-se através das “escadas dos Magistrados”, passando pelo corredor ladeado pelo pátio [C] e pelo posto de detenções, seguido do átrio dos Magistrados com vista para o pátio de acesso à zona técnica do edifício, que se mantém com as mesmas características que as ditadas pelo projeto original. Atravessando a zona de gabinetes do DGRS, começam a surgir sucessivamente as dez Salas de Audiência.

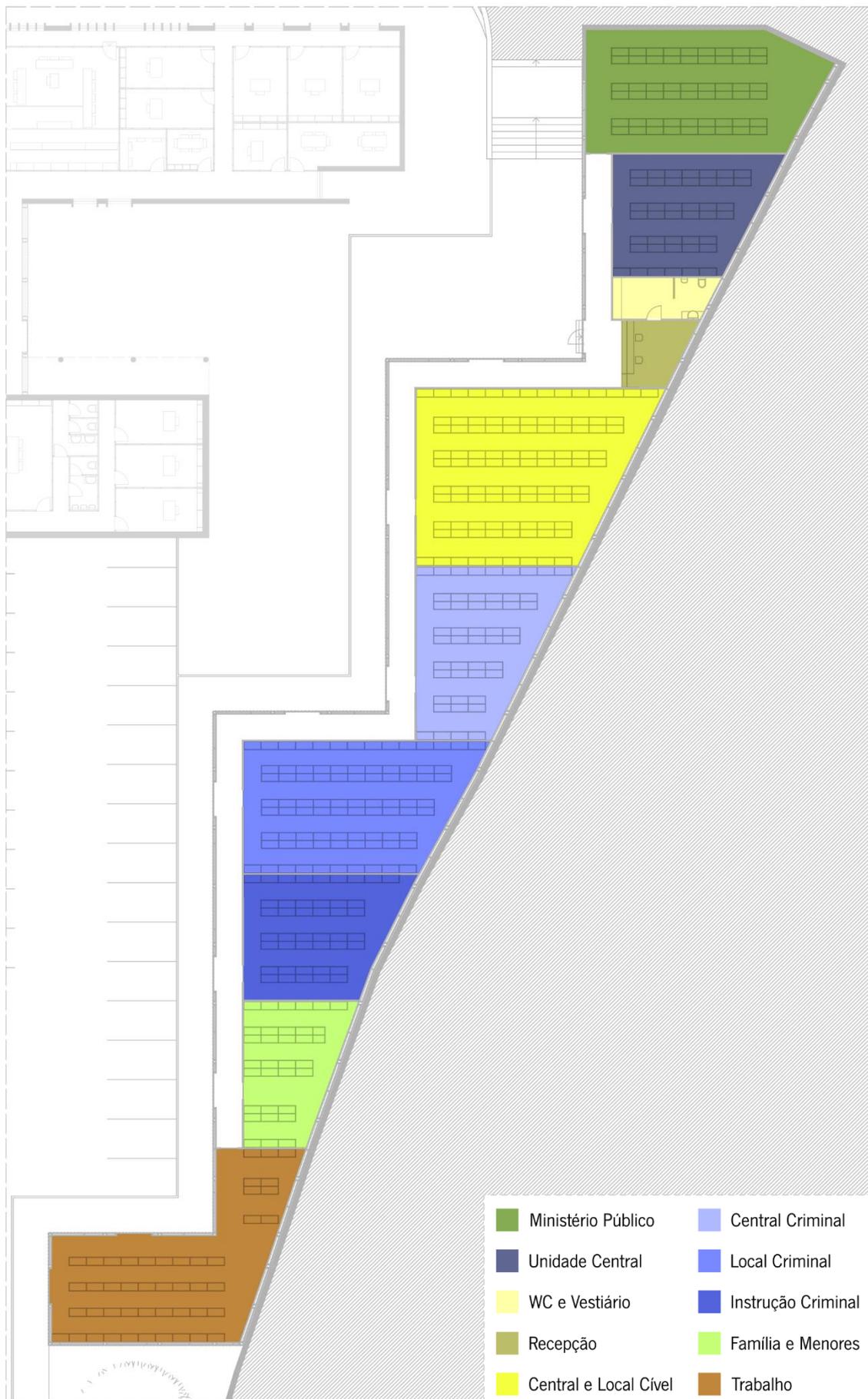


Figura 48 - Esquema da Planta do Edifício do Arquivo: Identificação do Programa

Em relação à organização funcional do edifício do arquivo, este desenvolve-se de forma muito pragmática. Servida de uma zona de WC e vestiário, a entrada no edifício funciona com uma pequena receção, a partir da qual arranca uma galeria por onde são distribuídas as oito salas de arquivo. Essas salas são divididas de acordo com as diferentes valências do Tribunal, nomeadamente: Ministério Público, Unidade Central, Juízo Central e Local Cível, Juízo Central Criminal, Juízo Local Criminal, Juízo de Instrução Criminal, Juízo de Família e Menores e Juízo do Trabalho.

O projeto expande-se para além das paredes dos edifícios, propondo que haja intervenção na área exterior que os envolve. O novo desenho que recai sobre o jardim do Tribunal e que lhe incute novas linhas provindas da ortogonalidade criada pelo mesmo, agora reforçada pelo edifício do Arquivo, pretende uma melhoria quer da zona de estacionamento para os funcionários, garantindo 75 lugares para esse efeito, como da circulação dos transeuntes que percorrem a área em causa e que, com a intervenção, vêem as zonas pedonais desenhadas de forma organizada e hierarquizada em relação ao fluxo automóvel, conceito pretendido também por VL no projeto inicial.

Todas as opções projetuais construtivas que aqui estão descritas, e ilustradas no Anexo 15 – Pormenores Construtivos, são aplicáveis quer aos acrescentos ao Tribunal, quer ao Edifício do Arquivo. Além disso, é importante salientar que, em ambos, os elementos novos nunca se suportam nas pré-existências, havendo sempre entre eles um intervalo de 5cm de forma a se diferenciarem também em desenho.

Construtivamente, as paredes novas são compostas por uma estrutura leve de aço galvanizado, auxiliada por elementos subestruturais de madeira aos quais é fixado o contraplacado de madeira (2cm) que perfaz o acabamento interior e exterior das paredes. O isolamento é feito através de dois planos de aglomerado de cortiça, sendo este um material com excelentes propriedades ao nível do isolamento térmico e acústico.

A laje de piso é de composição bastante simples, sendo colocada sobre a estrutura principal uma subestrutura de madeira que serve de base para o contraplacado de madeira (4cm), sobre o qual é aplicada uma folha de linóleo acústico, sendo este o acabamento final do piso de toda a proposta.

A laje de cobertura termina com uma platibanda que corre por todo o perímetro dos volumes, à semelhança da estratégia utilizada por VL no edifício do Tribunal, e o sistema de impermeabilização da laje é constituído por uma subestrutura de madeira que perfaz a inclinação de 10% necessária para encaminhar as águas pluviais para um algeroz e, consecutivamente, para o interior das paredes e para fora do edifício. Sobre a estrutura de madeira pousa aquilo a que se chama de *painel sandwich*, protegido por uma membrana impermeabilizante que reveste a totalidade da platibanda, sobre a qual são aplicadas as chapas de cobre eletrolítico. O acabamento interior dos tetos é feito com gesso cartonado na totalidade da proposta. Tendo em conta o estado de degradação dos tetos do edifício de VL devido aos sucessivos atos de vandalismo que nele foram acontecendo ao longo do tempo, é proposto no projeto que estes sejam tratados da mesma forma e com o mesmo material que os tetos novos. Ou seja, é criado um teto falso de gesso cartonado na totalidade de toda a proposta que, para além de colmatar os estragos, vem facilitar o facto de ser necessário a criação de uma nova rede infraestrutural elétrica que se pretende que não seja visível por quem percorre o edifício.

Como acima descrito, um dos princípios da intervenção é a salvaguarda da autenticidade de todos os elementos, sejam eles pré-existentes ou novos. Nesse sentido, em termos de imagem, é suposto que os acrescentos tenham a sua própria linguagem, para que sejam facilmente distinguidos dos pré-existentes.

Dessa forma, os elementos novos caracterizam-se por serem integralmente de madeira. Pelo interior, o acabamento é com contraplacado de madeira liso. Pelo exterior, o contraplacado é desenhado com um ritmo que remete para uso de um ripado de madeira, com peças de 2cm e de 4cm de espessura, que se alternam de 10 em 10cm. A altura dos novos volumes corresponde à altura interior do edifício de VL, que diz respeito à linha que separa o plano de pedra do de betão à vista nos alçados exteriores. Desse modo, a altura interior dos novos volumes é relativamente mais baixa que a altura dos elementos projetados por VL, como ilustra o Anexo 16 – Contacto entre Existente e Novo.

Todo mobiliário proposto no projeto é produzido com o mesmo contraplacado de madeira de que é feito o acabamento das paredes novas, para mais facilmente ser associado ao lote dos novos elementos, reforçado com o facto de, por diversas vezes nos *open spaces*, desempenhar um papel de divisão de espaços, como se de uma parede interior se tratasse. Os bancos que aparecem frequentemente nas zonas públicas de espera do edifício, também são do mesmo material.

6 | NOTA CONCLUSIVA

O Movimento Moderno tem um legado bastante diversificado de exemplares, sendo que cada um obedece às suas próprias intenções e finalidades. Do mesmo modo, cada projeto de intervenção em edifícios do Movimento Moderno (ou não) devem obedecer a estratégias próprias, que se enquadrem com as necessidades específicas do objeto a ser intervencionado. Da mesma forma que não existem projetos iguais, também não poderá existir uma regra que generalize a estratégia de intervenção em elementos arquitetónicos. Com isto, pretende-se que cada estratégia seja definida através de uma investigação prévia que ditará quais os princípios base da intervenção em causa.

Assim, com o objetivo de não colocar em causa a identidade do projeto original de Viana de Lima, a intervenção aqui apresentada serve-se de todo este processo de conhecimento prévio, que permite que a proposta seja o mais adequada possível às necessidades atuais do TSMF.

Numa primeira fase o edifício foi abandonado por, alegadamente, apresentar fragilidades estruturais que não permitiam que continuasse a ser utilizado na sua totalidade. No entanto, o facto das funções do Tribunal não terem sido retomadas para o edifício, mesmo passados 9 anos, prende-se profundamente com a desatualização do projeto em relação às necessidades atuais da Comarca de SMF.

O tema que aqui se coloca está diretamente relacionado com o conceito de atualidade e com o processo de atualização. Ou seja, da mesma forma que as sociedades se vão adaptando às diferentes necessidades, um projeto arquitetónico deve obedecer à mesma lógica.

Segundo relatos de trabalhadores no atual TSMF, já mencionados neste trabalho, as valências atuais do Tribunal jamais “caberiam” no edifício de Viana de Lima. Esta proposta, com base num levantamento das áreas de todas as Secções existentes do edifício atual do Tribunal, culmina na constituição da prova que demonstra precisamente do contrário. Com uma intervenção que em nada coloca em causa a identidade do projeto inicial, alterando, basicamente, paredes interiores, todas as atividades da Comarca de SMF (excetuando a área de arquivo) podem funcionar no projeto de VL, dando especial ênfase ao facto de tal poder acontecer com áreas bastante maiores em relação às áreas disponíveis no edifício atual, quer nos compartimentos, quer nos corredores de circulação públicos e privados.

Portanto, um projeto de restauro arquitetónico, propondo ou não uma alteração do programa do edifício, deve, acima de tudo, transportar as premissas teóricas para todas as opções projetuais, salvaguardar a autenticidade do elemento a ser intervencionado, e fazer com que o mesmo permaneça útil e eficaz naquilo que são os propósitos da sua existência.

7 | BIBLIOGRAFIA

Monografias

ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel – *A Arquitectura Moderna*. In História da Arte em Portugal. XIV volume. Publicações Alfa, Lisboa, 1986

BARRETO, António – *A Situação Social em Portugal, 1930-1995*. Vol. 1. ICS – Instituto de Ciências da Universidade de Lisboa, 1996

FERNANDEZ, Sérgio – *Percurso. Arquitectura Portuguesa 1930 / 1974*. 2.ª Edição. Porto: FAUP Publicações, 1988

FRANÇA, José-Augusto - *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*. 3.ª edição. Lisboa: Bertrand Editora, 1991

MILHEIRO, Ana Vaz (coord.) – *Habitar em Colectivo: Arquitectura Portuguesa antes do S.A.A.L.* Lisboa: Departamento de Arquitectura e Urbanismo do ISCTE, 2009

NETO, Maria João Batista – *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1969)*. Porto: FAUP Publicações, 2001

PORTAS, Nuno – *1941 - Casa Unifamiliar, no Porto, na R. Honório de Lima*. Revista Arquitectura: n° 74, 1962

PORTAS, Nuno - *A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: Uma Interpretação*. In Zevi, Bruno - História da Arquitectura Moderna. II Volume. Lisboa: Arcádia Editora, 1978. p. 687-746

RAMOS, Tânia Beisl; MATOS, Madalena Cunha – *Campos Opostos: Trabalhos e Viagens de Viana de Lima no Brasil*. 2º Seminário DOCOMOMO N-NE. Brasil: Faculdade de Arquitectura da Universidade Federal da Bahia, 2008

RIBEIRO, José Sommer (Fundação Calouste Gulbenkian); RODRIGUES, José Joaquim (Árvore Centro de Actividades Artísticas, C.R.L.) – *Viana de Lima*. Coord. Geral: Amândio Fernandes Secca. 1ª edição, Lisboa. Editora Marca-Artes Gráficas, 1996

ROMÃO, Silvia Mano – *Le Corbusier num Portugal Moderno: Os Cinco Pontos nas obras de Viana de Lima, Celestino de Castro, João Andresen e Fernando Távora*. Dissertação de MIARQ apresentada ao Departamento de Arquitetura da FCTUC. Orientação do Prof. Dr. António Lousa, 2013

ROSA, Edite Maria – *ODAM: Valores modernos e a confrontação com a realidade produtiva*. Teresa Rovira (diretora). Universidade Politécnica de Catalunha. Departamento de Projetos Arquitetónicos, 2006

SECCA, Amândio Fernandes – *Viana de Lima: Arquitecto 1913 -1991*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Porto: Árvore – Centro de Actividades Artísticas, 1996

TOSTÕES, Ana – *Os Verdes Anos da Arquitetura Portuguesa dos Anos 50*. 2ª edição. Porto: FAUP Publicações, 1997

TOSTÕES, Ana; BECKER, Annette; WANG, Wilfried – *Portugal: Arquitectura do século XX*. Frankfurt: Deutsches Architektur Museum, München, Prestel [etc.], 1988

TOSTÕES, Ana (coord.) – *Arquitectura moderna portuguesa, 1920-1970*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico, 2004

RISO, Vincenzo – *Modern Building Reuse: Documentation, Maintenance, Recovery and Renewal*, Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, Guimarães, 2011-2012

BORGES, João Pedro – *Reabilitação Construtiva e Estrutural de uma Habitação para fins socioculturais múltiplos*. Tese de Mestrado em Engenharia Civil apresentada à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Orientada pelo Prof. Dr. José Manuel Faria e Coorientada pelo Prof. Dr. Rui Manuel Barros. Julho de 2016. [em linha]. [consultado a 4 de outubro de 2016]

Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/85657>

CATARINO, Rita – *Reabilitação de Superfícies de Betão Aparente*. Tese de Mestrado em Engenharia Civil apresentada à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Orientada pelo Prof. Dr. Nuno Ramos. Julho de 2010. [em linha]. [consultado a 17 de outubro de 2016]

Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/59694>

GOMES, Ana Antunes – *Para uma nova organização do Tribunal Português: reivindicar os princípios da igualdade, da liberdade civil e da democracia participativa*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitetura apresentada na EAUM. Orientada pelo Prof. Me. José Capela. Junho de 2012

GONÇALVES, Bernardino – *Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa: Uma proposta de reconversão arquitetónica*. Tese de Mestrado em Arquitetura apresentada na Universidade Lusófona do Porto. Orientada pela Prof. Dr. Arq. Lígia da Silva e Coorientada pelo Prof. Arq. João Carlos Santos. 2012. [em linha]. [consultado a 17 de outubro de 2016]

Disponível em: http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/3062/Dissertacao_MosteiroPa%C3%A7oSous_BernardinoGon%C3%A7alves.pdf?sequence=1

MEIRELES, Joana Salgueiro – *Reúso do Património do Movimento Moderno: A Panificadora de Vila Real*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitetura apresentada na EAUM. Orientada pelo Prof. Dr. Vincenzo Riso e Coorientada pelo Prof. Dr. Elisiário Miranda. Janeiro de 2016. [em linha]. [consultado a 15 de dezembro de 2016]

Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/41565>

OKSMAN, Silvio – *Preservação do Património Arquitetónico Moderno: A FAU de Vilanova Artigas*. Tese de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Orientada pelo Prof. D. Luís António Jorge. 2011. [em linha]. [consultado a 27 de fevereiro de 2017]

Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-18012012-144727/pt-br.php>

PIMENTA, Anita – *Intervenção em Edifícios Antigos de Arquitetura Corrente*. Tese de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo apresentada à Escola Superior Gallaecia. Orientada pela Profa. Dra. Mariana Correia e Coorientada pelo Me. Arq. Rui Correia. Setembro de 2015. [em linha]. [consultado a 27 de fevereiro de 2017]

Disponível em: <http://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/12828>

ROMÃO, Silvia Mano – *Le Corbusier num Portugal Moderno: Os Cinco Pontos nas obras de Viana de Lima, Celestino de Castro, João Andersen e Fernando Távora*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitetura apresentada ao Departamento de Arquitetura da FCTUC. Orientada pelo Prof. Dr. António Lousa. Junho de 2013. [em linha]. [consultado a 10 de outubro de 2016]

Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/24246>

TELES, Catarina – *Arquitetura e Reabilitação do Património do Movimento Moderno: O caso do Bloco das Águas Livres*. Tese de Mestrado em Arquitetura apresentada ao Instituto Superior Técnico de Lisboa. Orientada pela Profa. Dra. Ana Tostões. Dezembro de 2014. [em linha]. [consultado a 19 de fevereiro de 2016]

Disponível em: https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/844820067124201/dissertacao-catarina-teles_r.pdf

TOSTÕES, Ana – *Património moderno: a conservação e a reutilização como um recurso sustentável*. EDARQ: Revista de Cultura Arquitetónica. JOELHO #6 – A Questão do Património/ The Built Heritage Debate. ICIST, DECivil, 1º DOCOMOMO Internacional. Portugal, 2015. [em linha]. [consultado a 19 de fevereiro de 2017]

Disponível em: <http://impactum-journals.uc.pt/index.php/joelho/article/view/2602>

TOSTÕES, Ana – *Construção moderna: as grandes mudanças do século XX*. [em linha]. [consultado a 19 de outubro de 2016]

Disponível em: http://in3.dem.ist.utl.pt/msc_04history/aula_5_b.pdf

LUSO, Eduarda (coord.), LOURENÇO, Paulo, ALMEIDA, Manuela – *Breve história da teoria da conservação e do restauro*. REC – Revista Engenharia Civil, Número 20. Universidade do Minho, maio de 2004. [em linha]. [consultado a 4 de dezembro de 2016]

Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/2554/1/Pag%2031-44.pdf>

DE JONGE, Wessel – *Innovation in restoration: From New Building to Sustainable Building*. Artigo publicado em ARCHIS (Journal, Magazine), setembro de 2004, p. 97-103. [em linha]. [consultado a 16 de novembro de 2017]

Disponível em: <http://www.wesseldejonge.nl/media/downloads/innovation%20in%20restoration%20ENG.pdf>

8 | ÍNDICE DE ABREVIATURAS

CIAM	Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna
CNPAE	Comissão Nacional do Património Arquitectónico Europeu
CODA	Concurso para Obtenção do Diploma de Arquitecto
CRUARB	Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira/ Barredo
DGRS	Departamento Geral de Reinserção Social
DOCOMOMO	International Committee for Documentation and Conservation of Buildings, Sites and Neighborhoods of the Modern Movement ⁸²
FEP	Faculdade de Economia da Universidade do Porto
IAP	Inquérito à Arquitetura Popular
ICAT	Iniciativas Culturais Arte e Técnica
ICCROM	International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property ⁸³
ISPCN	Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural
ODAM	Organização dos Arquitectos Modernos
SMF	Santa Maria da Feira
TSMF	Tribunal de Santa Maria da Feira
VL	Viana de Lima
WMF	World Monuments Fund ⁸⁴

⁸² Tradução: Comissão Internacional para a Documentação e Conservação de Edifícios, Sítios e Bairros do Movimento Moderno

⁸³ Tradução: Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais

⁸⁴ Tradução: Fundo de Monumentos do Mundo

9 | ÍNDICE DE FIGURAS

NOTA: Todas as imagens que não contêm fonte, são fotografias ou imagens produzidas pelo autor.

[2]

1. Sanatório de Zonnestraal, em ruína

<https://theurbaneearth.wordpress.com/2010/11/22/sanatorio-zonnestraal-hilversum-holanda/>

2. Sanatório de Zonnestraal, após intervenção

<https://theurbaneearth.wordpress.com/2010/11/22/sanatorio-zonnestraal-hilversum-holanda/>

3. Biblioteca de Viipuri, em ruína

Retirado de Galeria de Restauro da Biblioteca Viipuri de Alvar Aalto, em <http://www.pinterest.com/>

4. Biblioteca de Viipuri, após intervenção

Retirado de Galeria de Restauro da Biblioteca Viipuri de Alvar Aalto, em <http://www.pinterest.com/>

[3]

5. Alfredo Evangelista Viana de Lima

RIBEIRO, José Sommer (Fundação Calouste Gulbenkian); RODRIGUES, José Joaquim (Árvore Centro de Atividades Artísticas, C.R.L.) – Viana de Lima. Coord. Geral: Amândio Fernandes Secca. 1ª edição, Lisboa. Editora Marca-Artes Gráficas, 1996, pág. 12

6. O Mestre Viana: Retrato de Viana de Lima por J. Rodrigues

RIBEIRO, José Sommer (Fundação Calouste Gulbenkian) – Viana de Lima. pág. 35

7. Casa Honório de Lima sem o elemento linear

Desenho da autoria de Viana de Lima, retirados de ALMEIDA, Pedro Vieira – Viana de Lima. 1996, pág. 74

8. Casa Honório de Lima com o elemento linear

Desenho da autoria de Viana de Lima, retirados de ALMEIDA, Pedro Vieira – Viana de Lima. 1996, pág. 74

9. Planta do rés-do-chão da Casa Honório de Lima

Desenho da autoria de Viana de Lima, retirado de RIBEIRO, José Sommer (Fundação Calouste Gulbenkian) – *Viana de Lima*. 1996, pág. 103

10. Planta do rés-do-chão da Villa Savoye de Le Corbusier

ROMÃO, Sílvia Mano - *Le Corbusier num Portugal Moderno: Os Cinco Pontos nas obras de Viana de Lima, Celestino de Castro, João Andersen e Fernando Távora*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura apresentada ao Departamento de Arquitetura da FCTUC. Orientada pelo Prof. Dr. António Lousa. Junho de 2013, pág. 70

11. Bloco Sá da Bandeira, Porto, 1943

Desenho da autoria de Viana de Lima, retirado de RIBEIRO, José Sommer, 1996, pág. 114

12. Casa Maria Borges, Porto, 1950

Desenho da autoria de Viana de Lima, retirado de RIBEIRO, José Sommer, 1996, pág. 110

13. Casa Francisco Borges, Porto, 1948

Desenho da autoria de Viana de Lima, retirado de RIBEIRO, José Sommer, 1996, pág. 122

14. Casa Olívio França, Vila Verde, 1952

Desenho da autoria de Viana de Lima, retirado de RIBEIRO, José Sommer, 1996, pág. 126

15. Esquema de implantação do Casino Park Hotel, Madeira, 1966

Desenho da autoria de Viana de Lima, retirado de RIBEIRO, José Sommer, 1996, pág. 166

16. Desenho perspético do Tribunal de Santa Maria da Feira, 1974

Desenho da autoria de Viana de Lima, retirado de RIBEIRO, José Sommer, 1996, pág. 178

[4]

17. Interior do TSMF

18. Enquadramento territorial

19. Ortofotomapa da cidade de SMF: Identificação da área envolvente do Tribunal

20. Ortofotomapa da área envolvente do Tribunal: Identificação de serviços e equipamentos

21. Esquema de Implantação

22. Axonometria explodida da volumetria

23. Interior do TSMF

24. Pátio [A]

25. Pátio [B]

26. Pátio [C]

27. Axonometria Geral: Identificação dos pátios

28. Esquema do Programa

29. Interior do TSMF

30. Planta do 1º piso da FEP, Porto, 1961

Desenho da autoria de Viana de Lima, retirado de RIBEIRO, José Sommer, 1996, pág. 152

31. Interior da FEP

RIBEIRO, José Sommer, 1996, pág. 155

32. Entrada principal do Tribunal de Caminha

<https://www.google.pt/maps/>

33. Atual Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Bragança

http://guiasdearquitectura.com/pt/producos/packs/braganca-district/_265

34. Exterior do TSMF: Pátio [A]

35. Levantamento fotográfico de patologias que derivam de falhas estruturais

36. Levantamento fotográfico de patologias que derivam de humidades

36.1. Levantamento fotográfico de patologias que derivam de humidades

37. Levantamento fotográfico de patologias nos vãos

37.1. Levantamento fotográfico de patologias nos vãos

[5]

38. Interior do TSMF

39. Interior do TSMF

40. Vista da Alameda, para o antigo Tribunal e o atual

41. Entrada principal do TSMF

42. Esquema da Intervenção

43. Esquema de Implantação da Proposta

44. Esquema da Planta do rés-do-chão: Identificação do programa

45. Esquema da circulação do rés-do-chão

46. Esquema da Planta do piso 1: Identificação do programa

47. Esquema da circulação do piso 1

48. Esquema da Planta do Edifício do Arquivo: Identificação do programa

10 | ÍNDICE DE ANEXOS

Anexos do Relatório (A4)

A. Plantas das atuais instalações do TSMF

Desenhos de Levantamento (A1)

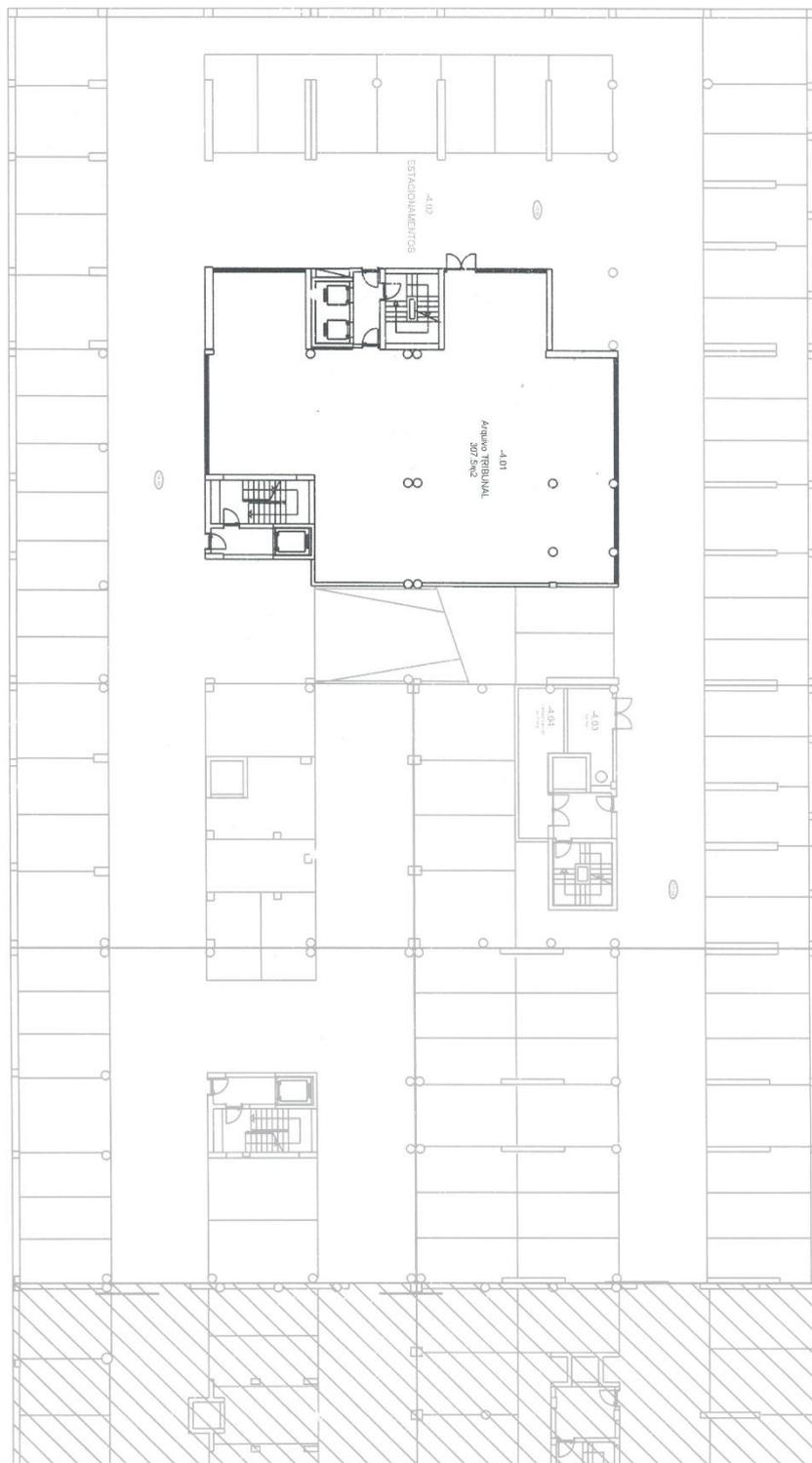
1. Planta de Localização
2. Planta do Piso -1
3. Planta do Piso 1
4. Planta do Piso 2
5. Planta de Coberturas
6. Cortes e Alçados
7. Cortes e Alçados

Desenhos de Levantamento (A1)

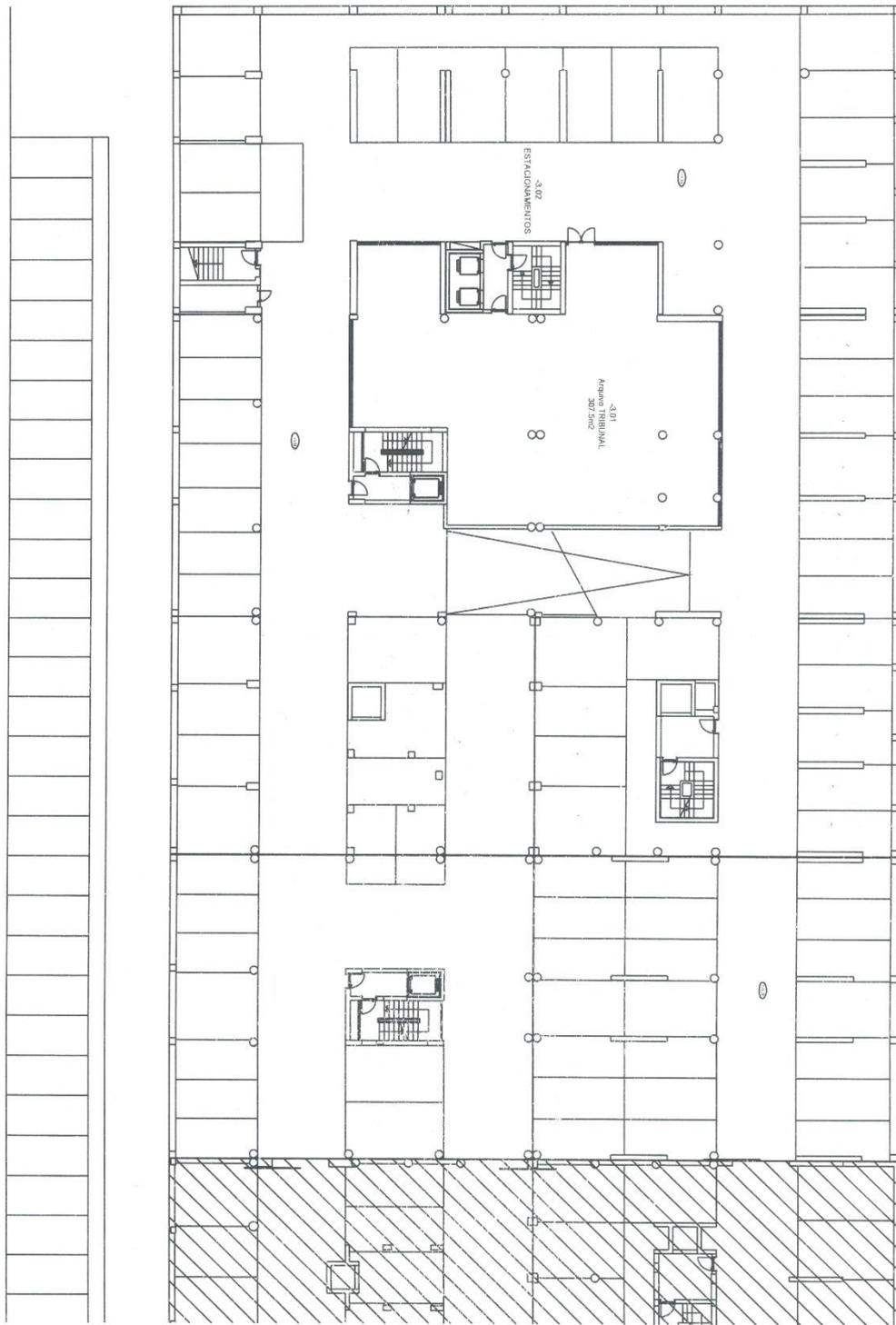
8. Planta do Piso -1
9. Planta do Piso 1
10. Planta do Piso 2
11. Planta de Coberturas
12. Cortes e Alçados
13. Cortes e Alçados
14. Contacto entre Pré-Existente e Novo
15. Pormenores Construtivos

A. Plantas das atuais instalações do TSMF

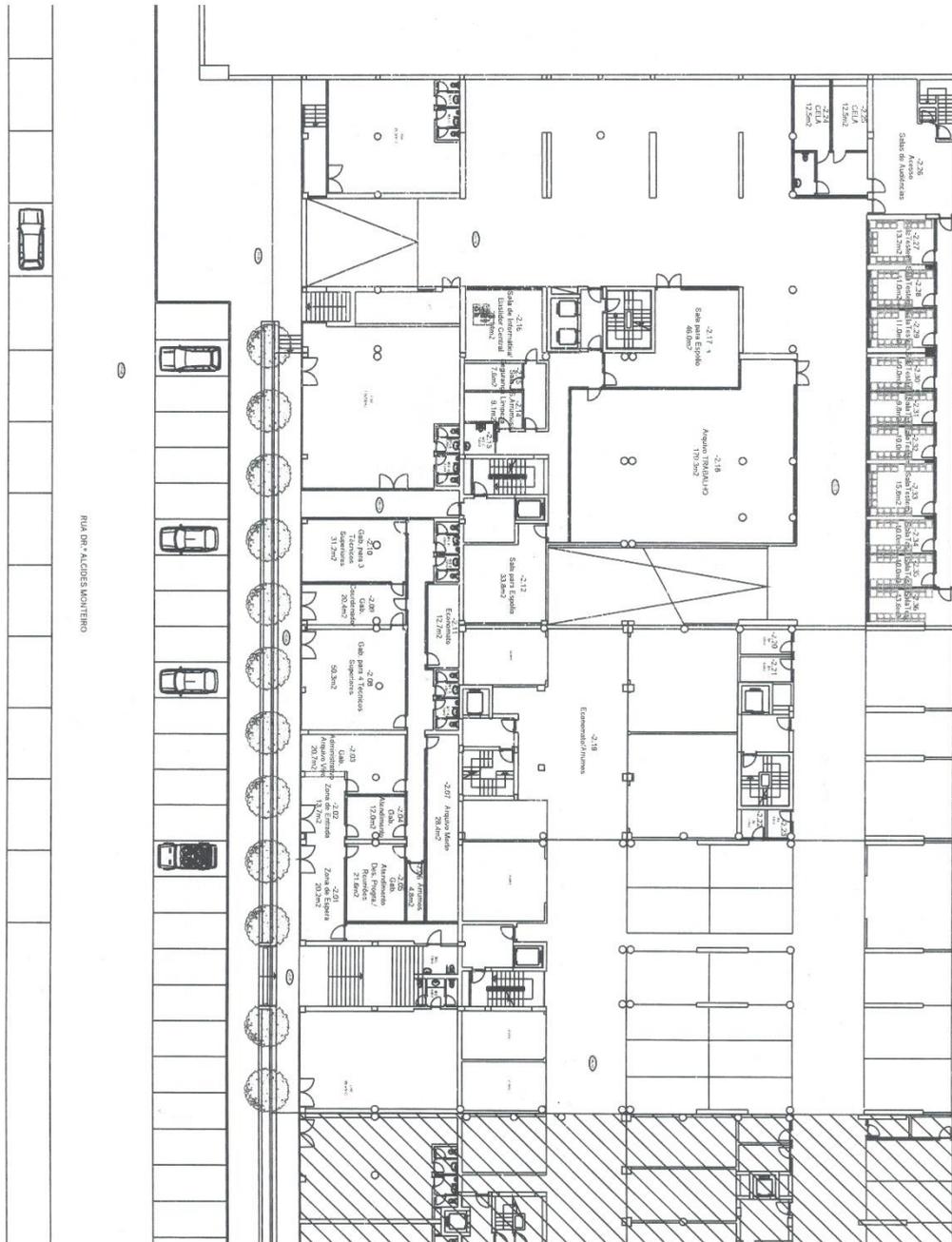
TRIBUNAL DE SANTA MARIA DA FEIRA
ATUAIS INSTALAÇÕES
PLANTA PISO -4

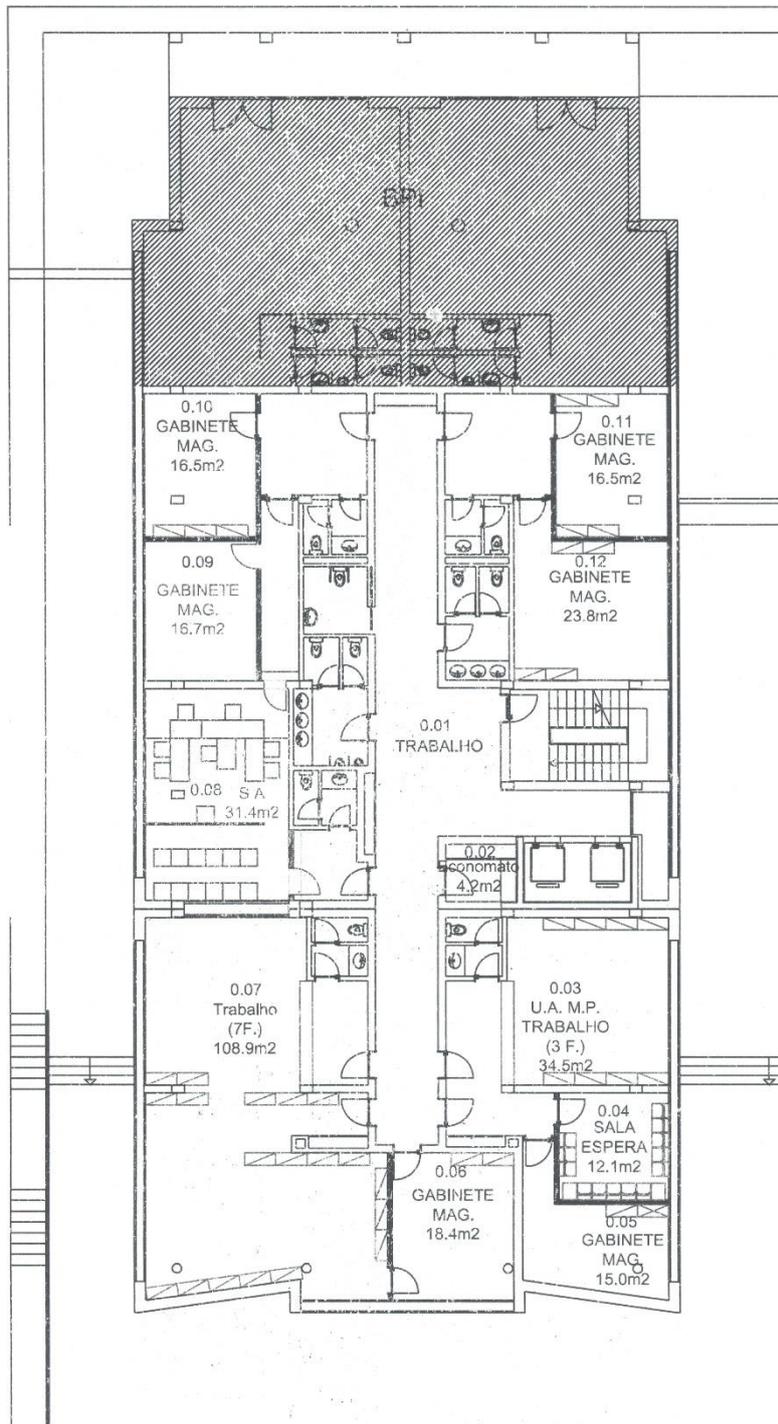


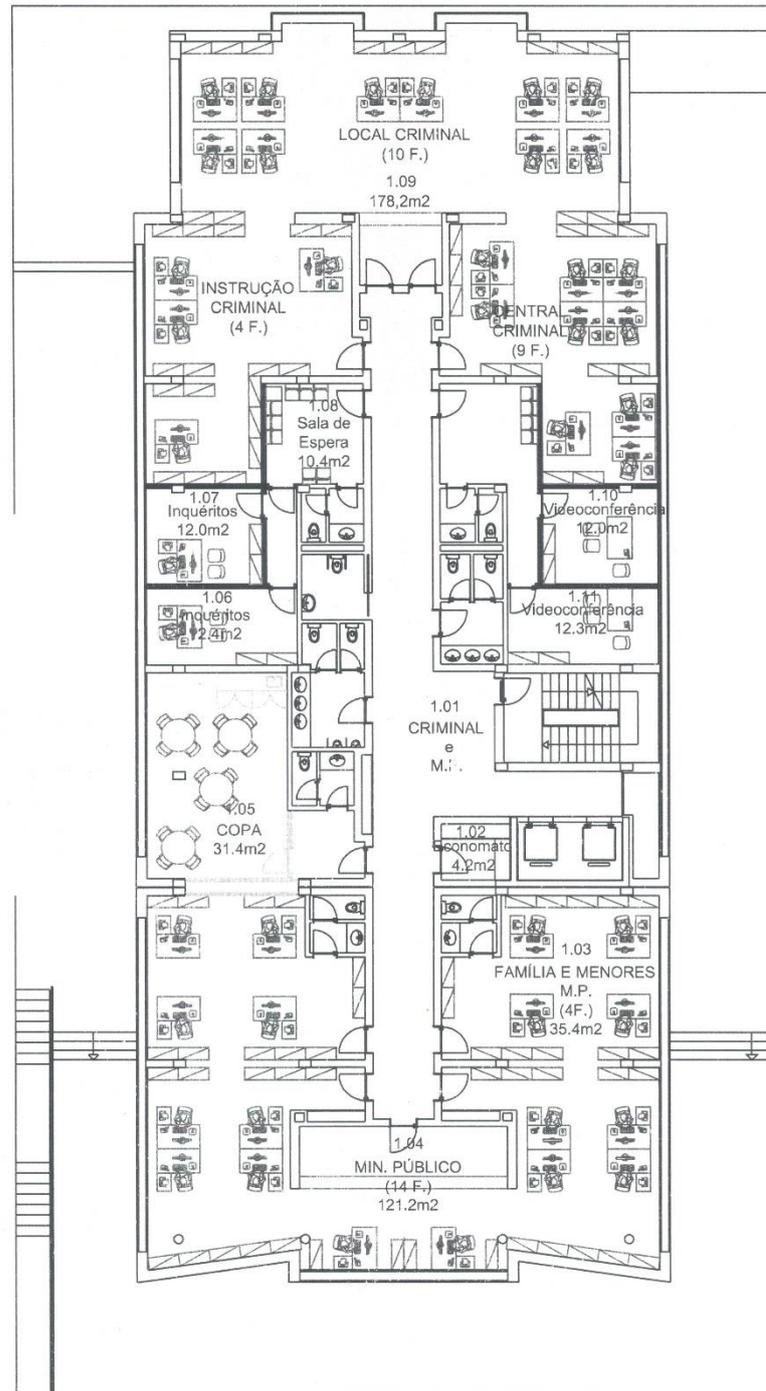
TRIBUNAL DE SANTA MARIA DA FEIRA
ATUAIS INSTALAÇÕES
PLANTA PISO-3

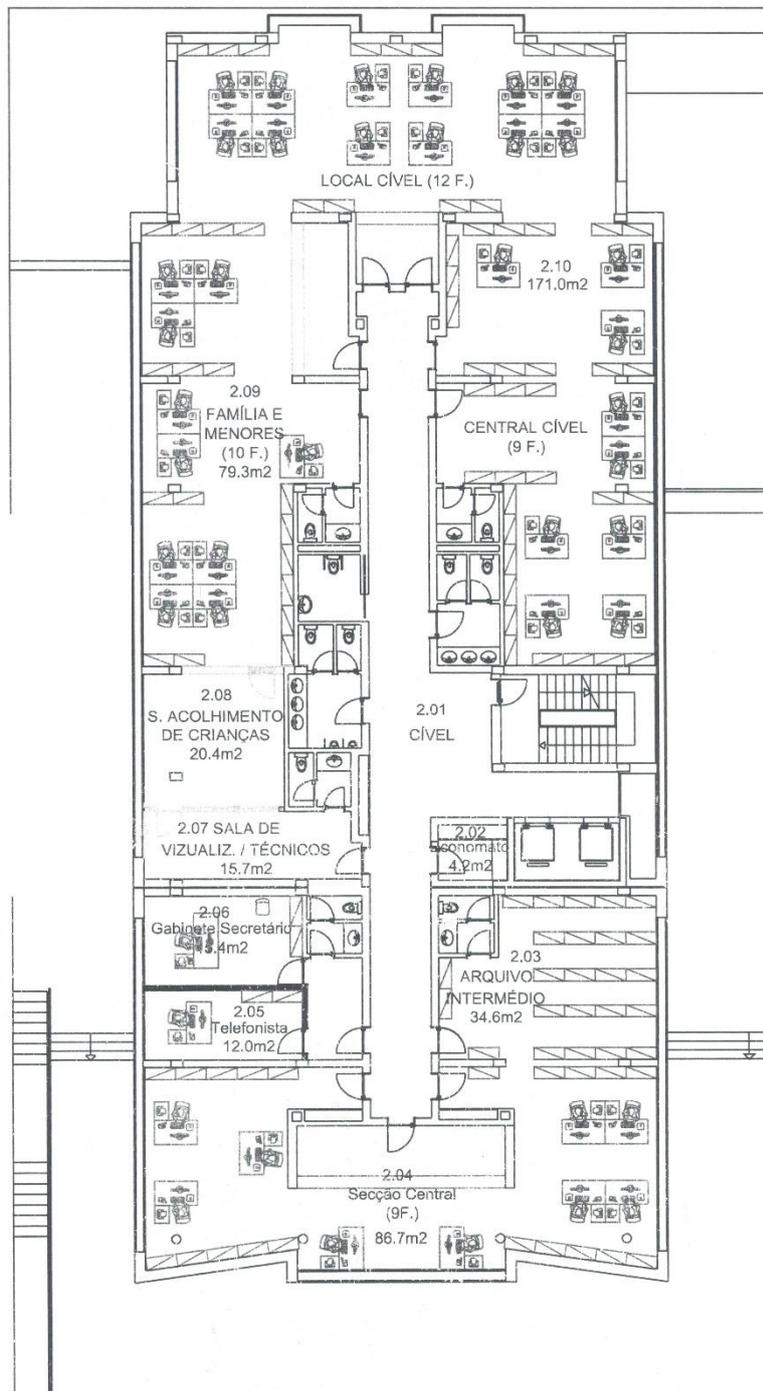


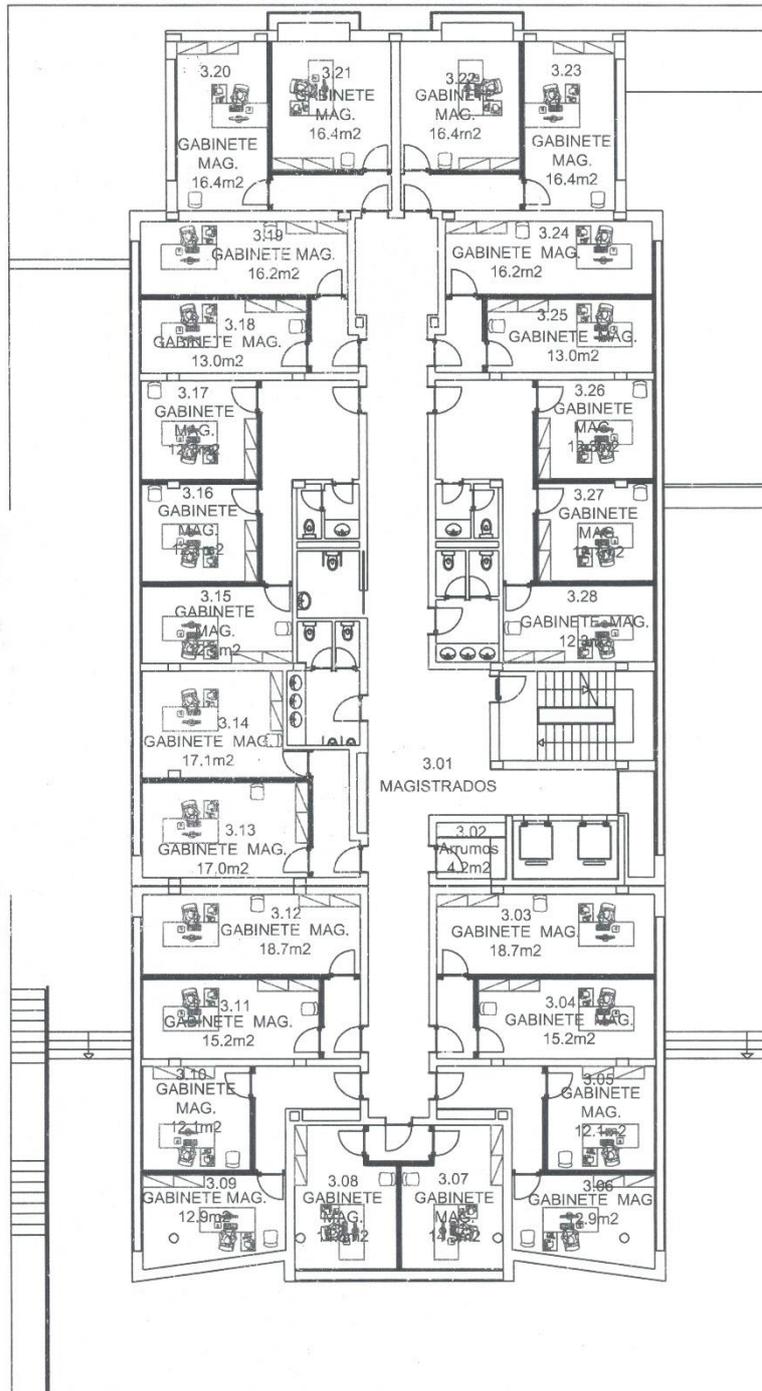
TRIBUNAL DE SANTA MARIA DA FEIRA
 ATUAIS INSTALAÇÕES
 PLANTA PISO-2











TRIBUNAL DE SANTA MARIA DA FEIRA
ATUAIS INSTALAÇÕES
PLANTA PISO 4

